

ALEXANDRE ANTOSZ FILHO

O PROJETO E A AÇÃO TENENTISTA NA
REVOLUÇÃO DE 1924 EM SÃO PAULO:
Aspectos econômicos, sociais e institucionais.

Orientador: Prof. Dr. José Eduardo Marques Mauro

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

São Paulo, dezembro de 2000

Aos meus pais, Alexandre e Vera, pela sua vida de dedicação e exemplo, e aos meus irmãos, pelo seu apoio constante.

Agradecimentos

Em primeiro lugar ao meu orientador, professor dr. José Eduardo Marques Mauro, por ter confiado em mim, quando esse trabalho não passava de uma vaga idéia, e pelas suas pacientes observações e minuciosas correções feitas ao longo da pesquisa.

Ao professor Célio Debes, e à professora Nanci Leonzo pelas suas preciosas sugestões feitas durante o exame de qualificação.

À Silvana Aparecida Jalaim, Mavilde Prado de Almeida e Regina Maria de Camargo, do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que tornaram grato o trabalho de pesquisa nos documentos, no insalubre Arquivo da Vila Leopoldina em São Paulo.

Ao Renato José Moraes pelo apoio no entendimento da documentação, repleta de termos jurídicos utilizados nos Autos do Processo da Revolução e pela ajuda na correção do texto.

Aos meus colegas e amigos, e de modo especial ao João Paulo Martino que me incentivou a pesquisar o tema e foi um estímulo fundamental nos primeiros passos da pesquisa.

E a tantas pessoas que conviveram comigo ao longo desses anos, que me ajudaram com a sua compreensão e estímulo.

RESUMO

No dia cinco de julho de 1924, na cidade de São Paulo, iniciou-se uma revolução militar, organizada por oficiais de média e baixa patente. Tomando o poder estadual, permaneceram na cidade, cercada e continuamente bombardeada pelas tropas governistas, até a sua retirada no dia 27 de julho. Esse episódio faz parte de um conjunto de movimentos organizados por oficiais do exército, ocorridos entre os anos de 1922 e 1927 e que ficou conhecido como Tenentismo. Através dos documentos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, autobiografias e memórias dos militares envolvidos, procuramos analisar os motivos dos militares revolucionários. Para isso, fizemos um breve histórico do desenvolvimento da instituição militar, das origens do movimento tenentista, e uma pequena análise da historiografia para entendermos o pensamento dos tenentes e os motivos da revolução.

ABSTRACT

In the fifth of July, 1924, a military revolution, organized by officials of the Army, began in the city of São Paulo. They defeated the forces of the Estadual Government, and dominated the capital of the State. After that, they were attacked and bombarded by the Federal troops, until July 27th, when the revolutionaries resigned. These episodes were part of a complex ideological and political movement called: "Tenentismo", which occurred in the Army from 1922 to 1927. The research about this revolution based on autobiographies of some militaries involved in the events and documents of the "Tribunal de Justiça de São Paulo", has as an objective to analyse the motives of the revolutionaries. It was also done a short historical of the Brazilian Army Forces in Brazil, the origins of the "Tenentismo", and a historical critical review to understand the thought of the "tenentes" and the motives of the revolution.

Índice

Introdução	1
Capítulo 1 - História militar do Brasil (1810-1924)	4
1. Os militares e a República.....	14
2. A profissionalização do exército	20
3. O nascimento do tenentismo	31
4. Os 18 do Forte de Copacabana.....	41
Capítulo 2 - A Revolução de 1924 em São Paulo	49
1. A conspiração	51
2. As ações militares	55
3. Outros movimentos	63
4. A historiografia sobre o tenentismo	65
Capítulo 3 – O programa e a ação dos tenentes de 1924	80
1. O pensamento militar	80
2. Os manifestos revolucionários	85
a) Características principais dos manifestos	86
b) Organização do Estado e constituição.....	89
c) Valores tenentistas.....	99
3. Principais líderes	103
4. A ética tenentista	110
Conclusão	121
Apêndices	126
Bibliografia	132

Introdução

Os anos 20 no Brasil são conhecidos pelas intensas agitações políticas e sociais e pelo amplo desenvolvimento científico-cultural. É a época do esfacelamento da política oligárquica, das crises do café, dos movimentos literários, da urbanização e das inúmeras revoluções militares. Estas, apresentam-se com especial relevo, pela sua grandeza, pelos seus atos de bravura e suas propostas visionárias. Quem foram esses tenentes, capazes de muitas privações e coragem para levar avante seus objetivos? De onde tiravam a força com que combatiam ou a tenacidade com que perseguiram seus objetivos? Eram questões que naturalmente nos instigavam ao aprofundarmos no conhecimento dos diferentes episódios do movimento tenentista, como os do 18 do Forte de Copacabana, a Revolução de 1924 e a Coluna Prestes. Nesse contexto, nos debruçamos sobre os episódios ocorridos em São Paulo com o objetivo inicial de esclarecer os fatores econômicos, sociais e políticos que contribuíram para a eclosão das revoluções militares e ressaltar as particularidades do tenentismo nessa cidade.

Entretanto, desde os primeiros contatos com a documentação, constatamos que as causas da Revolução transcendiam os problemas econômicos, sociais e políticos da época, evocados pela historiografia. Além disso, percebemos que o movimento tinha um forte caráter nacional, o que torna impossível focalizar o tenentismo exclusivamente em São Paulo, sem relacionarmos com outros movimentos militares nas diversas regiões do país. Portanto, procuramos avaliar corretamente também os motivos institucionais e culturais, levantados por historiadores mais recentes, para explicar as causas da Revolução de 1924, e esclarecer os objetivos e motivações dos seus participantes.

Levantar as motivações e visões dos protagonistas do movimento não tem o objetivo de desvendar a história oculta e muito menos inserir-se em detalhes que só interessam à intimidade das pessoas. O que pretendemos é adquirir uma compreensão mais rica e complexa do tenentismo. Captar seus propósitos não significa, necessariamente, aceitar que as coisas ocorreram como eles as viam, percebiam ou queriam. O historiador sabe, mais do que ninguém, que os protagonistas fazem parte de um contexto cultural amplo, sobre o qual tem pouca influência e muitas vezes nem sequer chegam a entender.

Contudo, para termos a idéias clara de como e porque agiam, devemos compreender como eles viam o mundo que os circundava.

Tivemos como principal fonte as declarações dos elementos envolvidos direta ou indiretamente na Revolta, prestadas no Inquérito Policial Militar, logo após a retirada dos rebeldes de São Paulo, em 27 de julho de 1924. Os autos do processo estão reservados no arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, compõem-se de 170 volumes divididos em 36 caixas. Seu conteúdo é muito diversificado. Utilizaremos também, para complementar as informações e conclusões provenientes do estudo dos autos do processo, memórias e autobiografias dos seus principais líderes. Esse rico e abundante material, pode servir para muitos outros estudos como o nosso. Diante dessa quantidade de documentos, procuramos extrair o que havia de mais significativo para a explicação das causas do tenentismo em São Paulo. Porém, não podemos deixar de dizer que resta muito a fazer. Como uma forma de enriquecer um pouco mais a análise dessa documentação, e darmos um tratamento crítico a elas, procuramos explorar os relatos publicados da época tanto de militares como de civis.

Nos Autos do Processo da Revolução de 1924, trabalhamos detidamente nos volumes que contêm declarações de militares e civis implicados no movimento revolucionário da capital do Estado. Os volumes que trazem informações sobre os outras cidades foram deixados em um segundo plano, depois de uma análise minuciosa de seu conteúdo. Do volume 1 ao 7 há inúmeras declarações de militares envolvidos, com trechos de grande importância. Os volumes 8 e 9 oferecem-nos uma boa mostra do que foi a visão legalista uma vez que há um relatório completo, assinado pelo General Nestor Passos em 8 de agosto de 1924. Tomando por base este primeiro inquérito militar, o documento retrata o que aconteceu em São Paulo no mês anterior. Há relatos inusitados nesse material, que quebram o padrão formalista das declarações oficiais. Podemos citar, por exemplo, algumas páginas do diário de Eduardo Gomes a partir do dia 25 de dezembro de 1923 e uma carta do primeiro tenente Orlando Leite Ribeiro que escreveu antes de tentar o suicídio. Este último episódio é precedido das explicações que o autor teve que dar, após a tentativa frustrada. O volume 16, para nós, é o mais importante do conjunto, nele estão reunidas cartas dos líderes, planos militares da Revolução em todo o Brasil, manifestos publicados durante a revolução... ou seja, vários documentos isentos do formalismo de uma declaração judicial, que manifestam as intenções revolucionárias com clareza insuspeitada.

Os outros volumes possuem uma grande variedade tipológica de documentos, muito interessantes para reforçar a pesquisa feita nos volumes anteriores.

Dessa forma, estruturamos a dissertação da seguinte maneira: no primeiro capítulo desenvolvemos um estudo da formação e das intervenções militares, do início do século XIX até os movimentos tenentista, no século XX. As referências históricas em profusão, encontradas nas declarações e memórias dos militares que viveram os episódios de 24, nos obrigaram a analisar detidamente essa trajetória. Ela nos ajuda a contrastar os fatores circunstanciais com o pensamento militar, estruturado ao longo do processo histórico. Este primeiro capítulo já nos ajudou a perceber que o pensamento militar teve maior importância do que se costuma atribuir, no desenvolvimento da Revolução.

No segundo capítulo descrevemos a Revolução de 1924, ressaltando a sua clara ligação com a Revolução no Rio de Janeiro. Destacamos o caráter nacional de todos os movimentos tenentistas e incluímos, na medida das possibilidades, o comportamento dos seus principais líderes. Todos esses aspectos sofreram uma avaliação crítica, através de uma breve análise historiográfica. A análise, longe de esgotar o tema, procurou ater-se exclusivamente aos nossos objetivos, por isso foi escolhida um número limitado de obras.

No capítulo III, com base na documentação, procuramos estabelecer os principais traços dos pensamento tenentista, as características da ação militar em São Paulo e os principais temas abordados pelos seus manifestos. Por fim, tendo em conta os objetivos e razões manifestadas na Revolução, propomos uma interpretação para estes fatos, enfatizando as peculiaridades da Revolução Tenentista, seus valores e sua ética.

Longe de esgotarmos esse assunto, nossa visão sobre a Revolução de 1924 pretende contribuir para o entendimento da década de 20 no Brasil, época de complexos acontecimentos que colaboraram para a formação do nosso quadro histórico atual.

Capítulo 1

História Militar do Brasil (1810-1924)

Desde os primeiros dias do governo de D. João VI no Brasil, e mais intensamente após a proclamação da República, a presença dos militares no cenário político foi sempre decisiva. No momento das crises políticas, assumindo o poder ou não, interferindo de uma forma violenta ou diplomática, lá estavam eles. A Revolução de 1924 em São Paulo foi uma dessas intervenções, de motivos e conseqüências complexos que, ao nosso ver, não conseguiram até agora ser explicados suficientemente pela historiografia. Antes dessa humilde tentativa, é necessário entendermos a história dos militares no Brasil, enfocando suas crises e rebeliões, a fim de melhor contextualizar as revoltas militares nos anos 20.

Podemos dizer que a instituição militar veio ao Brasil nos navios que trouxeram a corte de D. João VI, e seu caráter aristocrático vai diminuindo gradativa e lentamente na mesma medida da sua profissionalização. Os membros da aristocracia ingressavam como oficiais, ou como “cadetes com honra de oficial”, e avançavam rapidamente na carreira, enquanto que a massa do corpo de oficiais não tinham a mesma oportunidade.¹ Com o crescimento do número de oficiais que dispunham da oportunidade de estudar em nível universitário, essa separação vai desaparecer. Antes de 1810 havia algumas instituições de formação militar, porém, a Academia Real Militar, criada neste ano, foi a primeira a operar continuamente e procurou atender as necessidades de formação da tropa. Durante 64 anos foi a única escola de engenharia do Brasil.

O número de militares era irrisório, muito mais se levarmos em conta as dimensões continentais do Brasil. D. Pedro I precisou contratar estrangeiros para consolidar a independência. Durante o Primeiro Reinado o pequeno exército imperial, no pouco que pôde fazer, atuou principalmente contra movimentos nativistas e defendendo o comércio português, uma das questões mais controvertidas da época. Quando precisou, as tropas no Rio de Janeiro apontaram as armas para o Parlamento, dissolvendo a Constituição que pretendia ser liberal e nacionalista. Foi o início de uma luta política entre nacionalistas e portugueses que vai desembocar na abdicação em 1831. D. Pedro I ao longo do seu reinado, foi se afastando cada vez mais das elites nacionais e por isso não conseguiu

¹ SCHULZ, John. *O Exército e o Império*. in: História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II, vol 4, 2ª edição, Difel, São Paulo, 1974, p. 235-236.

motivar os brasileiros a lutarem no Prata, quando declarou Guerra à Argentina em 1825, ou em qualquer outra Campanha Militar. Limitou-se a contratar mercenários e equipar a Marinha de Guerra, que entregou ao lorde inglês Thomas John Cochrane. As Forças Armadas, nos primeiros anos de independência, tiveram a sua imagem vinculada aos interesses metropolitanos portugueses, uma vez que eram fiéis aliadas de D. Pedro I e formadas principalmente por mercenários estrangeiros. Foi comum nesse período rebeliões militares defendendo os interesses portugueses, pois a formação militar era fundamentalmente aristocrática. O Brasil não precisou congregiar um exército nativo para lutar por sua independência, como a maioria dos países latino americanos, o que ajudou a preservar a estrutura do exército português.²

Por isso, a tendência do novo governo em 1831 foi a de deixar o exército em um segundo plano, como tudo o que lembrasse as instituições antigas. A Guarda Nacional, que exaltava os valores cívicos nacionais e colocava a defesa da pátria sob a responsabilidade de todos os cidadãos, encaixou-se muito bem nesse momento político. A lei de criação da Guarda Nacional baseou-se no artigo 145 da Constituição de 1824, que determinava como dever de todos os cidadãos pegar em armas na defesa do regime. Ela foi aprovada em 18 de agosto de 1831, apenas quatro meses após a abdicação de D. Pedro I, pois a crise desencadeada pelo fato tornou urgente sua concretização.³

A situação do exército, que, pelas circunstâncias apontadas acima, era mal vista pela sociedade civil, com o advento de regência, piorou ainda mais. *“As barreiras mentais entre a sociedade militar e o país, no período nativista regencial, mantiveram a situação de desfavor e desprestígio que acompanhavam o soldado de primeira linha, condicionando a valorização do cidadão soldado que então surgia”*.⁴

A regência no Brasil, inicialmente uma vitória dos nativistas liberais, foi uma solução política encontrada para agradar a maioria, pois preservou a monarquia e ao mesmo tempo afastou os “recolonizadores” portugueses do poder. *“O liberalismo estava associado ao nacionalismo, ao entusiasmo pelos valores constitucionais, assim como por*

² CARVALHO, José Murilo de. *As Forças Armadas na Primeira República: O Poder Desestabilizador*. In: História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III, vol 2, Difel, São Paulo, 1977, p. 185.

³ CASTRO, Jeanne Berrance de. *A Guarda Nacional*. in: História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II, vol 4, 2ª edição, Difel, São Paulo, 1974, p. 275.

⁴ CASTRO, Jeanne Berrance de. *A Guarda Nacional*. in: História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II, vol 4, 2ª edição, Difel, São Paulo, 1974, p. 275.

uma aversão ao absolutismo representado no Brasil por D. Pedro I e, de modo geral, pelo movimento restaurador.

A abdicação poderia ter marcado uma opção em favor da tendência mais radical dessa corrente, a republicana. Mas a Regência representou um meio termo entre a fidelidade dinástica e essas formas extremadas, definindo-se pelo Ato Adicional, ao estabelecer um Regente único, eleito através do escrutínio secreto, com mandato de quatro anos e, sobretudo, ao dar ao pleito um sentido nacional. Dessa forma, democrática e eletiva era a representação do corpo legislativo, do judiciário e até mesmo do executivo. Todavia, acabou por predominar a fidelidade ao jovem Imperador, significando, de certa forma, uma livre escolha do povo, como garantia de paz nacional. A presença viva do governante satisfazia aos moldes paternalistas daquela sociedade, numa solução mais especificamente brasileira do que genericamente americana. A Guarda Nacional, congregando todos os cidadãos, deu os alicerces básicos, dessa permanência dinástica”⁵.

Após alguns anos de poder absoluto, compreende-se que as oligarquias regionais procurassem reverter o centralismo imposto por D. Pedro I. Além da Guarda Nacional, que poderia ser convocada por eles, também foi criada em 1831 a Força Pública, com o nome de Corpo de Guardas Municipais.⁶ Constituídos por voluntários, com uma organização híbrida (estrutura militar e finalidades civis), o Corpo de Guarda Municipal nasceu como uma manifestação do provincialismo, opondo-se ao centralismo de D. Pedro I, e funcionará como um pequeno exército nas mãos do presidente da província. A Força Pública de São Paulo – esse era o nome na época - teria um papel decisivo na revolução de 1924, pois fortaleceu-se como um órgão local junto com a cidade nos primeiros anos da República.⁷

Não poderíamos deixar de citar, como um fator importante para relegação do exército a um segundo plano, a pesada crise econômica que a regência herdou do primeiro reinado. Com a criação da Guarda Nacional e da Força Pública, o efetivo do Exército foi reduzido a 6000 homens. Além de acabar com os motins das tropas, com essa redução o governo economizaria o estimado para equilibrar suas contas e debelar o caos econômico. Os custos do governo com a Guarda Nacional eram mínimos, posto que a esporádica

⁵ CASTRO, Jeanne Berrance de. *A Guarda Nacional*. in: História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II, vol 4, 2ª edição, Difel, São Paulo, 1974, p. 287.

⁶ O nome da instituição irá variando durante a República, até converter-se atualmente na Polícia Militar. Utilizaremos invariavelmente o nome Força Pública, como era conhecida em 1924.

⁷ FERNANDES, Heloisa Rodrigues. *A Força Pública do Estado de São Paulo*. in: História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III, vol 2, Difel, São Paulo, 1977, p. 235 a 256.

convocação de seus membros não era remunerada e gastos com a Força Pública ficavam a cargo das províncias. Em 1837, o novo regente Pedro Araújo Lima, precisando combater a Revolução Farroupilha no Sul, reestruturou o exército para 15000 homens, número que se manteve até a Guerra do Paraguai.⁸

O último suspiro das revoltas nativas foi em 1845, quando Caxias negocia o fim da Revolução Farroupilha, já sob o governo de D. Pedro II. O Golpe da Maioridade em 1840, embora promovido pelos liberais, marcou o reinício de uma tendência mais centralizadora na política. Foi uma década de crescimento econômico e de paz. O fortalecimento do exército dispensaria o auxílio da Guarda Nacional⁹. Além disso, a centralização geral da política imperial refletiu-se na milícia cidadã, que passou a estar completamente subordinada à autoridade central do ministro da Justiça ou dos Presidentes de Província, que nomeavam diretamente seus comandantes.¹⁰ A Guarda Nacional passou a ser, até a sua extinção em 1922, um órgão do governo central, de caráter aristocrático. No final do Império, além dos oficiais serem nomeados, tinham que pagar pelas suas patentes.

Embora o Império tenha sempre promovido a valorização das qualidades civis em detrimento das qualidades militares, colocando a Guarda Nacional em oposição à estrutura militar preexistente¹¹, podemos dizer que desde 1850 o exército começa a recuperar sua força. Uma das razões foi o fortalecimento da política externa, que voltou-se à Bacia do Prata. A outra foi o início de uma lenta e gradual profissionalização da instituição. Uma lei de 1850 atribuiu privilégios aos indivíduos diplomados na Escola Militar sobre os nomeados e criou uma série de mecanismos para tornar predominante o critério de seleção e promoção por merecimento, melhorando a instrução.

“As principais novidades antes desta data foram a eliminação dos elementos portugueses do exército e a expansão de um sistema de educação militar para os oficiais de engenharia, estado-maior e artilharia. Durante a segunda fase, maiores possibilidades de educação estenderam-se aos oficiais das armas combatentes, ao mesmo tempo que a carreira militar profissionalizava-se e adquiria padrões definidos. Isto é, até a década de

⁸ SCHULZ, John. *O Exército e o Império*. in: História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II, vol 4, 2ª edição, Difel, São Paulo, 1974, p. 243-244.

⁹ CASTRO, Jeanne Berrance de. *A Guarda Nacional*. in: História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II, vol 4, 2ª edição, Difel, São Paulo, 1974, p. 281

¹⁰ CASTRO, Jeanne Berrance de. *A Guarda Nacional*. in: História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II, vol 4, 2ª edição, Difel, São Paulo, 1974, p. 282

¹¹ CASTRO, Jeanne Berrance de. *A Guarda Nacional*. in: História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II, vol 4, 2ª edição, Difel, São Paulo, 1974, p. 291-292

1850, as promoções para os poucos privilegiados podiam ser rápidas, porque a massa dos oficiais permanecia estacionária nos postos subalternos.”¹²

A partir de então, a baixa remuneração, as pobres condições de vida e a lentidão das promoções desencorajavam os aristocratas a dedicar-se à carreira militar. Luís Alves de Lima e Silva, o duque de Caxias, foi uma exceção: atuou como chefe do Partido Conservador e prestou lealdade tanto à sua classe social como ao exército. Esse tipo de perfil no exército vai dando lugar a outro, representado por Floriano: total e exclusivamente voltado à carreira militar.

Em 1853 o governo abre mais uma Escola Militar no Rio Grande do Sul, destinada às armas de Cavalaria e Infantaria, comprovando sua preocupação com a Bacia do Prata. A partir de 1858 a Escola Militar do Rio é desmembrada: a parte teórica funcionou no centro do Rio de Janeiro (Largo de São Francisco), na “Escola Central”, e a parte prática (estritamente militar), na Escola Militar da Praia Vermelha. Durante a Guerra do Paraguai, a Escola Militar ficará fechada, e em 1874 é reaberta na Praia Vermelha, concentrando todos os estudos militares. A Escola Central passou para a administração do Império com o nome de Escola Politécnica, destinada aos engenheiros civis.¹³ A partir de 1874 acentua-se a diferença entre os oficiais formados na Escola Militar e o restante da corporação, formando um corpo de idéias que terá influências nos anos precedentes até a eclosão do tenentismo.

Entretanto, antes da guerra, os estudantes já estavam amargurados contra a elite imperial; amargura que a Guerra só tratará de aumentá-la. Numa publicação dirigida por estudantes e oficiais jovens em 1854 – “O Militar” –, já colocavam-se favoráveis à abolição, aos subsídios para a imigração, às tarifas protecionistas, aos subsídios para a indústria, às leis corporativas liberais, à construção de estradas de ferro, à reforma eleitoral e ao bom preparo militar.¹⁴

A Guerra do Paraguai, coincidindo com a consolidação de padrões definidos para a formação militar, obrigou o governo a investir tanto na formação como na infra-estrutura do exército. Custou caro convocar, armar, vestir e manter os 40 mil soldados estacionados

¹² SCHULZ, John. *O Exército e o Império*. in: História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II, vol 4, 2ª edição, Difel, São Paulo, 1974, p. 238.

¹³ CASTRO, Celso. *Os Militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995, p. 42-44.

¹⁴ SCHULZ, John. *O Exército e o Império*. in: História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II, vol 4, 2ª edição, Difel, São Paulo, 1974, p. 248

em terras longínquas; foi um esforço sem precedentes multiplicar por três o efetivo do exército. Ao fim do conflito, ele já não era mais o mesmo. *“O corpo de oficiais emergia da Guerra do Paraguai com um sentimento de unidade corporativa. um novo sentido de sua importância, uma amargura para com os civis e, talvez, com uma visão do mundo mais ampla.”*¹⁵ Fortalecidos no prestígio e na autoconfiança, os heróis do Paraguai envolver-se-ão nos anos seguintes à Guerra em inúmeras contendas políticas que desembocarão na “Questão Militar”, uma das causas da proclamação da República. Entretanto, não foi exclusivamente a Guerra que levou-os à participação política. Desde a década de 1850, com a perspectiva que a história nos fornece, encontram-se os gérmenes das questões ideológicas que impulsionaram a intervenção militar na política. A Abolição, idéia vigorosa mesmo antes do conflito, proporcionou esse impulso que cresceu na mesma medida que o movimento ganhava repercussão social e foi influenciado, sem dúvida, com o contato de militares com ex-escravos no Prata. O impulso abolicionista tinha data para acabar, mas uma segunda força, apontado por John Schulz, desenvolveu-se junto até tornar-se avassaladora na década de 20. *“Uma segunda força ideológica – a regeneração moral (isto é, o fim do nepotismo) – era menos concreta do que a Abolição, apesar de que, após a politização dos militares por esta última, o tema da regeneração houvesse adquirido extrema importância.”*¹⁶ No contexto político diferente dos anos 20, a idéia da regeneração moral será muito importante para os tenentes.

Com o aumento considerável do efetivo, o exército reabria sua Escola de Oficiais em 1874, unificando todos os estudos na Praia Vermelha. Acentua-se a diferença entre os formados na Escola Militar (chamados de científicos) e os não formados (tarimbeiros), e ganha corpo um conjunto de idéias que terá influência até a eclosão do tenentismo. Na Escola Militar da Praia Vermelha, a formação da “mocidade militar”, como eram chamados os alunos, foi incorporando uma nova mentalidade no corpo de oficiais. A primeira diferença estava no critério de promoção: para os mais velhos, elas eram conquistadas no campo de batalha, salvo aqueles que o “sobrenome” os dispensava, enquanto que, para a “mocidade”, os passos na carreira eram dados pelo mérito intelectual, pelos estudos. Outra diferença estava na formação “científica” que eles recebiam: ali estudavam filosofia, matemática, leis... mais do que a logística militar. Ela colocava-os

¹⁵ SCHULZ, John. *O Exército e o Império*. in: História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II, vol 4, 2ª edição, Difel, São Paulo, 1974, p. 252

num lugar de destaque intelectual a ponto de rivalizarem com os bacharéis de direito (a profissão de maior prestígio da época) e contrastavam com os militares de carreira mais velhos, os “tarimbeiros”.¹⁷

A formação científica recebida na escola – com razão diziam os generais que eles ocupavam-se mais com a matemática do que com a instrução militar – colocou-os em contato com o positivismo. “Na mocidade militar, principalmente da Escola do Rio, onde lecionava Benjamin Constant, foi a filosofia de Comte, com as suas bases matemáticas, a sua concepção primária dos fatos morais, o seu agnosticismo, o seu antimisticismo, a sua forte inclinação dogmática e disciplinar, a grande influência doutrinária.”¹⁸ Trazia com essa influência a idéia de que os oficiais tinham o dever de instaurar uma autoridade disciplinadora que modernizasse o Brasil. Podemos dizer que o exército era visto por eles mesmos como um elemento modernizador, concepção que estará presente entre os tenentes de 1920. Portanto, a “mocidade militar” passou a defender o que representasse a modernidade para o país: o abolicionismo e a república. Foi um grupo mais radical entre os militares e, ao contrário do que costumamos imaginar, foi ela que influenciou os militares de alta patente que depuseram o imperador para instaurar a República.¹⁹

Interessante notar que desde o início esses jovens formavam um grupo à parte no exército. Suas concepções vinham de fora da corporação e, na maioria dos casos, sua ligação com ela era estritamente profissional. Benjamin Constant foi um bom exemplo disso, pois era um tenente coronel que não gostava de andar fardado. Na época em que serviu na campanha do Paraguai, fez tudo para abandoná-la e só continuou na carreira militar para ser professor da Escola, um bom emprego na época. Inúmeros jovens matriculavam-se na escola porque além de ser um ótimo lugar para estudar, recebiam um soldo para seu sustento. Para muitas famílias, era a única chance que seus filhos tinham de receber uma boa formação escolar. Juarez Távora, por exemplo, teve que transferir-se em 1915 do 2º ano da Escola Politécnica para a Escola Militar do Realengo, pois a situação

¹⁶ SCHULZ, John. *O Exército e o Império*. in: História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II, vol 4, 2ª edição, Difel, São Paulo, 1974, p. 253-254

¹⁷ CASTRO, Celso. *Os Militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1995, p. 45-60

¹⁸ BELLO, José Maria. *História da República (1889-1954). Síntese de sessenta e cinco anos de vida brasileira*. 6a. edição. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1972, p. 20

¹⁹ Sobre as influências ideológicas ver CASTRO, Celso. *Os Militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995, p.18 ; sobre a ação militar no dia 15 de novembro ver CARVALHO, José Murilo de. *As Forças Armadas na Primeira República: O Poder Desestabilizador*. In: História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III, vol 2, Difel, São Paulo, 1977, p. 216.

financeira dos irmãos (eram eles que custeavam seus estudos) tinha se alterado. Essa seria a situação da maioria dos tenentes. Naturalmente essa posição no exército contrapunha-se com a situação dos que, sem estudos superiores, galgaram postos no campo de batalha, ou através de parentesco e influências políticas. Essa situação criava para os mais jovens dupla marginalização: dentro da corporação e na ordem política vigente.

*“A ‘mocidade militar’ com estudos superiores sofria, portanto, dupla marginalização: como parte do Exército dentro da ordem monárquica dominada pelos bacharéis em direito e como um grupo de oficiais com estudos superiores dentro de um Exército que não se modernizava. O isolamento e o ressentimento daí resultantes possibilitariam o desenvolvimento de características ideológicas distintas e em grande parte contrárias às da elite civil.”*²⁰

Devemos ressaltar outra característica da mocidade, também importante para a compararmos com os jovens revolucionários dos anos 20. A maior parte dos estudantes vinha de famílias de média e baixa renda, com um padrão de vida suficiente para abster-se dos proventos que poderia trazer o filho, e não tão alto que permitisse inscrevê-lo no curso de direito ou medicina. Longe de aceitar a idéia de que os militares passaram a “representar” as classes médias, podemos dizer, contudo, que a partir de então o exército será formado predominantemente por elementos das classes “não nobres”.²¹

A importância dos militares na sociedade trazia-os para as páginas do jornal, enquanto que a instabilidade política do regime monárquico enfraquecido instigava os desentendimentos entre eles. Em 1885, a imprensa divulgou as brigas ocorridas dentro do exército, no Rio Grande do Sul e Piauí, nas quais houve acusações mútuas através da imprensa. Por causa disso, o ministro da guerra repreendeu-os. Marechal Deodoro da Fonseca, presidente do Rio Grande do Sul, saiu em defesa de Sena Madureira, um dos militares repreendidos. Nos dois anos que seguiram não faltaram discussões e debates que ficaram conhecidos como a “Questão Militar”. Pela primeira vez os militares, ou pelo menos grande parte deles, uniram-se contra os civis (governo) em nome da sua honra. Em 1887 caiu o ministro da guerra, colocando um ponto final na questão, sem entretanto apagar as influências que ela deixaria na História do Brasil.

²⁰ CASTRO, Celso. *Os Militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1995, p. 20

²¹ CARVALHO, José Murilo de. *As Forças Armadas na Primeira República: O Poder Desestabilizador*. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III, vol 2, Difel, São Paulo, 1977, p. 187.

A disputa entre militares e civis teve profundas consequências nos anos posteriores. Alguns participantes da “Questão” resolveram criar o Clube Militar, futuro elemento propulsor do golpe de 15 de novembro. Na primeira reunião de criação em 26 de junho de 1887 elegeu-se a diretoria: presidente: Mal. Deodoro da Fonseca, vice-presidente: Capitão-de-mar-e-guerra Custódio José de Mello e tesoureiro: Benjamin Constant. A partir de então, o governo procurou anular a influência de Deodoro e do Clube Militar, mas, contraditoriamente, acabou acelerando o processo republicano.

Com o fim da “Questão Militar”, surge um movimento radical na mocidade, segundo o qual a República seria inevitável, dentro das mudanças que deveriam ocorrer. Sobre elas não sabiam bem o que queriam mas o que não queriam.²² A mocidade militar, divulgadora das idéias políticas do momento (abolicionismo e republicanismo), ganhou importância junto aos militares da alta cúpula envolvidos nas questões. Estes eram majoritariamente “tarimbeiros”, que pouco tinham em comum com os estudantes da Escola Militar. O grande elo entre os “tarimbeiros” e os “científicos” foi Benjamin Constant, unido a Deodoro pelo ressentimento com o governo. A “Questão Militar”, uma discussão quase “particular” de alguns militares com o governo, ganhou uma conotação republicana e nacional, principalmente pelo envolvimento dos jovens oficiais. Além disso, a desarticulação do governo imperial era tão grande que foi fácil derrubá-lo. Quando Marechal Deodoro, instigado por Benjamin Constant, decidiu derrubar o ministro Visconde de Ouro Preto, as tropas não reagiram, fizeram descaso das ordens governamentais.

O Marechal Deodoro da Fonseca é um personagem emblemático da postura dos oficiais de alta patente, na maior parte veteranos da Guerra do Paraguai, que ascenderam na corporação através das condecorações de guerra ou nomeações políticas. No segundo semestre de 1888, escreveu duas cartas ao seu sobrinho Clodoaldo, estudante da Escola Militar de Porto Alegre, tentando contrabalançar as influências da Escola. Em uma delas escreve:

“República no Brasil é coisa impossível, porque será verdadeira desgraça. (...) Os brasileiros estão e estarão muito mal educados para “republicanos”. O único sustentáculo do nosso Brasil é a monarquia; se mal com ela, pior sem ela. (...) Não te metas em questões republicanas, porquanto República no Brasil é desgraça completa é a mesma

coisa; os brasileiros nunca se prepararão para isso. porque sempre lhes faltará educação e respeito para isso."²³

Entretanto, o processo da queda do império uniu circunstancialmente a alta oficialidade e a baixa em torno da ideia de desagrarar o exército pelas afrontas sofridas nos últimos tempos. A movimentação das tropas que conduziu o processo da queda do Império contou com apenas um militar do alto escalão, o Major Sólon. Benjamin Constant, republicano convicto, mais ligado aos alunos da Escola Militar, foi avisado assim que os três regimentos estavam de prontidão, enquanto que Deodoro ignorou esses atos durante um bom tempo. O apoio da oficialidade superior à República veio apenas pelos efeitos da "Questão Militar", empurrados pelas ideias de Benjamin Constant articuladas entre a mocidade militar, como uma alternativa única de mudança.²⁴

A Proclamação da República foi um ato mais militar do que civil. Divididos e fracos, os civis republicanos aproximaram-se do Clube Militar um pouco antes do 15 de novembro e ajudaram na organização do novo regime, mas tiveram um papel secundário no golpe.²⁵ O ideal republicano foi levado à prática política pela influência dos grupos mais radicais dentre os militares. Também nesse aspecto há uma grande coincidência entre o papel da mocidade militar nos anos de 1880 e dos jovens tenentes na década de 20. A Proclamação da República foi um marco importante da participação dos militares, e de modo especial da "mocidade." Podemos dizer que as origens da problemática militar dos anos 20, semeados desde o nascimento da instituição, deitaram fortes raízes nesse fato, pois a partir de agora serão eles os principais responsáveis pelo novo regime instaurado.

Os pontos em comum entre a mocidade militar e os jovens tenentes de 1922 e 1924 nos instigam a estabelecer alguns paralelos. A sua juventude, o desejo de desagrarar o exército e as propostas de moralização política são características também do movimento tenentista. Entretanto, como pretendemos demonstrar mais adiante, estes terão novos problemas a enfrentar e uma proposta um pouco diferente. De qualquer forma, a mentalidade do soldado cidadão nascerá com a Questão Militar e a Proclamação da

²² CASTRO, Celso. *Os Militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1995, p.135-145.

²³ Citado em CASTRO, Celso. *Os Militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

²⁴ CARVALHO, José Murilo de. *As Forças Armadas na Primeira República: O Poder Desestabilizador*. In: História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III, vol 2. Difel. São Paulo, 1977, p.216

²⁵ CASTRO, Celso. *Os Militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995, p.176-178.

República. A idéia da “regeneração moral” também está presente na intervenção militar de 1889, e seus protagonistas deixaram a “visão de que um grupo ‘esclarecido’ de militares pode ‘salvar’ a Nação em seu nome”.²⁶ Estes mesmos sentimentos fecundarão a onda revolucionária nos quartéis durante a Primeira República.

Concluindo, podemos ressaltar, daquilo que foi abordado, alguns fenômenos importantes no desenvolvimento ideológico do exército durante o império e que serão úteis para o nosso estudo. O início da profissionalização conseguida através de uma formação cada vez mais adequada; o seu afastamento das elites, uma vez que os ingressos na carreira são provenientes das classes “não nobres”; o crescente envolvimento na política, num clima de injustiça aos militares que precisaria ser reparado, atingindo o apogeu na Proclamação da República (esta participação decaiu com os primeiros governos civis e volta a eclodir com os tenentes) e por fim a mentalidade intervencionista e controladora, pois passaram a sentir-se responsáveis pelo regime. Devemos levar em conta também que a República foi uma realidade “idealizada” pelos jovens oficiais, e que irá se corrompendo com o tempo. Será com essa nova face que os jovens oficiais de trinta anos depois verão a República.

1. Os militares e a República

A República instalou-se rapidamente, o ministério foi formado por militares e civis golpistas. O convívio entre eles foi tenso, somando-se aos conflitos internos entre “tarimbeiros” e “científicos”. Em 24 de fevereiro de 1891 foi aprovada a primeira Constituição do Brasil, e o Congresso elegeu Deodoro no dia seguinte. Desde então, as relações com o presidente foram ruins. No dia 3 de novembro do mesmo ano, Deodoro fechou o Congresso, e, no final do mês, o almirante Custódio José de Mello, revoltado com o autoritarismo de seu colega, ameaçou bombardear o Rio de Janeiro. Deodoro renunciou antes de completar um ano de mandato. Pouco tempo para um governo tão desastroso: além do fechamento do Congresso e da revolta de Custódio de Mello, a política financeira de seu ministro Rui Barbosa mergulhou o país no caos financeiro.

²⁶ CASTRO, Celso in: História do Brasil, Publifolha, São Paulo, p.159.

Entretanto, a situação de penúria em que viviam as Forças Armadas reverteu-se. Foram distribuídas promoções a todos os que participaram do golpe republicano, houve também aumento do soldo. Os salários da categoria cresceram de, 1889 a 1895, em 122,5%, enquanto que os funcionários civis subiram apenas 11,4%. A participação no orçamento geral da União duplicou, passando a 23,32%, o que também ocorreu com o efetivo.²⁷

Com a renúncia de Deodoro em fins de 1891, a Constituição recém aprovada obrigava a novas eleições, uma vez que o presidente não completara metade do mandato. Entretanto, o marechal Floriano ignorou-a e lançou as bases de uma ditadura de “salvação nacional”. Fez um governo nacionalista, restabeleceu o Congresso, suspendeu o estado de sítio e teve que enfrentar uma revolta na Marinha, a segunda “Revolta da Armada” e a “Revolução Federalista”. Floriano, que fora comandante das tropas imperiais no Rio de Janeiro, disse que a briga estabelecida entre o governo e a sua classe *“prova exuberantemente a podridão que vai por este pobre país e que muito necessita de ditadura militar para expurgá-la. Como liberal, que sou, não posso querer para o meu país o governo da espada, mas, não há quem desconheça, e aí estão os exemplos, que é ele o que sabe purificar o sangue do corpo social, que, como o nosso, está corrompido.”*²⁸

A marinha, desde os tempos do Império era tida como corporação nobre, aristocrática, sempre disputando com o exército maior influência no governo. Tive papel destacado na manutenção da unidade nacional no primeiro império, nas guerras de Independência, na Campanha do Prata e na Guerra do Paraguai. Não se envolveu na “Questão Militar” de 1887, pois a política tinha pouca influência nela e para ela.²⁹ *“O recrutamento mais aristocrático de seu oficiais, seu maior isolamento e seu treinamento mais profissional, tendiam a fazer da marinha uma organização menos sensível a pressões políticas e menos antagônica às elites políticas civis.”*³⁰. Contudo, muitas rebeliões eclodiram na marinha durante os primeiros anos da República. O almirante Custódio de Melo, após ter derrubado Deodoro em 1891, uniu-se a Saldanha da Gama, outro almirante,

²⁷ CARVALHO, José Murilo de. *As Forças Armadas na Primeira República: O Poder Desestabilizador*. In: História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III, vol 2, Difel, São Paulo, 1977, p.228

²⁸ CARTA DE FLORIANO PEIXOTO, 10 de julho de 1887. in: SCHULZ, John. *O Exército e o Império*. in: História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II, vol 4, 2ª edição, Difel, São Paulo, 1974, p. 257

²⁹ PAULA, Eurípedes Simões de. *A Marinha* in: História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II, vol 4, 2ª edição, Difel, São Paulo, 1974, p. 259-273

³⁰ CARVALHO, José Murilo de. *As Forças Armadas na Primeira República: O Poder Desestabilizador*. In: História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III, vol 2, Difel, São Paulo, 1977, p.202

para depor Floriano Peixoto. Eles eram monarquistas e acima de tudo “legalistas”, e não se conformavam com o fato de Floriano ter assumido a presidência desrespeitando a Constituição. A bordo do encouraçado Aquidabã, Custódio de Melo iniciou a revolta no dia 6 de setembro de 1893. Uniram-se a ele 16 vapores de guerra e oito vapores mercantes mas a única coisa que fizeram foi trocar alguns tiros com a fortaleza Santa Cruz na Baía de Guanabara. Em 13 de março de 1895, os rebeldes desistiram da luta, pedindo asilo aos navios portugueses. Saldanha da Gama aliou-se então aos rebeldes gaúchos. As diferenças entre o exército e a marinha no Império cresceram com o advento da República, da qual a Marinha tirou pouquíssimas vantagens, o que provocou o descontentamento de seus chefes. A revolta de 1893 custou caro: sua liderança foi dizimada, seu efetivo e sua frota reduzidos. Só no governo Rodrigues Alves é que se começaria a pensar em reerguê-la, com a finalidade de usá-la como contrapeso ao exército, mas a rebelião de 1910 representou novo golpe na Marinha, que desapareceu do cenário político durante toda República Velha.³¹

No Rio Grande do Sul, havia começado em fevereiro de 1893 uma das mais sangrentas rebeliões de nossa história. Era uma luta política entre o grupo de Júlio de Castilhos, eleito em janeiro após fraudes escandalosas e assassinatos políticos, e Gaspar Silveira Martins, liberal, inimigo de Deodoro da Fonseca e parlamentarista. Esta última característica fez com que Floriano pragmaticamente apoiasse Castilhos. O ódio ao “jacobinismo florianista” uniu os rebeldes gaúchos aos almirantes da marinha, que tomaram a cidade de Desterro em Santa Catarina. Novamente a Marinha foi derrotada, desta vez juntamente com os rebeldes gaúchos. A posse de Prudente de Moraes aplacou a ira de vencedores e vencidos, mas o Rio Grande do Sul permaneceu dividido, o que facilitaria mais tarde o desenvolvimento do movimento tenentista na região.

Ao contrário do fracasso de Deodoro, o governo de Floriano Peixoto, ainda que bastante agitado, foi um período de êxito, especialmente segundo a visão da juventude militar. No final de seu mandato, muitos quiseram que liderasse um golpe para impedir a posse do civil Prudente de Moraes mas ele se recusou. Conseguiu consolidar a República e, através da força, conquistar grande e duradoura popularidade. Os seguidores exaltados do “marechal de ferro”, austero, ditatorial e nacionalista, receberam a alcunha de “jacobinos”.

³¹ CARVALHO, José Murilo de. *As Forças Armadas na Primeira República: O Poder Desestabilizador*. In: História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III, vol 2, Difel, São Paulo, 1977, p.225-226

Eles queriam uma república forte e centralista. Os militares mais jovens viam na figura impoluta de Floriano, o homem ideal para salvar o Brasil das imoralidades da República.

A biografia e a atuação do segundo presidente da República foi um exemplo da crescente profissionalização e do conseqüente fim da aristocratização do exército, acima referidos. *“Floriano foi criado por seu tio, um bastante influente senhor de engenho de Alagoas. Completando sua educação primária em Maceió, aos 16 anos de idade, passou em seguida dois anos numa escola secundária no Rio e entrou na Academia Militar. Dispondo de poucas conexões por nascimento, o futuro Marechal de Ferro criou as suas próprias com uma série de generais liberais, incluindo-se aí o Conde d’Eu, Osório e Pelotas. Estas amizades, combinadas com brilhante folha de serviços na Guerra do Paraguai, asseguraram a Floriano o generalato ainda na sua década dos quarenta anos, um grande êxito em seu tempo. Abolicionista e propugnador da modernização, a lealdade predominante era para com a classe militar e não para com o Partido Liberal, a despeito de ter devido a este muitas altas posições. Tanto Caxias como Floriano avançaram graças às suas conexões, mas enquanto que as relações do duque eram muitas vezes as de nascimento e com políticos estranhos ao exército, já as de Floriano foram adquiridas durante a carreira, restringindo-se, geralmente, a área militar”*.³²

As divergências ocorridas durante os dois primeiros governos militares não representam grande novidade, dada a situação de instabilidade vivida pelo país num momento em que se deu uma mudança política tão radical. O exército, embora fosse uma organização mais fechada do que outras, também estava imerso nesses tempos socialmente conturbados, de guerras regionais, disputas políticas entre as oligarquias... Dentro dele divergiam os “tarimbeiros”, representados por Deodoro, e os “científicos” – a juventude militar que aglutinou-se à volta de Floriano. Até a Proclamação da República, só estavam unidos pelo espírito de corpo, com o objetivo comum de acabar com o Império. Uma vez afastado o inimigo, as forças desagregaram-se; dentre essas forças deve ser ressaltado o “jacobinismo”. Este foi o nome dado ao movimento radical dos alunos da Escola Militar e outros elementos que apoiavam o centralismo de Floriano. *“O jacobinismo reflete a dispersão dessas forças e a sua reaglutinação sob forma diversa: sempre heterogêneas, abrigando interesses e finalidade diferentes, o radicalismo de algumas emerge com clareza no período de Floriano e mantém o governo de Prudente, o primeiro presidente*

civil, em permanente tensão.”³² Nos anos 20, quando para muitos a República estava desfigurada, propunha-se uma política de “Salvação Nacional” nos moldes de Floriano.

A eleição de Prudente de Moraes, em 1894, não foi aceita com tranquilidade por alguns militares que não queriam entregar o controle político. Alguns até tentaram um golpe para impedir a sua posse. Os quatro anos de seu mandato foram conturbados: cicatrização das feridas abertas pela Guerra Civil no Sul, a revolta de Canudos no interior da Bahia e, se não bastasse, a tentativa de assassinato que sofreu em novembro de 1897 após ter retornado ao governo, depois de ter permanecido afastado durante um ano, por motivo de saúde.

Canudos, além de manifestar a miséria social no meio de uma viva religiosidade popular, foi um vexame para o exército brasileiro. Depois de duas expedições fracassadas, o governo nomeou o coronel Moreira César, herói nacional com um currículo cheio de vitórias. Com um número grande de homens e armas, teve uma atuação desastrada no interior baiano e morreu em combate. A repercussão foi retumbante, e Canudos tornou-se um símbolo da “incompetência republicana” e a humilhação dos laureados ex-combatentes do Paraguai. Apenas no dia 5 de outubro de 1897 o exército dizimou definitivamente Canudos, mais de um ano após as primeiras tentativas.

O episódio acirrou os ânimos dos “jacobinos” e certamente contribuiu para que o soldado Marcelino tentasse assassinar Prudente de Moraes, justamente quando estava recepcionando as tropas vitoriosas que chegavam de Canudos. O atentado, atribuído ao “jacobinos florianistas”, acabou resultando no fechamento do Clube Militar e no afastamento dos militares da política. O infrator dava sinais de doença mental e estava ligado ao jornal “O Jacobino”. Esse ataque gratuito ajudou a fortalecer a imagem de Prudente de Moraes - desde o início fora tido por pusilânime - consolidando a República Oligárquica. O predomínio dos civis na política durou até o surgimento do tenentismo.

Nessa intrincada gama de críticas, grupos políticos e propostas sociais, misturavam-se os membros da corporação militar. Para muitos, após a proclamação da República, – fato de valor incontestável para seus membros – o exército foi degradando-se, conforme a crítica do general Cunha Mattos, que estivera ao lado de Deodoro poucos anos antes. Inconformado com as brigas e revoltas durante os governos militares, traça o seguinte

³² SCHULZ, John. *O Exército e o Império*. in: História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II, vol 4, 2ª edição, Difel, São Paulo, 1974, p. 239-240.

perfil de sua instituição. “*Dividido. humilhado. enfraquecido e mais de uma vez batido, não pode ser comparado ao exército de 1889 – ativo, unido, cheio de si pelas vitórias que relembra e pelo prestígio de seus generais e chefes.*”³⁴ Para ele, representante do grupo dos “tarimbeiros”, desagrar o exército significaria reparar todos os “danos” por ele sofrido, tais como as prisões militares injustas na época da monarquia. Entretanto, durante a “ditadura militar” (os dois primeiros governos da República) multiplicou-se o número de prisões e fuzilamentos, por razões políticas... Mais tarde é fechado o Clube Militar e com ele, extinto o direito de reunião, pelo qual tanto tinha combatido o exército. Todos os atos da ditadura militar, segundo o general Cunha Mattos, foram um “engôdo”, devido à incompetência com que foram levados a cabo. O aumento dos soldos foi devorado pela inflação, o que significou a perda real de 1/3 do soldo que tinham os militares no Império, ainda que, aparentemente, os militares tenham recebido mais. A reforma compulsória levou muitos ao desemprego, justamente o contrário do que os militares pretendiam; a alteração dos planos de organização piorou sua eficácia, como ficou demonstrado durante as pelas revoltas de Canudos, a Federalista e a da Armada, nas quais os militares da República deram sobeja mostra de incompetência. A criação do Estado Maior do Exército, continua o general, dentro dos planos de organização, não passou de um montão de disparates, como é o caso, por exemplo, de reforma do ensino militar. Por fim, as promoções passaram a ser o meio para a ascensão dos parentes da ditadura. O general convida os seus próprios companheiros a examinarem o “íntimo da sua consciência”, após 10 anos de República, e dirão que ela não vale o que valia na véspera de 15 de novembro.³⁵

Entretanto, os jovens oficiais apoiaram majoritariamente os atos ditatoriais de Floriano, viam-nos como um mal necessário, uma forma de “expurgar” todos os males advindos do poder oligárquico. Como já foi citado, tentaram um golpe para impedir a posse do presidente civil, mas esbarraram na negativa do próprio Floriano. A morte deste em 29 de junho de 1895, diminuiu a euforia “jacobina”. A tentativa de assassinato de Prudente de Moraes e a prisão do criminoso, identificado com o florianismo, foi um golpe ainda mais duro. E por fim, o jacobinismo florianista não resistiu ao fechamento da Escola

³³ QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Os Radicais da República. Jacobinismo: ideologia e ação. 1893-1897.* São Paulo, Editora Brasiliense, 1986.

³⁴ MATTOS, Gen. Cunha. *O Exército.* in: A Década Republicana. IV vol, Rio de Janeiro, Cia Typographica do Brazil, 1900, p.41.

³⁵ MATTOS, Gen. Cunha. *O Exército.* in: A Década Republicana. IV vol, Rio de Janeiro, Cia Typographica do Brazil, 1900, p.5-46.

Militar em 1904, sepultando para sempre os desejos desses jovens de uma ditadura militar de “salvação nacional”.

O ciclo de intervenções, revoltas e discussões começado com a “Questão Militar” só se interrompeu em 1904, quando a Escola Militar da Praia Vermelha foi fechada. Então houve uma reformulação no processo de formação dos oficiais e na organização estrutural do exército na época de Hermes da Fonseca, como veremos adiante. Até esse período, a Escola Militar rebelou-se em 1895, 1897 e 1904 (Revolta da Vacina). O período delimitado pela Questão Militar e pela Revolta da Vacina, com o consequente fechamento da Escola Militar, foi denominado por José Murilo de Carvalho o “primeiro tenentismo”.³⁶

A partir de então começa um processo de profissionalização do exército, que o leva ao afastamento da política e, ao mesmo tempo, a um fortalecimento interno, a uma maior organização. Esse processo só terminará após os movimentos tenentistas dos anos 20.

2. A profissionalização do exército

Os golpes recebidos pela mocidade militar, com a péssima repercussão do atentado a Prudente de Moraes e a repressão às rebeliões na Escola Militar, esfacelara sua idéia intervencionista. A prisão dos alunos participantes da Revolta da Vacina em 1904 foi o golpe fatal.³⁷

Após a Revolta da Vacina, a Escola Militar da Praia Vermelha foi fechada definitivamente e a formação militar sofreu profundas modificações, como veremos adiante. Não obstante, a participação dos militares numa revolta urbana de problemáticas sociais foi considerada por muitos um prenúncio das revoluções militares dos anos 20. Na época da reurbanização do Rio de Janeiro, Oswaldo Cruz propôs a obrigatoriedade da vacinação contra varíola, e o Congresso aprovou. A população, maldisposta com o governo devido às desapropriações e ao consequente aumento de aluguéis, apoiou as críticas da oposição. No momento de um dos comícios contra a vacinação, o orador foi preso, e o povo revoltado tentou soltá-lo. Depois de quatro dias de balbúrdia, os militares positivistas

³⁶ CARVALHO, José Murilo de. *As Forças Armadas na Primeira República: O Poder Desestabilizador*. In: História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III, vol 2, Difel, São Paulo, 1977, p.210-212

da Escola Militar da Praia Vermelha, partidários das idéias de Floriano Peixoto, aproveitaram a revolta popular para tentar um golpe contra Rodrigues Alves. As tropas leais ao presidente enfrentaram com sucesso os revoltosos. Um general rebelde foi morto e o tenente-coronel Lauro Sodré, líder militar da revolta, saiu ferido. A Escola Militar foi fechada e vários prisioneiros, civis ou militares, enviados para o longínquo Acre.

As ambiguidades dessa revolta no Rio de Janeiro nos levam a crer que as transformações sociais e políticas do início do século imprimiram novas características, ou ao menos exigiram novas atitudes por parte dos militares. Embora elas sejam, muitas vezes, supervalorizadas quando se trata de analisar o tenentismo, não podemos deixar de destacar o que elas têm a ver com os movimentos militares dos anos 20.

Os mandatos de Campos Sales (1898-1902) e Rodrigues Alves (1902-1906) serviram para consolidar definitivamente a “República das Oligarquias”. Campos Sales apoiou os governadores estaduais, sem levar em conta suas vinculações partidárias, escolheu ministros de fora da política e assim conseguiu controlar com relativa facilidade as eleições: foi a chamada “política dos governadores”. Também no seu governo estreitaram-se as alianças entre São Paulo e Minas, inaugurando a “Política do Café com Leite”. O renegociamento da dívida com os banqueiros ingleses obrigou-o a adotar uma política financeira recessiva, prejudicando a agricultura, a indústria e os trabalhadores brasileiros; passou a ser um dos presidentes mais impopulares da História do Brasil. No entanto, consolidou-se o esquema político das oligarquias com o predomínio paulista.

A política oligárquica de forte tendência regional e o fortalecimento dos paulistas foram os fatores externos que empurrarão os militares para longe das discussões políticas. Haverá um importante fator interno, talvez ainda mais importante que o primeiro, para esse afastamento: a formação de tendência não intervencionista e mais profissionalizante a partir de 1905, como veremos adiante. Os dois fatores externos aludidos são de grande importância para entendermos a Revolução de 1924 em São Paulo e têm razões históricas, geográficas e políticas. Segundo Heloísa Rodrigues Fernandes, o regionalismo das oligarquias foi herdado do movimento da independência e dos primeiros governos regenciais, que criaram a Guarda Nacional e a Força Pública como um antídoto à política centralista que D. Pedro I adotara nos seus últimos anos. A presença dos militares na

³⁷ José Murilo de Carvalho considera esse episódio como o fim de um primeiro ciclo de rebeliões militares na República que chamou de “1º Tenentismo”. in: . *As Forças Armadas na Primeira República: O Poder Destabilizador*. In: História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III, vol 2, Difel, São Paulo, 1977.

política supunha, para as oligarquias, uma perigosa tendência ao centralismo. Por isso, nessa época o discurso oligárquico revestiu-se de valores “civilistas”, “liberais” e “democráticos”, contrapostos aos valores militares. O fato da política nacional passar para as mãos dos republicanos mineiros e paulistas distanciou-a ainda mais dos generais. Historicamente, São Paulo e Minas Gerais nunca tiveram grande contingente militar, pois não foram capitais do país nem precisaram resguardar sua fronteiras (como é o caso do Rio Grande do Sul). Dessa forma, dentro da alta oficialidade, houve pouquíssimos paulistanos ou mineiros, o que dificultava um diálogo mais próximo.³⁸

Assistimos durante a República ao afastamento de militares e oligarquias regionais. Não é obra do acaso o crescimento da Força Pública no Estado de São Paulo coincidir com o fortalecimento da política do café com leite. Efetivamente, ela atuou como um pequeno “poder militar estadual” sob o controle das oligarquias paulistas.³⁹

As rápidas mudanças no início do século foram decorrência de três processos paralelos: industrialização, urbanização e a imigração. As primeiras fábricas em São Paulo estão vinculadas à produção cafeeira e receberam um forte impulso durante a Primeira Guerra Mundial, pois interromperam-se as importações. Os contingentes operários cresceram, e fortaleceram-se politicamente, pois a indústria já instalada não foi mais capaz de absorver a demanda. As cidades tornaram-se numerosas, e com ela emergiram as novas classes urbanas: profissionais liberais, comerciantes e outros vinculados ao setor de serviços, também em crescimento. O Estado absorveu uma quantidade cada vez maior de empregos durante a Primeira República e os funcionários públicos engrossaram a classe dos trabalhadores “não manuais”. Por fim, a imigração completou esse processo dos primeiros anos da República. São Paulo foi o exemplo mais patente da inclusão de um grande contingente de imigrantes na cidade. Nos anos 20 mais de 50% da população era estrangeira, ou descendentes diretos.

O resultado social mais importante dessas mudanças foi, sem dúvida, o surgimento de uma classe média. Grupo extremamente diversificado no qual podemos incluir os imigrantes, operários, militares, até os altos funcionários públicos e, por isso, difícil de identificar e definir. Paulo Sérgio Pinheiro tentou caracterizar as classes médias como

³⁸ Na República já tivemos 9 presidentes militares: 4 gaúchos, 3 nordestinos, 1 mato-grossense, 1 carioca e nenhum paulista ou mineiro. cfr. FLORES, Moacyr. *Dicionário de História do Brasil*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 1993.

³⁹ FERNANDES, Heloisa Rodrigues. *A Força Pública do Estado de São Paulo*. in: *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III, vol 2, Difel, São Paulo, 1977, p. 251.

todos os grupos sociais destituídos de meios de produção e não pertencente ao proletariado. O próprio autor reconhece que é um conceito bastante amplo, pois é próprio dessas classes médias não ter uma ideologia ou um perfil comum. No fundo, os grupos são classificados como classes médias por não inserirem-se em nenhum dos “pólos sociais”: proletariado ou burguesia.⁴⁰ A heterogeneidade e a expressividade numérica dessas classes dificultaram a sustentação de um projeto político comum ou o apoio a um movimento. *“Ao contrário, o seu comportamento político foi ambíguo e hesitante: alguns segmentos se prestaram às manobras oligárquicas, outros revelaram as suas simpatias para um proletariado urbano (sem no entanto, ultrapassar esse estágio meramente contemplativo), outros ainda se moveram inconscientemente entre várias alternativas.”*⁴¹ Não seria leviano afirmar que a atitude dos tenentes nos anos 20 contém essas características; entretanto, procuraremos demonstrar adiante os traços que as diferenciam desse panorama geral.

Com essa mesma diversidade nos deparamos ao analisarmos o conjunto dos movimentos políticos e sociais da República Velha, que demonstravam o descompasso entre uma sociedade em modernização, com todas as contradições que ela traz consigo, e uma arcaica estrutura de poder mantida pelos que dela usufruíam. Os tempos sinalizavam uma transição entre o velho regime imperial, baseado numa economia agrária e exportadora, para um regime republicano, de grupos heterogêneos, baseado numa economia em industrialização. Foram inúmeros os movimentos políticos, sociais e religiosos cujo único ponto em comum consistia, exatamente, na ausência de uma clara e bem estruturada proposta política, o que é perfeitamente compreensível, numa época de mudanças tão intensas. A sociedade da primeira República viveu com a inquietação de quem quer mudar, mas não sabe para onde nem para quê. Canudos, a Revolta da Vacina, a questão do Contestado e, evidentemente, as diversas revoltas Tenentistas são frutos desse estado de espírito.

A variedade dos grupos que participaram dos diferentes movimentos entre a Proclamação da República e o fim da Revolução de 1924, seus métodos diversificados, suas propostas nacionais difusas ou muito regionalizadas nos levam a duvidar de uma análise que os enquadre numa problemática política ou lhes confira uma temática social comum. A questão não é irrelevante se compararmos com os movimentos do período

⁴⁰ PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Classes Médias Urbanas: Formação, Natureza, Intervenção na vida política*. In: História Geral da Civilização Brasileira, tomo III, vol 2, Rio de Janeiro, Difel, 1978, pg 9-37.

colonial, ou do período regencial, ou com a relativa paz do segundo Império. Nos movimentos regenciais, é legítimo identificarmos uma questão comum, que explicita ou implicitamente animava as diferentes revoltas num período determinado. Portanto, se alguém quiser atribuir um espírito comum aos movimentos da Primeira República, terá que se referir justamente à sua peculiar diversidade. A meu ver, não se pode dividir os grupos sociais segundo um critério estático - por exemplo, o econômico - e esperar deles um comportamento comum. As “novas” classes médias, por exemplo, não alcançaram um “comportamento de classe”, como gostariam as teorias sociais. Na verdade, sua expressão política ficou condicionada aos problemas regionais específicos e às dissidências nas oligarquias.

Também o pensamento foi influenciado pela técnica, pela cidade e pela máquina, que surgiram como precursores dos novos tempos. As gerações contemporâneas enchiam-se de otimismo. A busca da mudança, a “revolução” e tudo o que exigisse o fim da velha sociedade apresentava-se com grande orgulho perante os homens do início do século. Embora a Primeira Guerra Mundial tenha arrefecido em todo mundo o otimismo com o qual inaugurara-se o século XX, São Paulo vivia uma especial efervescência político-cultural financiada pelas riquezas do café, insuflada pelas organizações partidárias que desfaziam-se e desenvolviam-se com grande rapidez, abrigadas pela Faculdade de Direito São Francisco.⁴² A Semana de Arte Moderna foi resultado de um processo iniciado muito antes; desde 1916 o Brasil era modernista, no sentido mais amplo do termo: todos criticavam os últimos movimentos literários. O Simbolismo e o Parnasianismo eram manifestações, na literatura, de uma sociedade aristocrática decadente que procurava manter seu “status” sócio político, através dos modos rebuscados, pouco espontâneos. Nessa época, as classes altas procuravam demonstrar uma nobreza que não possuíam, caindo necessariamente na hipocrisia. Embora a Semana tenha gerado um certo escândalo, mesmos os jornais mais tradicionais, como “O Estado de São Paulo”, viam-na com certa simpatia. Esse clima de inovações, é que fazia com que os movimentos tenentistas tivessem uma positiva repercussão na imprensa, tema que voltaremos a falar. O anseio por mudanças, e a negação de uma “sociedade hipócrita”, constituem elementos comuns entre o Modernismo literário e o Tenentismo. Nesse contexto, deve-se ressaltar que a imprensa

⁴¹ SAES, Décio Azevedo Marques. *O civilismo das camadas médias urbanas na Primeira República - 1889-1930*. Campinas, UNICAMP, 1973, p. 35.

assumiu um papel muito importante, especialmente no cenário político dos anos 20, como uma resultante dos fenômenos mencionados.

Dentro do conjunto de mudanças que influenciaram a sociedade brasileira, os “valores burgueses” passaram a predominar, seguindo uma tendência universal iniciada há quase um século na Europa. Essa mudança, no caso brasileiro, foi melhor abordada, a nosso ver, por alguns críticos literários, e é um campo pouco explorado pelos historiadores. O desejo de imitar fórmulas e modos de vida estrangeiros, o desejo excessivo de ascensão social, a importância dada mais às aparências do que às realidades, a crítica leviana e gratuita ao Estado poderíamos citar como exemplo dessa “moral burguesa”.⁴³ Não há como negar que foram essas transformações sociais, centradas no nascimento de uma classe burguesa, que geraram as condições sociais para os movimentos dos anos 20. Os fenômenos da imigração, industrialização e urbanização fazem parte da história de vida desses militares. Entretanto, procuraremos demonstrar que os jovens militares não comungavam com os interesses hegemônicos da época...

Alargando os horizontes de análise, podemos afirmar que os primeiros anos do século XX no Mundo, quando ocorreram destacados fenômenos sociais brasileiros, assistiram a uma mudança óbvia, visível, que está no subsolo de todas as outras: é o fenômeno da aglomeração, o advento das massas.⁴⁴ Esse fato tem importância, pois é a partir dessa época que a multidão ganha efetivamente poder político e o comportamento de massa passa a ser hegemônico, não só na vida política, mas também no cotidiano dos indivíduos, na vida intelectual, moral, econômica e religiosa. Nesse sentido, a “moral burguesa”, destacada por tantos literatos e historiadores não constitui patrimônio das novas classes enriquecidas, mas influenciará todos os grupos, a ponto de verificar o que Ortega Y Gasset afirmou de sua época: *“es indudable que la división más radical que cabe hacer en la humanidad es ésta, en dos clases de criaturas: las que se exigen mucho e acumulan sobre sí mismas dificultades y deberes, y las que no se exigen nada especial, sino que para ellas vivir es ser en cada instante lo que ya son, sin esfuerzo de perfección sobre sí*

⁴² NOGUEIRA FILHO, Paulo. *Ideais e Lutas de um Burguês Progressista*. vol 1, São Paulo, Anhambi, 1958, Capítulo 1.

⁴³ MERQUIOR, José Guilherme. *De Anchieta a Euclides: uma breve história da literatura brasileira*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1977.

⁴⁴ ORTEGA Y GASSET, José. *La Rebelión de las masas*. 6a edição, Buenos Aires, Espasa-Calpe S.A., Col Austral, 1943, p.41.

*mismas, boyas que van a la deriva.*⁴⁵ Essa divisão proposta pelo autor baseia-se em outros critérios que não o econômico ou político. O fenômeno do advento das massas, evidente e inevitável, interfere na vida moral, intelectual, religiosa, inclui o modo de vestir, conversar e divertir-se. O surgimento dessa “moral burguesa” no Brasil, junto com a explosão das cidades, configura o fenômeno descrito pelo filósofo. Quanto à divisão que ele estabelece, voltaremos à questão mais adiante.

As profundas alterações nos aspectos organizacionais do exército foram os fatores que mais diretamente influenciaram na mentalidade dos oficiais. Voltemos a eles. Mesmo antes do fechamento da Escola Militar os militares viam a necessidade de uma mudança na formação. Em um dos relatórios do Ministério da Guerra, registrou-se em 1901: “*A instrução hoje proporcionada pode ser a mais completa, elevada e adiantada – não contesto nem discuto. O que posso garantir é que absolutamente não corresponde às necessidades da vida militar. Talvez prepare ótimos bacharéis em ciências, soldados é que não.*”⁴⁶

Em 1905 foi elaborado um novo regulamento para que a escola fosse reaberta no ano seguinte, dividida entre o Rio Grande do Sul, onde cursar-se-iam os três anos iniciais de todas as armas, e o Realengo no Rio de Janeiro, onde os artilheiros e os engenheiros prosseguiriam seus estudos por mais três ou quatro anos respectivamente.⁴⁷ Um pouco mais tarde haveria nova unificação no Realengo e a partir de então a formação do oficial iria se tornando mais rígida, mais completa, a ponto de fazê-lo adquirir uma identidade própria, normalmente, mais forte da que possuía antes de ingressar na corporação. O cadete, depois de quatro ou cinco anos na Escola do Realengo passava a ser antes de tudo (classe social, profissão, origem familiar ou geográfica) um militar. Por isso, podemos aceitar a idéia de que o exército, especialmente com o processo de profissionalização apontado, é uma “instituição total”.⁴⁸ Isto é, aborda todos os aspectos de seus membros e por isso o exército jamais poderia atuar como “representante” dessa ou daquela classe social, como querem alguns historiadores.

⁴⁵ ORTEGA Y GASSET, José. *La Rebelión de las masas*. 6a edição, Buenos Aires, Espasa-Calpe S.A., Col Austral, 1943, p.45.

⁴⁶ in: CASTRO, Celso. *O Espírito Militar. Um Estudo de Antropologia Social na Academia das Agulhas Negras*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1990, p.124.

⁴⁷ CASTRO, Celso. *O Espírito Militar. Um Estudo de Antropologia Social na Academia das Agulhas Negras*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1990, p.124

⁴⁸ CARVALHO, José Murilo de. *As Forças Armadas na Primeira República: O Poder Desestabilizador*. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III, vol 2, Difel, São Paulo, 1977, p.180-234.

O período de Hermes da Fonseca foi inaugurado em 1906, quando passou a ocupar o ministério da Guerra. Nesse mesmo ano foi arrematado um primeiro grupo de jovens oficiais para servirem no exército alemão, seguido de outros dois: os de 1908 e 1910. A sugestão partira do ministro Rio Branco, e Hermes não demorou a pô-la em prática, pois era um entusiasta do sistema germânico, considerado, na época, um dos melhores do mundo. Os militares que viveram por dois anos a experiência da organização militar alemã foram batizados mais tarde de “jovens turcos”, devido a semelhança com os militares, também jovens, que ajudaram Kemal Atatürk a modernizar a Turquia.⁴⁹ Em 1913, fundaram a revista “A Defesa Nacional”, com o objetivo de divulgar suas idéias de maior profissionalização do exército, lutando pelo sistema de recrutamento por sorteio universal, por uma sistema de defesa nacional e pela formação militar ao longo de toda a carreira.⁵⁰ Mais tarde esses estagiários tornar-se-ão instrutores dos alunos, influenciando diretamente os tenentes dos anos 20.

Hermes negociou a vinda de uma missão alemã ao Brasil, o que foi impossível devido a Guerra, e acabou vindo a Missão Francesa em 1920. A Força Pública de São Paulo, adiantando-se ao exército nacional, já trouxera a Missão Francesa em 1906.⁵¹ Essas missões, além das importantes inovações técnicas que trouxeram, ajudou principalmente na mudança de mentalidade. *“As viagens e os estágios no estrangeiro, e a natureza mais eclética dos cursos nas escolas militares arejavam o espírito dos jovens oficiais, dando-lhes uma compreensão menos dogmática das coisas e um sentimento mais vivo dos seus deveres profissionais e da sua própria missão social. A Ditadura Republicana, de fundo puritano, não seria mais um ideal, todavia, mesmo entre os que se lhe mostravam menos simpáticos, não desaparecera nunca a crença de que nas grandes crises políticas e sociais somente haveria que apelar para o remédio heróico da força, pelo menos pelo prazo necessário à restauração da ordem, tanto material quanto moral. Entre os civis não era esdrúxulo semelhante pensamento, como não o é ainda hoje (...)”*⁵²

A Primeira Guerra Mundial reforçou a convicção de que era necessário uma mudança na formação. Os temas militares estavam nas discussões civis. A grande

⁴⁹ COMELLAS, José Luis. *História Breve del Mundo Contemporâneo (1776-1945)*. Rialp, Madrid, 1998.

⁵⁰ CARVALHO, José Murilo de. *As Forças Armadas na Primeira República: O Poder Desestabilizador*. In: História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III, vol 2, Difel, São Paulo, 1977, p.198-199

⁵¹ CARVALHO, José Murilo de. *As Forças Armadas na Primeira República: O Poder Desestabilizador*. In: História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III, vol 2, Difel, São Paulo, 1977, p.199-200

⁵² BELLO, José Maria. *História da República (1889-1954). Síntese de sessenta e cinco anos de vida brasileira*. 6a. edição, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1972, p.296.

campanha de Hermes da Fonseca para que a lei de 1908 fosse posta em prática - que o recrutamento fosse feito por um sorteio universal, sem exceções - venceu a resistência do Congresso e da imprensa depois de muito tempo de discussão. Desde o período colonial o recrutamento era um dos grandes problemas para as Forças Armadas. A população tinha aversão ao serviço militar, devido ao desprestígio dos praças. As classes altas, através de privilégios, conseguiam isentar-se. Havia também a Guarda Nacional onde as pessoas com rendas podiam se alistar. Em 1906, Hermes reativou a Confederação Brasileira de Tiro, criada em 1896 como um primeiro passo para aproximar do serviço militar os jovens da classe média e alta, sem obter muito sucesso. Juarez Távora, em suas recordações de juventude, conta que em 1910, na cidade de Quixadá onde fora estudar, inaugurou uma Linha de Tiro, com a presença de um general-de-brigada do exército do Recife.⁵³ Apesar de passar pelo Congresso em 1908, a lei do sorteio que obrigava os filhos das elites civis a ingressarem nas fileiras, tal lei não vingou.⁵⁴ Vai obter sucesso depois de uma longa campanha que ganhou fôlego após a Guerra.

Interessante fazer constar que houve um amplo debate civil a respeito da educação militar. Alberto Torres defendia a educação militar a todos, fora dos quartéis.⁵⁵ Olavo Bilac, um dos literatos mais lidos do seu tempo, comoveu a sociedade defendendo a idéia, num discurso na Faculdade de Direito de São Francisco, de que o único remédio para um Brasil desordenado e caótico era educação na caserna.⁵⁶ Paulo Nogueira Filho, estudante de direito na época, ficou profundamente tocado com a campanha em prol do serviço militar em 1915. *“Em São Paulo, a alvorada de Olavo Bilac foi ouvida. Dentre os diversos passos dados para atender à sua clarinada, um teve extraordinário êxito: aberto o “Voluntariado de Manobras” pelo Exército, organizado em moldes novos, para meia dúzia de dezenas de vagas inscreveram-se centenas de jovens, entre os quais predominavam estudantes das escolas superiores da Capital e do Estado, moços da*

⁵³ TÁVORA, Juarez.. *Uma vida e muitas lutas. 1vol. Da planície à borda do altiplano*. 5a. edição, Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1974, p.54

⁵⁴ CARVALHO, José Murilo de. *As Forças Armadas na Primeira República: O Poder Desestabilizador*. In: História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III, vol 2, Difel, São Paulo, 1977, p.199-200

⁵⁵ SOBRINHO, Barbosa Lima. *Presença de Alberto Tôrres. (sua Vida e Pensamento)*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira. 1968, p.403.

⁵⁶ Oração aos Moços, discurso na Faculdade de Direito São Francisco em 09/10/1915 in: SOBRINHO, Barbosa Lima. *Presença de Alberto Tôrres. (sua Vida e Pensamento)*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1968, p.393.

chamada alta sociedade, a par de modestos cidadãos."⁵⁷ Três anos depois aparecem as Ligas Nacionalistas. "*sociedade de moços cujo mérito é terem plena confiança em nossa raça e amarem, acima de tudo, este abençoado solo em que tivemos a ventura de nascer*".⁵⁸ A Liga Nacionalista foi a participação das classes burguesas em questões até então de exclusividade militar.

Com a vigência da lei que permitia o sorteio universal, realizado pela primeira vez em 1916, praticamente duplicou-se o efetivo do exército, passando para quase 43.000 homens.⁵⁹ Esse aumento teve uma repercussão, também, nas escolas militares. Em abril de 1917, Juarez e Fernando Távora matricularam-se no primeiro ano da Escola Militar, quando esta recebeu um contingente especialmente grande, elevando o número total de alunos para 700. Os alojamentos e salas de aula não estavam dimensionados para tanto.⁶⁰ Até o fim do seu curso em 1920, Juarez Távora comentou que o regulamento foi modificado três vezes, o que comprova a profunda alteração que a formação militar vinha sofrendo, necessariamente acarretando uma nova visão da realidade.⁶¹

Dentre essas alterações no ensino da caserna, uma nos chama especialmente a atenção, devido à ligação direta com os tenentes participantes das Revoluções de 22, 23, 24 e da Coluna Prestes: o papel da "Missão Indígena". Uma das disposições da lei de 1918 mudou o processo de seleção para instrutores da escola, instituindo, entre outras coisas, uma prova prática. A maioria dos oficiais que passaram eram ex-castelanos do exército alemão, os "jovens turcos". Essa nova turma de instrutores foi batizada de "Missão Indígena", e a partir de 1919 produziram uma mudança na instrução, dando-lhe "*uma tônica de objetividade e renovação que ela nunca dantes tivera*"⁶² A influência da "Missão Indígena" criou uma nova mentalidade, especialmente entre os tenentes. "*Os oficiais em 1919 iam para a tropa senhores do que tinham de fazer. Foi um impacto forte, porque chegávamos às unidades com uma formação técnica que nos diferenciava do resto da*

⁵⁷ NOGUEIRA FILHO, Paulo. *Ideais e Lutas de um Burguês Progressista*. vol 1, São Paulo, Anhambi, 1958, p.55.

⁵⁸ NOGUEIRA FILHO, Paulo. *Ideais e Lutas de um Burguês Progressista*. vol 1, São Paulo, Anhambi, 1958, p.90.

⁵⁹ CARVALHO, José Murilo de. *As Forças Armadas na Primeira República: O Poder Desestabilizador*. In: História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III, vol 2, Difel. São Paulo, 1977, p.201.

⁶⁰ TÁVORA, Juarez.. *Uma vida e muitas lutas. Ivol. Da planície à borda do altiplano*. 5a. edição, Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1974, p.84-85.

⁶¹ TÁVORA, Juarez.. *Uma vida e muitas lutas. Ivol. Da planície à borda do altiplano*. 5a. edição, Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1974, p.94.

⁶² TÁVORA, Juarez.. *Uma vida e muitas lutas. Ivol. Da planície à borda do altiplano*. 5a. edição, Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1974, p.94.

oficialidade. (...) Tudo começou a mudar. Uma influência renovadora se irradiava dos escalões inferiores para cima, criando-se uma mentalidade mais militar, mais técnica. Nesse sentido, os tenentes de 1919 surgiram como uma elite dentro do Exército, principalmente fora do Rio Grande do Sul ou Mato Grosso eram mal recebidos em várias unidades por seus comandantes, que lhes diziam: “Não me venham com estas idéias de instrução para não perturbar a vida do quartel. Somos uma família. Não queremos problemas.”⁶³

Junto à lei que permitiu a entrada dos “jovens turcos” como instrutores, foram introduzidas uma série de reformas. As principais foram a organização de um “Corpo de Alunos” subordinado ao comandante da escola, a inclusão de um maior número de disciplinas diretamente relacionadas com o ensino profissional,⁶⁴ e a proibição total (sem as exceções de antes) da matrícula de oficiais. Esta última tornou o grupo de alunos mais homogêneo, dentro de uma nova disciplina “mais verdadeiramente militar”. Nesses anos conviveram na Escola: Cordeiro de Farias, Juarez Távora, Luís Carlos Prestes, Eduardo Gomes e Siqueira Campos, – os três últimos formados em 1918 e os dois primeiros em 1919 – militares que se envolveram diretamente nas revoluções tenentistas.⁶⁵ O fim dessa estrutura coincidiu com o fim do movimento do 18 do Forte de Copacabana: os alunos da Escola Militar aderiram à rebelião e foram expulsos, houve mudança do comando e o desaparecimento da “Missão Indígena” da Escola. O governo tratou de colocar a “Escola Militar sob a influência da Missão Militar Francesa, a qual, embora já estivesse no país desde 1920, não tinha incluído ainda a Escola em seu programa de reorganização do Exército. Sob essa nova influência, os regulamentos de 1918 e 1919, feitos sob a influência de oficiais que haviam estagiado na Alemanha, foram substituídos”⁶⁶ Uma nova reforma foi introduzida em 1924, seguida de uma outra em 1934; ambas criaram um padrão que permanece até os dias de hoje.

Nesse contexto também foi extinta a Guarda Nacional. “Mesmo sendo já um órgão de exclusivo uso político, a extinção da Guarda significava o fim da dualidade do serviço

⁶³ FARIAS, Cordeiro de. (1981,66-67) in: CASTRO, Celso. O Espírito Militar. *Um Estudo de Antropologia Social na Academia das Agulhas Negras*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1990, p.127.

⁶⁴ CASTRO, Celso. O Espírito Militar. *Um Estudo de Antropologia Social na Academia das Agulhas Negras*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1990, p.125.

⁶⁵ TÁVORA, Juarez.. *Uma vida e muitas lutas. Ivol. Da planície à borda do altiplano*. 5a. edição, Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1974, p.85.

⁶⁶ CASTRO, Celso. O Espírito Militar. *Um Estudo de Antropologia Social na Academia das Agulhas Negras*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1990, p.128.

*militar, um destinado às classes baixas, outro às classes altas. Para o exército foi uma transformação básica. Podia agora contar com abundante e qualificado material humano, podia modernizar e sistematizar o processo de treinamento, podia criar reservas, podia incluir em suas funções a educação cívica, como o pregavam Hermes, os “turcos” e Bilac, e podia, finalmente, reduzir a distância que o separava da elite civil. Só então o exército ganha condições de se tornar aos poucos realmente nacional. O sorteio deu ao exército o monopólio do serviço das armas ao nível nacional, multiplicando com isto seu poder político.”*⁶⁷

Em 1920, o ministro Pandiá Calógeras contratou um grupo de militares franceses como consultores para a renovação militar, a chamada “*Missão Francesa*”. A Força Pública do Estado de São Paulo, adiantando-se ao Exército Nacional, contratou-a em 1906, em 1914 ela retornou à França, devido à Grande Guerra, e uma segunda veio entre 1919 e 1924. O ponto central da instrução foi a disciplina militar.⁶⁸ Apesar de ser uma “consultora”, exerceu uma grande influência, especialmente nos escalões mais altos do exército, onde ministrou cursos nos quais incentivou a formação cada vez mais técnica do exército e a formulação de uma doutrina de defesa nacional gerenciada por um Estado Maior. Este Estado Maior vai aumentar o controle interno da organização e seu poder político.⁶⁹ Entretanto, esse poder só se efetivará após as revoltas tenentistas. Por sinal, devemos ter em conta que o controle interno que contamos hoje não era o mesmo da década de 20.

3. O nascimento do tenentismo

A profissionalização do exército, na qual teve um importantíssimo papel o marechal Hermes, acarretava uma postura de não intervenção política. Entretanto, essa postura pareceu contraditória num governo de tantas interferências militares. Além disso, nas discussões políticas que motivaram a Revolução dos 18 do Forte de Copacabana,

⁶⁷ CARVALHO, José Murilo de. *As Forças Armadas na Primeira República: O Poder Desestabilizador*. In: História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III, vol 2, Difel, São Paulo, 1977, p. 194-195.

⁶⁸ BORGES, Vavy Pacheco. *Memória Paulista*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1997, p.30-31.

⁶⁹ CARVALHO, José Murilo de. *As Forças Armadas na Primeira República: O Poder Desestabilizador*. In: História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III, vol 2, Difel, São Paulo, 1977, p. 199-200

novamente o marechal aparecerá como protagonista; por isso, nos deteremos um pouco mais na política de sua época.

O processo sucessório que traria Hermes da Fonseca à presidência foi bastante tumultuado. O presidente Afonso Pena, tentando desvincular-se da influência de Pinheiro Machado - o grande articulador das oligarquias -, indicou o mineiro Davi Campista como seu sucessor, injuriando paulistas, gaúchos e militares. Por influência de Pinheiro Machado e descontentamento das oligarquias, surgiu a candidatura de Hermes da Fonseca, que se demitira do cargo de ministro da Guerra de Afonso Pena algumas semanas depois do Presidente indicar Davi Campista. Entretanto, em maio de 1914, alguns meses antes da eleição, morreu Afonso Pena assumindo Nilo Peçanha. Este apoiou o candidato militar, que passou da oposição para uma confortável situação. Rui Barbosa, que perdera o apoio de Pinheiro Machado, manteve sua candidatura para fazer oposição a Hermes.

O jogo político que teve como resultado esses candidatos manifestou o desacordo entre Minas e São Paulo e a união entre gaúchos e militares, que sempre foram um fator de desequilíbrio na “política do café-com-leite”. *“O novo da questão é que as lideranças civis (...) já se dispunham a aceitar um candidato militar como saída para um impasse sucessório”*.⁷⁰ Porém, seria precipitado dizer que isso representou o retorno dos militares ao poder. Hermes aceitou a candidatura por pressões de Pinheiro Machado, e como militar sempre tivera uma postura contrária à intervenção política.⁷¹

Filho de militar, o gaúcho Hermes Ernesto da Fonseca teve uma carreira de sucesso na instituição. Foi ajudante de ordens do Conde d’Eu, em 1881, e pouco mais tarde do seu tio, o marechal Deodoro da Fonseca. Exerceu o comando da Brigada Policial da Capital Federal até 1904, quando reprimiu uma tentativa de revolta na Escola Militar do Realengo. Alcançou o posto de marechal em 1906, ano que assumiu o Ministério da Guerra. Suas origens em nada coincidem com a da maioria dos tenentes, embora as circunstâncias os uniriam até a sua morte.

Rui Barbosa contou com o apoio dos grupos que faziam oposição aos governadores de São Paulo e da Bahia, os quais estavam ao lado da candidatura de Hermes. Os partidários de Rui, procurando compensar a desvantagem, utilizaram uma arma até então desconhecida: a propaganda de rua. Rui Barbosa percorreu o país fazendo comícios e

⁷⁰ CARVALHO, José Murilo de. *As Forças Armadas na Primeira República: O Poder Desestabilizador*. In: História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III, vol 2, Difel, São Paulo, 1977, p. 218.

conferências nas capitais, batizando esse esforço de “Campanha Civilista”. Partidários de Hermes reagiram prendendo manifestantes, criando um clima de radicalismo. Apesar da vitória de Hermes, com a disputa eleitoral cresceram os protestos contra o elitismo das campanhas anteriores, e ficou claro que o sistema político era limitado demais para atender a uma sociedade em acelerado processo de urbanização.

Logicamente, a “Campanha Civilista” mostrou o candidato inimigo como a representação do atraso oligárquico e militarista. *“A conotação militarista surgiu muito mais pela campanha de Rui do que pela presença de Hermes. (...) Em primeiro lugar, a candidatura de Hermes estava dentro do jogo político dos Estados. (...) Em segundo lugar, as posições de Hermes, pessoalmente, e dos militares em geral, estavam muito mais próximas das do próprio Rui do que das de Pinheiro Machado. Hermes, apesar dos ataques violentos de Rui durante a campanha, o convidou para o ministério. No fundo, tanto Rui como os militares eram contra as práticas da política dos Estados e combatiam as oligarquias regionais. Hermes ia inclusive mais longe nesta oposição: foi o primeiro candidato, por exemplo, a mencionar os operários em sua plataforma, e patrocinou o 4º Congresso Operário Brasileiro de 1912, quando presidente”*.⁷² Apenas levando em conta essas idéias “civilistas” de Hermes é que poderemos entender a profunda admiração dos tenentes por ele.

A política dos governadores, que tinha como base o reconhecimento pelo governo federal das forças dominantes nos estados, rompeu-se com a nova política adotada por Hermes, batizada de “Política das Salvações”. Com a idéia de garantir a legalidade nas eleições estaduais pela força, o Exército comprometeu-se com as candidaturas de oposição. As eleições estaduais se transformaram em conflitos armados, e as pressões federais levaram ao poder aliados do presidente e dos militares na Paraíba, no Piauí e em todo Norte, contribuindo para o crescimento de um clima de instabilidade política. Havia nas salvagens o aspecto do conflito entre os militares e as oligarquias estaduais.⁷³ Conscientemente ou não, o candidato indicado por Pinheiro Machado tinha escapado da sua influência. Interessante análise José Murilo de Carvalho fez do relacionamento entre

⁷¹ CARVALHO, José Murilo de. *As Forças Armadas na Primeira República: O Poder Desestabilizador*. In: História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III, vol 2, Difel, São Paulo, 1977, p. 218.

⁷² CARVALHO, José Murilo de. *As Forças Armadas na Primeira República: O Poder Desestabilizador*. In: História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III, vol 2, Difel, São Paulo, 1977, p. 219

⁷³ CARVALHO, José Murilo de. *As Forças Armadas na Primeira República: O Poder Desestabilizador*. In: História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III, vol 2, Difel, São Paulo, 1977, p. 219

civis e militares através desse fenômeno: em primeiro lugar, o autor indica uma aproximação das elites políticas com o exército. *“Esta aceitação parcial se tornara possível pela maior estabilidade do sistema e pela extinção do jacobinismo militar com o fechamento da Escola da Praia Vermelha. Hermes representava no momento o militar profissional, empenhado na modernização da organização e em seu afastamento das atividades políticas. Mas o fenômeno indicava também, através da campanha civilista e das salvaçãoes provocadas ambas pela candidatura e pelo governo Hermes, que a aproximação entre militares e políticos republicanos era ainda prematura. A campanha civilista exacerbou as apenas adormecidas prevenções dos civis contra militares, particularmente, contra o militarismo dos primeiros anos da República. As salvaçãoes mostraram a persistente falta de unidade hierárquica do exército evidenciada na atuação autônoma de individuos e grupos, bem como a também persistente tendência antipolíticas e antioligárquicas da corporação”*⁷⁴

Não foi só na alta cúpula política que o governo foi perturbado. A Revolta da Chibata, ocorrida algumas semanas após a posse de Hermes e protagonizada pelos marinheiros do encouraçado Minas Gerais, exigia o fim dos castigos físicos, aumento dos soldos e melhor alimentação a bordo. Contrastando com os “aristocráticos” oficiais, os marinheiros continuaram sendo recrutados à força e submetidos ao castigo da chibata. Depois de manobras surpreendentes na Baía de Guanabara, o governo aceitou as exigências dos revoltosos e decidiu anistiá-los. No dia 10 de dezembro, os fuzileiros navais alojados na ilha das Cobras se revoltaram e foram bombardeados pelos próprios companheiros. Isso serviu de motivo para o governo prender os 22 líderes já anistiados da Revolta da Chibata – que estavam alheios à revolta da ilha das Cobras. Além da humilhação sofrida pelas Forças Armadas, o episódio relegou mais uma vez a Marinha a um segundo plano na política, num momento em que investira bastante na renovação do seu equipamento. Na região do Contestado, fronteira entre o Paraná e Santa Catarina, repetiu-se o vexame do exército em Canudos: o capitão João Alberto e mais 13 homens acabaram morrendo já no primeiro confronto. Foi preciso que o general Setembrino de Carvalho – que seria o ministro da guerra durante a revolução de 1924 –, com 7000 homens (80% do exército), atacasse implacavelmente os “fanáticos” para acabar com a aglomeração em janeiro de 1916, depois de 5 anos de luta.

⁷⁴ CARVALHO, José Murilo de. *As Forças Armadas na Primeira República: O Poder Desestabilizador*. In:

Nesse contexto de conflitos regionais, rebeliões sociais, interferência dos gaúchos e militares na presidência, as instituições políticas desagregaram-se. Os militares dos anos 20 encontrarão um confuso emaranhado de forças políticas e isso será um dos motivos que impedirá o governo de combatê-los com eficácia. Um exemplo dessa desagregação era a situação do Partido Republicano Paulista, único partido organizado em São Paulo. Paulo Nogueira Filho, neto de José Paulino, líder do PRP, assistia na sua juventude a esse início de desagregação que começava com as divergências internas:

"Terminava o governo do Mal Hermes, um dos mais tormentosos da República: intervenções federais e deposição de governadores na Bahia, Alagoas, Pernambuco e Ceará; ameaças contra São Paulo, questão militar, estado de sítio, sem falar nos morticínios de marinheiros na ilha das Cobras e na ditadura política do general Pinheiro Machado. Quanto a êste, as opiniões do auditório de José Paulino se dividiam. (...)

Eu era furiosamente civilista, partidário de Rui Barbosa..."⁷⁵

O Partido Republicano era incapaz de seduzir; além de perder aliados, não conseguia adeptos entre as classes mais jovens. Mais tarde, em 1926, da dissidência do PRP, surgiria o Partido Democrático, abrigando um bom número de civis e alguns militares que tinham apoiado a revolução de 1924 e que, posteriormente, apoiariam a de 1930.

O Marechal Hermes não teve grandes dificuldades para eleger como sucessor, Venceslau Brás (1914-1918). Já no início de seu governo estourou a Primeira Guerra na Europa, fazendo com que as energias oposicionistas enfraquecessem, desfazendo por algum tempo o clima de revolta. A Primeira Guerra Mundial desviou a atenção dos brasileiros das questões internas e concitou-os a uma união nacional. Além disso, com a diminuição das importações e o aumento da demanda externa devido a guerra, a produção da indústria nacional cresceu de forma rápida trazendo algumas vantagens já conhecidas. Entretanto, a carestia, consequência da paralisação do comércio marítimo, e a especulação de alimentos foram o verdadeiro fermento para as manifestações operárias, como as três greves de 1917 em São Paulo. De qualquer forma, a preocupação com esses problemas abrandou as rixas entre as oligarquias para o domínio político. O ambiente tornou-se mais carregado em fins de 1914. A ausência de leis de proteção ao trabalho e a presença da

História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III, vol 2, Difel. São Paulo, 1977, p.220.

⁷⁵ NOGUEIRA FILHO, Paulo. *Ideais e Lutas de um Burguês Progressista*. vol 1, São Paulo, Anhambi, 1958, p.46.

imprensa anarquista contribuíram também para esse ambiente. A ameaça de perturbações públicas tornou-se constante preocupação das “classes conservadores”⁷⁶ E tinham razão! Rui Barbosa, o grande crítico das oligarquias, previa, algum tempo depois das greves de 1917, que os movimentos populares não teriam controle. *“Quem poderia responsabilizar-se hoje por um movimento popular uma vez solto? Quem terá confiança em o dirigir uma vez declarado? Enquanto as revoluções eram políticas tinham praias que a circundavam e lhes punham raias visíveis. Depois que se fizeram sociais (e sociais são hoje todas), todas beiram esse mar tenebroso, cujo torvo mistério assombra de ameaças as plagas do contemporâneo.”*⁷⁷

No governo de Epitácio Pessoa (1918-1922), retorna-se ao estado caótico do fim do governo Hermes. No fundo, para a política nacional, a guerra foi um intervalo pacífico que adiou a pressão revolucionária por mais alguns anos. O governo de Epitácio Pessoa assistiu à expansão de todos os desejos revolucionários, inclusive entre os militares que encontraram nele os motivos para as rebeliões tenentistas. José Maria Bello sintetizou muito bem esse momento engendrado desde a “Campanha Civilista”. *“Tudo indicava que se encerrara por muito tempo o curto período de paz interna, inaugurado na presidência Prudente de Moraes, e que desfrutara o seu melhor clima no governo Rodrigues Alves. O fim da presidência Epitácio Pessoa assinalava – poder-se-ia afirmar hoje, com a perspectiva permitida pelo tempo – o início da campanha revolucionária que, tão deturpada no seu tormentoso curso, desaguardaria no movimento vitorioso de 1930 e no Estado Autoritário de 1937. Não seria arbitrário também dizer que ela encontraria, embora tão diversas as aparências, sua gênese na reação civilista de doze anos antes. Rebelando-se, em 1909, contra a oligarquia que controlava a direção da República, e onde, aliás, por algum tempo ele se aquietara, Rui Barbosa revelara que no Brasil das velhas tradições patriarcais já era possível o apelo direto, para o bem e para o mal, ao displicente absentismo das classes burguesas e à indiferença das massas populares. A marcha mais rápida da economia nacional (...), conjugada com as inquietações de toda espécie, como resultado moral da Primeira Grande Guerra, faziam nascer novo estado de alma coletivo, que os políticos, ainda os mais lúcidos, viciados nos benefícios do governo ou nas oposições, não raro de simples inspiração demagógica, não tentavam ver.*

⁷⁶ NOGUEIRA FILHO, Paulo. *Ideais e Lutas de um Burguês Progressista*. vol 1, São Paulo, Anhambi, 1958, p.46.

*Desta forma, não nos é difícil concluir que nos movimentos subversivos que agitaram o Brasil entre 1921 e 1930 (teriam surgido provavelmente em 1914 ou 1915, se não fora a conflagração mundial) se confundiriam velhos desencantos, sinceros desgostos, reflexos da crise universal, ambições de toda natureza, demagogia vulgar, intuítos subalternos, amor à aventura e à desordem.”*⁷⁸

Desde a luta pela indicação do sucessor de Venceslau, a coesão da política oligárquica vinha sofrendo contínuos abalos, e o único candidato de consenso encontrado fora Rodrigues Alves, já com 70 anos. Nem chegou a tomar posse, vindo a falecer em janeiro de 1919. Como a Constituição previa, foram realizadas novas eleições, e novamente as oligarquias viram-se obrigadas a chegar a um acordo. Escolheram Epitácio Pessoa, que seria o primeiro nordestino a comandar a nação. A escolha recaiu sobre ele exatamente para evitar o choque entre São Paulo e Minas; não havia um político paulista maduro para ocupar o cargo, e Minas não poderia repetir a dose. Durante a eleição, Epitácio encontrava-se no Palácio de Versalhes, chefiando a delegação brasileira na Conferência de Paz. Concorreu com o eterno candidato Rui Barbosa e, mesmo ausente, venceu facilmente as eleições. Chegou da Europa alguns dias antes de tomar posse.

Uma vez eleito, declarou-se livre de toda injunção partidária, criando um clima de expectativas e esperanças. Seu ministério foi composto de políticos desligados do sistema dominante dos grandes estados.⁷⁹ Sucederam-se questões salariais de funcionários civis e militares no Congresso, discutia-se a Lei da Imprensa, agravava-se a situação econômica e social do país. Para completar o quadro, Epitácio Pessoa e Pandiá Calógeras tinham o costume de serem polêmicos, incentivando ainda mais as críticas e servindo um prato cheio à imprensa, que vivia um momento de global expansão. *“Os laivos de independência de Epitácio Pessoa e sua posição radical diante dos problemas em geral levam-no logo a entrar em choque com os grandes Estados e com os militares”*⁸⁰ Entretanto não haverá aliança entre civis e militares nos movimentos revolucionários futuros.

Provavelmente, Epitácio não foi capaz de prever as consequências ao provocar novas discussões entre os militares. Começou nomeando dois ministros civis para as pastas

⁷⁷ BARBOSA, Rui. Discurso no Senado. in: DUARTE, Paulo. *Memórias. Vou-me embora para Passárgada*. Vol VIII, São Paulo, HUCITEC, 1978, p.291.

⁷⁸ BELLO, José Maria. *História da República (1889-1954). Síntese de sessenta e cinco anos de vida brasileira*. 6a. edição, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1972, p.249.

⁷⁹ CARONE, Edgar. *A República Velha. (Evolução Política)* Difel, São Paulo, 1971, p.322-323.

⁸⁰ CARONE, Edgar. *A República Velha. (Evolução Política)* Difel, São Paulo, 1971, p.324

militares – Pandiá Calógeras como ministro da Guerra e Raul Soares como ministro da Marinha. A partir de então, a situação política foi deteriorando-se e, o que era era mais grave para Epiácio, no segmento militar.

Nesse conturbado clima político, desenvolveram-se as negociações para a definição do próximo candidato à presidência, tensionando ainda mais a situação. Epiácio procurou isentar-se de indicar o sucessor, embora não tenha conseguido. São Paulo e Minas Gerais apoiavam o nome de Arthur Bernardes, Epiácio deixou, então, que os estados do norte escolhessem o vice. Abriu-se uma disputa entre Bahia e Pernambuco de difícil solução, levando Arthur Bernardes a escolher pessoalmente Urbano Santos, do Maranhão. Na Convenção de 8 de junho de 1921, estados como Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul não compareceram. Políticos desses estados, que até então disputavam a indicação de um candidato, resolveram unir-se a Nilo Peçanha (RJ), candidatura apoiada por Borges de Medeiros que, desde o início das negociações mantinha-se afastado dos conchavos entre São Paulo e Minas.

Nilo Peçanha, governador do Rio de Janeiro, formado pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1887, entrou na política no fragor do radicalismo republicano, quando o vice-presidente, Manoel Vitorino, assumiu o poder (na ausência de Prudente de Moraes) e agrupou uma série de pessoas identificadas com os ideais jacobinos. Depois de assumir a presidência em 1909 em substituição a Afonso Pena, e dar o apoio à Hermes da Fonseca como seu sucessor, foi governador do Rio de Janeiro, de 1914 a 1917, e ministro das Relações Exteriores no governo de Venceslau Brás. Era uma biografia estimulante para os militares. A chapa que formou com J. J. Seabra (BA) autodenominou-se “Reação Republicana”, que *“encabeçou, a partir daí, a oposição cerrada a Bernardes, que foi mais atingido e injuriado do que qualquer outro político na história deste país”*⁸¹

Foram inúmeros os incidentes com os militares que arrefeceram sua oposição ao governo de Epiácio Pessoa e ao do seu sucessor. A insatisfação da alta cúpula com a nomeação de civis para os ministérios militares já tinha se dissipado quando Pandiá Calógeras, contrariando a negativa do Estado Maior, nomeou franceses para serem instrutores da Escola Militar. O Marechal Bento Ribeiro pediu demissão e esboçou-se uma

⁸¹ CARNEIRO, Glauco. *História das Revoluções Brasileiras*. Vol. 1, Rio de Janeiro, O Cruzeiro, 1965, p.224.

nova questão militar. A atitude enérgica de Eptácio Pessoa conseguiu adiar um pouco mais as rebeliões nos quartéis.⁸²

Em novembro de 1920, Hermes chegou ao Brasil, depois de passar cinco anos na Europa, e foi recebido como herói. Convencido por colegas, chegou a lançar candidatura própria num jantar em 2 de junho de 1921, mas, diante do pouco apoio que tinha, acabaria por desistir. Entretanto, a presença de Hermes da Fonseca, pela sua personalidade e posições passadas, coincidindo com o delicado momento político, respaldaram as manifestações militares contra Eptácio Pessoa. Em março de 1921, tomara posse na presidência do Clube Militar, dando todo apoio à Nilo Peçanha.

Numa manhã de outubro do mesmo ano, o jornal “Correio da Manhã” publicou uma carta atribuída a Arthur Bernardes, na qual Hermes da Fonseca era chamado “sargento sem compostura”, Nilo Peçanha “pobre mulato” e alguns generais de “anarquizadores.” Inicialmente o Marechal Hermes, no qual estavam voltados os olhos da oficialidade, reagiu afirmando que “Arthur Bernardes jamais escreveria semelhante torpeza” No dia seguinte, nova carta foi publicada em tons tão ofensivos quanto na primeira. As cartas, porém, tiveram o efeito de uma bomba, agravadas pelas circunstâncias incendiárias da época. Outros membros do Clube exigiram do seu presidente um veredicto, e para isso foi eleita uma comissão de 6 membros. Nos últimos dias do ano, a comissão apurou a autenticidade das cartas.⁸³ Soube-se mais tarde que as cartas eram falsas, de qualquer forma, elas serviram para acirrar o ânimo dos militares e dar uma repercussão ao processo eleitoral de dimensões incomuns até então.⁸⁴

“Autêntica ou apócrifa, foi essa malfadada carta o ponto de partida da crise político-militar, que deveria sacudir o país durante os dez anos seguintes.

*Tornara-se visível, em muitas guarnições militares, o descontentamento da oficialidade do Exército, com a eleição e reconhecimento do Sr. Arthur Bernardes, para presidente da República, sobretudo na capital federal”*⁸⁵ Normalmente seria muito difícil alcançar um efeito de tal amplitude, se a imprensa não tivesse, no setor militar, uma

⁸² MAGALHÃES, Bruno de Almeida. *Arthur Bernardes. Estadista da República*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1973. Capítulo 13.

⁸³ MAGALHÃES, Bruno de Almeida. *Arthur Bernardes. Estadista da República*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1973. Capítulo 13 a 16.

⁸⁴ Em maio de 1929 dois falsários confessaram o crime. Oldemar Maria de Lacerda foi quem as falsificou, incentivado pelo político Irineu Machado. Sobre isso ver: MAGALHÃES, Bruno de Almeida. *Arthur Bernardes. Estadista da República*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1973.

repercussão tão grande. Parece-nos que essa influência carece de um estudo mais aprofundado; entretanto, podemos afirmar que a imprensa serviu como alto-falante que congregou todos os descontentes à rebelião. “*Todo aquele que estuda o gérmen do ciclo revolucionário ocorrido sob o governo de Bernardes verifica que sua origem residiu na ação deletéria da imprensa*”⁸⁶

Portanto podemos dizer que o problema militar, que vai deflagrar os movimentos tenentistas, passa por todas essas vicissitudes: escolha do ministros civis para as Forças Armadas, Cartas Falsas, vinda da Missão Francesa, envolvimento do Clube Militar no problema sucessório e a própria atitude inflexível do governo, que se utiliza de punições e transferências para conter a rebeldia.

Em 1º de março de 1922, foi eleito Arthur Bernardes, e restou à Reação Republicana contestar a eleição, apoiados pelos irados membros do Clube Militar. Enquanto não deixava o governo, Epiácio Pessoa procurava contornar todos esses problemas. O ministro do exército analisava a situação, prevendo que Bernardes poderia ficar pouco tempo no cargo. Surge entre os próprios situacionistas a idéia de que Arthur Bernardes deveria renunciar. Entretanto, Epiácio conseguiu que o governo reconhecesse a legitimidade do seu sucessor.⁸⁷ Várias outras manifestações, formais ou não, aparecem nesse ínterim contra o futuro governo Bernardes. Entre os militares, podemos citar como exemplo o caso de uma circular que correu os quartéis em que eram acusados certos elementos de serem coniventes com o governo; ou a reunião de Capitães-de-mar-e-guerra pedindo a escolha de um candidato de conciliação; surgem problemas no Maranhão, Distrito Federal e Niterói.⁸⁸

Em fins de maio de 1922, quando se discutia o problema sucessório em Pernambuco, estado natal de Epiácio Pessoa, duas facções rivais entraram em confronto. A briga agravava-se cada vez mais, sem perspectiva de melhorar, e o governo pediu a ação do exército em favor de uma das partes. Marechal Hermes, então presidente do Clube Militar, dirigiu um telegrama ao Coronel Jaime Pessoa, da 6ª Região Militar, pedindo que não interviesse, desobedecendo as ordens do governo. Lembrou aos oficiais desse estado

⁸⁵ TÁVORA, Juarez.. *Uma vida e muitas lutas. Ivol. Da planície à borda do altiplano*. 5a. edição, Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1974, p.113.

⁸⁶ MAGALHÃES, Bruno de Almeida. *Arthur Bernardes. Estadista da República*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1973, p.172.

⁸⁷ CARONE, Edgar. *A República Velha. (Evolução Política)* Difel, São Paulo, 1971, p.347

⁸⁸ CARONE, Edgar. *A República Velha. (Evolução Política)* Difel, São Paulo, 1971, p.348-349.

que “*as situações políticas passam e o Exército fica.*”⁸⁹ Depois de uma pequena discussão formal, por meio de telegramas e ordens, Hermes, que não transigira nem um pouco com o governo, foi preso no dia 2 de julho por 24 horas e, no dia seguinte, o Clube Militar foi fechado por seis meses. Os oficiais ficaram furiosos, especialmente os mais jovens, admiradores incondicionais do marechal detido. Desencadeara-se a tempestade.

4. Os 18 do Forte de Copacabana

O episódio de Pernambuco com seus desdobramentos – prisão de Hermes e fechamento do Clube Militar – foi o estopim da Revolução que vinha sendo preparado há alguns meses.⁹⁰ Desde 1919, o comandante do Forte de Copacabana era o capitão Euclides Hermes, filho do ex-presidente ultrajado. Insuflado e conduzido pelo ajudante do Forte, Tenente Antônio Siqueira Campos, em 4 de julho de 1922 autorizou que seus comandados acelerassem os preparativos para uma revolta que pretendia substituir os dirigentes políticos. À tarde, apareceu um tenente que servia uma unidade de aviação, pedindo para aderir à ela: Eduardo Gomes. Outras unidades inteiras também aderiram, como a do Forte do Vigia, composta de 54 homens, que transferiu-se para o Forte de Copacabana.

Ainda na noite do dia 4, o governo mandou o General Bonifácio Gomes da Costa conversar com o comandante Euclides Hermes. O General e seu acompanhante foram presos. O governo foi avisado que às 0:00hs começaria a rebelião. Com 20 minutos de atraso estouraram os 3 primeiros tiros de canhão. Durante toda a madrugada e manhã do dia 5, o Forte de Copacabana sustentou uma forte artilharia contra outras unidades do exército, e não deixou de acertar casas e estabelecimentos civis, matando dezenas de pessoas.

Na Vila Militar, o Coronel Nestor Sezefredo, tomando conhecimento da chegada de oficiais estranhos àquela guarnição, mandou prendê-los assim que desembarcassem na estação ferroviária. Um deles era Gustavo Cordeiro de Farias, que seria companheiro de prisão de Juarez Távora. Depois de um tiroteio na Vila Militar, conseguiram prender os

⁸⁹ TÁVORA, Juarez. *Uma vida e muitas lutas. 1vol. Da planície à borda do altiplano*. 5a. edição, Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1974, p.114.

⁹⁰ CARONE, Edgar. *A República Velha. (Evolução Política)* Difel, São Paulo, 1971, p.352-353.

oficiais do 1º Regimento de Infantaria, que tinham ido até lá para conseguir adesões. Entre eles estavam os tenentes Arthur da Costa e Silva, César Gonçalves e Edgar Buxbaum.

Na Escola Militar do Realengo, o responsável pelo serviço do dia 4 de julho era Juarez Távora, que tinha manifestado, horas antes de começar o plano conspirador, sua indisposição em colaborar, embora soubesse dos graves acontecimentos que levaram à conspiração. Os alunos estavam organizados e, com a chegada de vários oficiais antes das 11:00 h da noite, foram colocados em forma. Deslocaram-se para a vila militar, onde esperava-se encontrá-la revoltada. Mas souberam que a tropa aquartelada na Vila estava de prontidão. Esperavam clarear o dia ocupando o Morro da Caixa d'Água, de onde havia um bom controle sob toda a Vila. Trocaram alguns tiros, ocasionando a morte de um cadete e deixando outro ferido. Por volta das nove da manhã, o líder dos cadetes, coronel Xavier de Brito, decidiu reconduzir os cadetes e seus instrutores ao quartel da Escola. Os oficiais que haviam participado do combate entregaram-se sem resistência e, mais tarde, conduzidos presos para a ilha das Cobras. Na prisão, Juarez Távora leu “O Problema Nacional Brasileiro” e “A Organização Nacional”, de Alberto Torres.⁹¹

O fracasso dessas unidades arruinou a rebelião, que pretendia alastrar-se rapidamente por todo o exército. Controladas as unidades militares, o governo conseguiu organizar-se para reprimir a rebelião do Forte de Copacabana, que sozinho persistia no bombardeio. Essa situação adversa levou Siqueira Campos a exclamar: “*Preparemo-nos para morrer*”. De fato, na madrugada do dia 6, o ministro da Guerra exigiu a rendição do Forte e Siqueira Campos liberou todos os prisioneiros, além de incentivar a partida daqueles que não quisessem enfrentar as forças do governo. Consciente da derrota inevitável, Siqueira Campos deixou claro que quem ficasse não poderia esperar “nada de bom”. Dos oficiais, ficaram apenas Euclides Hermes, Mário Carpenter, Newton Prado, Eduardo Gomes e o próprio Siqueira Campos. Centenas de soldados saíram e os que ficaram, somando-se aos oficiais, totalizavam 29 pessoas.⁹²

Na manhã do dia 6, o Forte foi bombardeado pelos encouraçados São Paulo e Minas Gerais. Ataques por mar, terra e ar eram simultâneos; por isso, Euclides Hermes saiu do Forte para expor ao governo as condições para acabar com a revolta: garantia de vida, demissão do Exército e livre passagem para o exterior. O ministro Pandiá Calógeras

⁹¹ TÁVORA, Juarez. *Uma vida e muitas lutas. 1vol. Da planície à borda do altiplano*. 5a. edição, Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1974, p.116-120

⁹² CARNEIRO, Glauco. *História das Revoluções Brasileiras*. Vol. 1, Rio de Janeiro, O Cruzeiro, 1965, p.233

aceitou-as, mas, por uma decisão posterior do presidente, o líder foi preso e o Forte obrigado a render-se incondicionalmente. Euclides Hermes teve que ler aos seus companheiros essa ordem do governo e depois encaminhar-se para a prisão, onde permaneceria por 4 anos.

A tropa resolveu então lutar até o fim, de peito aberto. Às 15:00 h saíram ao encontro dos soldados legais, de tal maneira que estes achavam que os oficiais seguiam em sua direção para renderem-se. Os revolucionários “entrincheiraram-se” no muro que separava a praia da Avenida Atlântica e dos 28 que saíram do Forte apenas 17 lutaram, mais um civil, Otávio Correia, que aderiu aos tenentes durante a marcha. Depois de um violento tiroteio, morreram dezesseis pessoas, sobrevivendo apenas Siqueira Campos e Eduardo Gomes.⁹³

Em outras unidades não houve combates importantes, mas a conspiração se alastrara para outras localidades, como Niterói e Mato Grosso. O 1º Batalhão de Engenharia de Niterói, na noite de 4 de julho, interrompeu as comunicações telefônicas com o Rio de Janeiro. Os inquéritos posteriores arrolaram importantes nomes de oficiais, que foram ao menos coniventes com a revolta: tenentes Filinto Müller, Justino Alves Bastos, João Alberto Lins de Barros, Antônio Guedes Munis e Osvaldo Cordeiro de Farias.

O General Clodoaldo da Fonseca, em Campo Grande, ao assumir o comando da 1ª Circunscrição Militar no dia 5 de julho, animou a oficialidade com a revolta. Anunciou que os exércitos de São Paulo, Rio Grande do Sul, Bahia e Minas Gerais já haviam pegado em armas contra o governo. Formou-se a “Divisão Provisória Libertadora”, cujo objetivo era concentrar-se na fronteira de São Paulo. A força principal era o 17º Batalhão de Caçadores, de Corumbá, comandado por Joaquim do Nascimento Fernandes Távora, irmão de Juarez, também revolucionário da Escola Militar. Estando já na fronteira de São Paulo, o General Clodoaldo foi avisado do fracasso no Rio e portanto os esforços matogrossenses seriam inúteis. Ele decidiu que as tropas deveriam voltar às suas respectivas sedes. Joaquim Távora, porém, começou ali articular outra rebelião, que começou em São Paulo, exatamente dois anos depois.

No Rio, a principal consequência da revolta foi a prisão dos participantes e suspeitos na ilha das Cobras, que depois ficariam na cidade em liberdade condicional. O prisioneiro de mais alta envergadura, Marechal Hermes da Fonseca, pai do líder da

⁹³ CARONE, Edgar. *A República Velha. (Evolução Política)* Difel, São Paulo, 1971, p.356

rebelião Euclides Hermes, até o final de sua vida alegou que estava inteiramente alheio aos acontecimentos. Os oficiais que foram presos, na sua maior parte, cumpriram a pena até o fim do governo Bernardes. Outros, como Juarez e Joaquim Távora, fugiram das grades e participariam de outras revoltas, como veremos adiante. Num inquérito realizado com os cadetes participantes de 1922, há uma estatística significativa: apenas 1,5% aceitou que estivesse na rebelião inconscientemente. Também alguns civis implicados no movimento curtiram meses ou dias de prisão, como Edmundo Bittencourt, Irineu Marinho, Maurício de Lacerda, Leônidas de Rezende, Raimundo da Silva, Amaral França e outros.⁹⁴

Os legalistas, misturando a revolta militar com as agitações eleitorais da época, denunciaram como os chefes da revolta: Nilo Peçanha, Edmundo Bittencourt, J.J. Seabra, Marechal Hermes da Fonseca, General Joaquim Inácio, Odílio Bacelar, Isidoro Dias Lopes, Ximeno Villeroy e Coronel Frutuoso Mendes. Epitácio Pessoa atuou com grande energia, mas com pouca visão para perceber as consequências desse ato. Para Paulo Duarte, *“por não ver tão longe quanto Rui, Epitácio Pessoa não pôde evitar 1922.”*⁹⁵ Depois dos episódios em Copacabana, Nilo Peçanha não fugiu à responsabilidade e declarou: *“E se a política é acusada de coparticipação nesse movimento militar, por ter-lhe criado o ambiente, declaro-me solidário com os vencidos e desde já renuncio às minhas imunidades parlamentares para sofrer com eles”*.⁹⁶

Embora Nilo Peçanha não tenha fugido ao dever de estar ao lado dos militares que se opuseram às práticas de Epitácio Pessoa, não era favorável à revolução. As oligarquias dissidentes, como a maioria dos altos escalões do Exército, não desejavam a revolução, e uma grande maioria criticou a atitude dos tenentes, como foi o caso de Borges de Medeiros, que criticou a forma violenta dos manifestantes.⁹⁷ Tudo isso em meio a uma ampla discussão social, num movimento de simpatia para com os tenentes. Plínio Barreto, que alimentava uma estreita amizade com Júlio de Mesquita e, de certa forma, transmitia suas opiniões, escreveu um interessante artigo, alguns dias depois do episódio, que ficou conhecido como os “18 do Forte de Copacabana”, para mostrar que eles não podiam chamar-se heróis. *“Heróis tem sido eles chamados e heroísmo tem sido denominado o ato*

⁹⁴ Cfr CARNEIRO, Glauco. *História das Revoluções Brasileiras*. Vol. 1, Rio de Janeiro, O Cruzeiro, 1965. p. 246

⁹⁵ DUARTE, Paulo. *Memórias. Vou-me embora para Passárgada*. Vol VIII, São Paulo, HUCITEC, 1978, p.291.

⁹⁶ in: MAGALHÃES, Bruno de Almeida. *Arthur Bernardes. Estadista da República*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1973, p.147.

⁹⁷ CARONE, Edgar. *A República Velha. (Evolução Política)* Difel, São Paulo, 1971, p.358

que praticaram. (...) Não! Heróis, não! Bravos, respeitáveis, sim. Nada mais. Devem ser tratados com rigor, mas, não podem ser tratados com entusiasmo.”⁹⁸ Epitácio Pessoa consegue a prorrogação do Estado de Sítio, que tinha iniciado no mesmo dia em que estourou a revolução, até 31 de dezembro de 1922, para continuar sua política de repressão. “Assim, pela primeira vez na história republicana um presidente eleito toma posse sob estado de sítio”⁹⁹ O governo de Arthur Bernardes – que dissera que o “presidente esqueceria as injúrias feitas ao candidato”¹⁰⁰, não poderia ter começado pior para os tenentes: Arthur Bernardes continuou perseguindo-os com tenacidade. Ao assumir o governo, mudou seu discurso, dizendo que adotaria uma política forte, “dada a anarquia mental que ora observamos, o pendor das classes para a indisciplina e a tendência social para o desprestígio da autoridade”.¹⁰¹

Mesmo que houvesse algumas pessoas que consideravam o episódio de Copacabana um assunto encerrado, o seu aspecto dramático, seguido das prisões e da inflexibilidade do governo dificultavam a cicatrização dessas marcas. Ao contrário, o governo irritava seus adversários políticos com várias medidas, como a intervenção nos estados do Rio de Janeiro, Distrito Federal, Pernambuco, Maranhão, Amazonas, Ceará e Bahia. Com isso, as conspirações latentes desde o anúncio de sua candidatura e a “Reação Republicana”, que não aceitava a legitimidade das urnas, continuavam ativas, e o governo usará medidas excepcionais, aproveitando-se de incidentes locais, para manter o domínio sob os focos de resistência.¹⁰²

No Rio de Janeiro, Arthur Bernardes destruiu o situacionismo fluminense depondo o presidente do Estado, Dr. Raul Fernandes. Em março de 1924, quando o mandato do presidente da Bahia estava a extinguir-se, Arthur Bernardes forçou, mediante a ocupação militar do Estado, o reconhecimento do candidato da oposição, sr. Góis Calmon.¹⁰³ A partir de maio de 1923 articulavam-se novas eleições para o Clube Militar, o que contribuiu para intensificar as discussões político-militares. A chapa presidida pelo major Sales Filho, em sintonia com a postura política do Clube até então, apoiava a Reação

⁹⁸ BARRETO, Plínio. *Heroes? Não!*. in: O Estado de São Paulo, 11/06/1922.

⁹⁹ CARONE, Edgar. *A República Velha. (Evolução Política)* Difel, São Paulo, 1971, p.359-360.

¹⁰⁰ MAGALHÃES, Bruno de Alcmeida. *Arthur Bernardes. Estadista da República*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1973, p.150.

¹⁰¹ in CARONE, Edgar. *A República Velha. (Evolução Política)* Difel, São Paulo, 1971, p.362

¹⁰² CARONE, Edgar. *A República Velha. (Evolução Política)* Difel, São Paulo, 1971, p.363.

¹⁰³ TÁVORA, Juares. *Uma vida e muitas lutas. 1vol. Da planície à borda do altiplano*. 5a. edição, Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1974, p.133

Republicana e contava com a simpatia velada dos rebeldes. A outra, sob a orientação do general Setembrino de Carvalho, que procurava soluções mediadoras e contava com o apoio do governo, assumiu a presidência. A morte do Marechal Hermes, em setembro de 1923, e a de Nilo Peçanha, em março de 1924, diminuiu o fulgor político dos participantes da Reação Republicana. Somando-se a todos esses episódios o controle total dos meios de informação, que o governo obteve em julho de 1923, bem que poderia enganar um estudioso desavisado, levando-o a acreditar que Artur Bernardes teria tido um governo tranquilo...

O pior conflito regional dos primeiros anos do governo Bernardes foi no Rio Grande do Sul, palco de inúmeras rebeliões na sua história. Depois da posse de Borges de Medeiros, pela quinta vez consecutiva, os “libertadores” gaúchos, liderados por Assis Brasil, tentaram, junto ao Governo Federal, a anulação das eleições. Sem obter resultado positivo, recorreram às armas, apoiados pelos jovens militares gaúchos. A rebelião estendeu-se até outubro, quando o ministro da Guerra, Setembrino de Carvalho, foi até lá e obteve, em 14 de dezembro, a assinatura do pacto de Pedras Altas. O acordo foi visto pelos militares como uma temporização, pois estavam desejosos de expurgar o poder político das oligarquias. Estava criado o ambiente propício para os vários levantes tenentistas na região. Não nos deteremos neles; é útil dizer, entretanto, que embora tenham um caráter mais regional – como todos movimentos no Rio Grande do Sul –, Luís Carlos Prestes e os vários outros participantes terão os mesmos ideais e propostas dos demais, o que reforçou a unidade e a força nacional das revoluções tenentistas.

Uma das medidas de exceção adotada foi o estado de sítio, que, decretado por Epitácio Pessoa, renovou-se no governo de Artur Bernardes. *“Toda agitação popular é abafada pelo estado de sítio, quando as autoridades tomam atitudes drásticas contra qualquer manifestação política ou social (...) agora, o estado de exceção permite ao governo medidas coercitivas de toda ordem”*¹⁰⁴. As tropas eram postas em prontidão com frequência e dificultava-se a movimentação nos quartéis, mas não a proliferação de boatos a respeito de novos levantes e tentativas de golpe. Foi uma época difícil: no período em que Artur Bernardes esteve a frente do governo, em apenas 7 meses (entre 23/12/1923 a 05/07/1924) o país não esteve sob estado de sítio. Houve outros fatos que incentivaram as críticas oposicionistas, como a revisão constitucional, feita sob estado de sítio, de

¹⁰⁴ CARONE, Edgar. *A República Velha. (Evolução Política)* Difel, São Paulo, 1971, p.368.

tendência centralizadora. Entretanto, é interessante observar que o presidente mostrou com sua carreira que também desejava mudanças, e talvez as mesmas que preconizavam os revoltosos que combatia.¹⁰⁵ É difícil dizer se foi o seu conservadorismo, sua visão estreita, o medo do “bolchevismo” ou suas boas intenções que o levavam a agir com inflexível rigor com os militares, mas sua forma de pensar não era radicalmente oposta aos militares. Voltaremos a essa idéia mais adiante.¹⁰⁶

Em 26 de dezembro de 1923 a Justiça condenou os revoltosos de 1922, acabando com todas as esperanças. Os alunos da Escola Militar foram impronunciados, mas os oficiais, condenados. Todos eles tinham esperanças de serem anistiados, como pior hipótese, contavam com a possibilidade de que a Justiça os pronunciasse em crime de sedição contra a autoridade constituída, com pena de 2 anos de prisão e sua manutenção nos quadros do exército. Entretanto, na véspera do natal de 1923, a Justiça enquadrou-os no artigo 107, em que se capitulam os crimes contra a Constituição e o Regime, o que significaria três anos de prisão e a expulsão do Exército.¹⁰⁷ A decisão judicial acabou unindo o grupo que formaria as lideranças da revolução de 24, apesar de provocar a desistência de muitos. “*Dos 50 oficiais pronunciados, 22 já estavam presos mesmo antes da pronúncia. Dos restantes, 17 se apresentaram.*”¹⁰⁸ Dos onze que não o fizeram, e por isso passaram a condição de desertores, sete formaram esse grupo: “*Joaquim e Juarez Távora, Vitor César da Cunha Cruz, Stênio Caio de Albuquerque Lima, Henrique Ricardo Hall, Eduardo Gomes, Otávio Muniz Guimarães escolheram o caminho da luta armada e, na condição de desertores, teriam que permanecer clandestinos.*”¹⁰⁹ Se as circunstâncias tinham sido lentamente preparadas pelos acontecimentos dos últimos anos, a decisão judicial foi o estopim da conspiração.

Os oficiais envolvidos na Revolução de 1922 condenados pela justiça e que optaram por permanecer em liberdade passaram a viver na ilegalidade. Eduardo Gomes foi um deles, escondendo-se desde o natal de 1923. Estando na fazenda de um amigo em Três Lagoas, Mato Grosso, escreveu uma carta a Henrique Ricardo Hall, datada de 04 de abril

¹⁰⁵ Entrevista concedida a Paulo Duarte. DUARTE, Paulo. *Memórias. Vou-me embora para Passárgada*. Vol VIII, São Paulo, HUCITEC, 1978, p.298-300

¹⁰⁶ A obra de Bruno de Almeida Magalhães - *Arthur Bernardes. Estadista da República*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1973. faz uma defesa do personagem que nos leva a compreendê-lo como um político bem intencionado.

¹⁰⁷ TÁVORA, Juarez.. *Uma vida e muitas lutas. Ivol. Da planície à borda do altiplano*. 5a. edição, Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1974, p.128

¹⁰⁸ CORRÊA, Ana Maria Martinez. *A rebelião de 1924 em São Paulo*. São Paulo, HUCITEC, 1976, p.63.

de 1924, cujo objetivo principal seria arranjar um emprego, comenta: “*Por uma carta do Custódio soube que vocês estão mal intencionados (...) acho muito difícil qualquer negócio neste momento. Esperar que surja uma questão que apaixone, novamente, para ser possível uma transação geral.*” Sua situação de ilegalidade gerava incertezas, especialmente pela precariedade da comunicação, pois vivia escondido. “*Aqui, há três meses que não recebo um único jornal e por isso não sei se já se realizou o negócio.*” No final assina como Eugênio Guimarães, nome que adotou após fugir do Rio de Janeiro.¹¹⁰ Como ele, o tenente do Exército Henrique Ricardo Hall, também pronunciado em consequência dos sucessos de 1922, usava o nome de Dr. Henrique Ficher Júnior, e o capitão Joaquim Fernandes Távora era conhecido por J. Fernandes, ou simplesmente Joaquim.¹¹¹ Nos porões da História sussurrava-se o início de uma das revoluções mais impressionantes ocorridas em São Paulo.

¹⁰⁹ CORRÊA, Ana Maria Martinez. *A rebelião de 1924 em São Paulo*. São Paulo, HUCITEC, 1976, p.64-65

¹¹⁰ Carta de Eduardo Gomes a Henrique Ricardo Hall. Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Autos do Processo da Revolução de 1924, vol 16, p. 151.

¹¹¹ Correspondência do Primeiro delegado auxiliar ao 2º Delegado de Polícia. Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, vol 16, p. 217.

Capítulo 2

A Revolução de 1924 em São Paulo

Com uma breve análise da história militar no Brasil até o início das revoluções tenentistas, pudemos observar que são muito variados os fatores que atuaram na Revolução de 1924 em São Paulo. Os acontecimentos históricos ocorridos em território paulista estão inseparavelmente unidas às causas do tenentismo como um todo, visto que é um movimento de objetivos nacionais com uma extraordinária unidade e, ao mesmo tempo, de ampla difusão nacional. Não podemos deixar de considerar três aspectos abordados no capítulo anterior, quando nos perguntamos sobre as razões da Revolução de 1924 em São Paulo: a mentalidade militar, sua formação e a política oligárquica.

A mentalidade, sempre um fenômeno de longa duração, lança suas raízes no mais longínquo passado. Por isso, no capítulo anterior, estabelecemos um dos limites cronológicos no nascimento da Real Academia Militar em 1810, quando o pensamento militar começou a ganhar coesão e unidade, muito ligado à idéia do centralismo político. As províncias queixavam-se da falta de autonomia, pela nomeação dos Presidentes de Província pelo poder central. No Período Regencial, as oligarquias pretenderam anular, com a criação da Guarda Nacional e das Forças Estaduais, a força do Exército Nacional que por sua vez, tornou-se cada vez mais “antioligárquico”, como uma reação ao poder das províncias. Esse jogo de forças manter-se-á ao longo do Império e a Guerra do Paraguai será o fator de desequilíbrio. Durante a República essa tendência converter-se-á no fortalecimento do poder central em detrimento das oligarquias regionais. Esse desenvolvimento pesou durante a Revolução de 1924 em que houve algumas tentativas de acordos entre rebeldes e políticos, contudo, as diferenças ideológicas eram marcantes.

Havia outro elemento que dificultava a aproximação dos militares com as oligarquias: a natureza da profissão. Ela impedia que os oficiais militares deitassem raízes em determinada região, pois eram transferidos freqüentemente. Isso ajudou que tivessem pouca ou nenhuma identificação com as oligarquias regionais e uma visão mais nacional da política. Por isso, a Revolução de 1924 em São Paulo, quase nada tem de paulista. Importa dizer que o fato da revolução ter estourado em São Paulo obedece a uma estratégia militar meramente circunstancial. O movimento continua tendo – como foi na revolução de 1922 e como seria na Coluna Prestes – um caráter eminentemente nacional. O fato de São

Paulo permitir um contato maior com o Rio de Janeiro, ter um controle policial menor facilitando a conspiração, ver a possibilidade de contar com o apoio da Força Pública, ser uma região rica em recursos bélicos e industriais acabou por torná-la anfitriã da Revolução.

A Proclamação da República foi um episódio marcante na mentalidade militar, forjada durante o desenvolvimento histórico da instituição e nas suas circunstâncias concretas. Esse episódio coincidiu com a multiplicação do seu efetivo, e o exército passou a ter um papel político social muito importante. Sem dúvida, o advento da República foi um “divisor de águas” na vida política nacional e, de um modo especial, na vida das Forças Armadas. Quando Floriano Peixoto passou o governo para os civis, houve um forte clima de revolta entre os militares. O “jacobinismo florianista”, iniciado durante o governo de Prudente de Moraes, diminuiu sua estridência com o passar dos anos convertendo-se numa idéia sutil, atuante no pano de fundo das intervenções políticas; permanecia difusa a crença de que só os militares – seus criadores – poderiam manter e sustentar a República.

A formação militar sofreu contínuas reformulações ao longo do regime republicano, mas podemos vislumbrar um sentido único para elas: o da profissionalização. Ela trazia em seu bojo, o “apanágio” permanente do culto aos valores da “organização-metodologia-isenção-disciplina-hierarquia-desprendimento-vocação” que até hoje permanece.¹¹² É justamente na década de 1920, como no capítulo anterior pudemos demonstrar, que o número de oficiais com uma formação “verdadeiramente militar”, nas palavras de Cordeiro de Farias, torna-se consideravelmente grande dentro do exército.¹¹³ Esse contingente majoritário da corporação era formado por jovens, aspecto muito importante para entendermos o tenentismo.

Levando em conta esses dois fatores – mentalidade e formação – é que os episódios do governo Epitácio Pessoa e Arthur Bernardes podem ser enquadrados como causas das revoluções tenentistas. Como se viu anteriormente, a escolha de ministros civis para as pastas militares e a contratação da Missão Francesa no governo de Epitácio Pessoa; assim como a pronúncia pela Justiça dos oficiais envolvidos com a Revolução de 1922, a prisão de Hermes da Fonseca e o fechamento do Clube Militar foram, nessa seqüência cronológica, os episódios que geraram a Revolução em São Paulo. Entretanto, como pretendemos demonstrar mais adiante, esses motivos não poderiam ser suficientes para

¹¹² MENEZES, Lauro Ney. *Os militares e o direito de opinar* O Estado de São Paulo, 26/07/1999.

¹¹³ FARIAS, Cordeiro de. *O Tenentismo é mais fantasia do que realidade*. (Entrevista) in: MOTA, Lourenço Dantas. *A História Vivida*. O Estado de São Paulo, 3ª edição, 1981.

uma guerra de tão grande envergadura, da forma como foi feita, e por quem foi feita. As próximas páginas pareceriam supérfluas pois nada acrescentam a excelentes trabalhos sobre os episódios de 1924. Entretanto, é com o intuito de ressaltar algumas questões passaremos a descrever a Revolução de 1924 em São Paulo. No final do capítulo procuraremos levantar algumas lacunas historiográficas que serão analisadas, com algumas outras questões, nos capítulos posteriores.

1. A conspiração

Depois dos episódios de 1922, até julho de 1924, acrescentaram-se outros motivos que empurraram os tenentes à luta, todos eles atribuídos ao espírito de vingança de Arthur Bernardes, segundo Juarez Távora. Estes fatos foram: destroçamento do situacionismo fluminense, o esmagamento da Revolução de 1923 através da repressão armada liderada por Borges de Medeiros, a insatisfação com o acordo de Pedras Altas que permitia ao presidente do Rio Grande do Sul finalizar o seu quarto mandato e a desforra com J.J. Seabra, na Bahia em março de 1924.¹¹⁴

Mesmo antes dos “18 do Forte”, conspirava-se contra o governo paulista de Washington Luís. Numa visita à cidade de Itú, por ocasião da inauguração da estrada São Paulo–Itu, o quartel do 4º Regimento de Artilharia da Montanha abortou um plano, minutos antes de se concretizar, de prender o governador e políticos que o acompanhavam. Em julho de 1922 este regimento fora chamado a combater a Revolução no Mato Grosso, todavia negara-se a fazê-lo; a partir daí tem início as maquinações contra o governo. Mais tarde acabaram por desistir da conspiração, pois em 1924 o Major Bertoldo Klinger convenceu os oficiais de Itu da falta de meios para iniciar o movimento.¹¹⁵ Em maio do mesmo ano o general Luís Barbedo viera a São Paulo, para arregimentar tropas que auxiliassem em um levante no Rio, mas sua missão fracassou.¹¹⁶ Contudo, logo depois da Revolução de 1922 em Copacabana, ao menos o clima propício para a conspiração já estava bem adiantado. O aliciamento buscava integrar especialmente a oficialidade. Os

¹¹⁴ TÁVORA, Juarez.. *Uma vida e muitas lutas. Ivol. Da planície à borda do altiplano*. 5a. edição, Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1974, p.138.

¹¹⁵ CORRÊA, Ana Maria Martinez. *A rebelião de 1924 em São Paulo*. São Paulo, HUCITEC, 1976, p.73-75.

¹¹⁶ CARONE, Edgar. *A República Velha. (Evolução Política)* Difel, São Paulo, 1971

quartéis que participaram, desde o primeiro momento, abrigando reuniões foram Jundiá, Itu e Quitaúna. Alguns encontros também ocorreram na casa do tenente Custódio de Oliveira, na rua Vauthier, número 27. Nesse lugar, verdadeiro “Q. G. Revolucionário” reuniam-se freqüentemente: Miguel Costa, Cabral Velho, Newton Estilac Leal, Castro Afilhado, Asdrúbal Gwyer, Filinto Müller, Joaquim Nunes de Carvalho, Vitor César da Cunha Cruz, Henrique Ricardo Hall, Otávio Guimarães e os ex-alunos da Escola Militar, Emídio da Costa Miranda e Diogo Figueiredo Moreira Júnior.¹¹⁷ Isidoro Dias Lopes, Joaquim Nunes de Carvalho e Joaquim Távora visitaram inúmeros quartéis do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Minas Gerais e fizeram uma lista daqueles com quem poderiam efetivamente contar.¹¹⁸

Essas visitas, impossíveis de serem totalmente secretas, demonstram que em São Paulo e regiões limítrofes não havia o mesmo aparato policial que no Rio de Janeiro, tanto conspiradores como foragidos tinham maior liberdade de ação. A relativa facilidade que os tenentes encontraram para conspirar em vários quartéis de São Paulo, Paraná, Mato Grosso e Rio Grande do Sul tinha dois motivos: a tibieza governamental na repressão aos movimentos e o clima nacional de insurreição. Primeiro, a lassidão do governo, especialmente o paulista, que estava confiante na sua força policial que contava com uma organização e uma estrutura que o Exército Nacional não dispunha.¹¹⁹

O clima de insurreição que varria o país provinha do descrédito governamental, desgastado com brigas políticas das sucessivas eleições presidenciais. No governo de Arthur Bernardes, a esse descrédito somar-se-iam as intervenções estaduais que ajudavam a aumentar a simpatia aos revolucionários entre a opinião pública, e até mesmo entre os governistas. Paulo Duarte nos surpreende ao relatar a atitude de Epitácio em relação aos jovens do Forte de Copacabana. “*Epitácio Pessoa não hesitara em elogiar a coragem e o*

¹¹⁷ TÁVORA, Juarez.. *Uma vida e muitas lutas. 1vol. Da planície à borda do altiplano*. 5a. edição, Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1974, p.132.

¹¹⁸ **Forças Amigas:** Em São Paulo: 4º BC de Santana, parte da Força Pública, Quitaúna (4º RI, 4º GT, 2º GIAP, 2ª BT), Jundiá 2º GAMt, Rio Claro 5º BC, Pirassununga 2º RCD, Caçapava 5º RI, Santos 3º GAC; Minas: Pouso Alegre, Três Corações e Ouro Preto. No sul, Ponta Grossa. Forças que nos auxiliarão: Itu, 4º RAM, Itajubá, Castro, Curitiba, Joinville e São Francisco. **Forças de Fácil Adesão:** Lorena 5º RI, Valença, Juiz de Fora, Barbacena, São João Del Rei. **Forças Inimigas:** A maior parte dos quartéis de São Paulo, sede da 2ª RM, Pindamonhagaba, Petrópolis e os quartéis da 1ª RM. In: Autos do Processo da Revolução de 1924. Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, v. 16 p.276.

¹¹⁹ DEBES, Célio. *Júlio Prestes e a Primeira República*. São Paulo, Imprensa Oficial, Arquivo do Estado, 1982. p. 48-49.

*idealismo dos rapazes do forte*¹²⁰ Cordeiro de Farias, ao ser perguntado sobre a extraordinária resistência da Coluna às tropas governistas que a perseguiram constantemente, explica que havia um sentimento no exército legalista de solidariedade aos revolucionários, porque, de certa forma, não queriam capturá-los.¹²¹ Nelson Tabajara de Oliveira conta que eles durante a missão atribuída pelo General Isidoro de comunicar-se com as tropas do Mato Grosso, em Salto de Itapura, foi detido por um oficial legalista, o tenente Brocardo Bicudo. Depois de prendê-lo o tenente acaba declarando-se simpatizante da Revolução e solta o prisioneiro dizendo: “- *Suma da minha frente, embarque imediatamente com os homens que estão por aí e voltarei afirmando que não mais o encontrei em Itapura...*”.¹²² Esse mesmo clima já existia em 1922, que fortalece-se em 1924. Além de ser um indício da quebra de disciplina, esses episódios demonstram que faltava aos legalistas a decisão de vencer, um autêntico espírito de combate que só existe quando há liberdade, quando os soldados sabem e querem os objetivos pelos quais arriscam suas vidas.

Os aparatos de repressão policial eram mais precários, comparados aos atuais. Depois de um tempo preso na Ilha das Cobras os oficiais indiciados no primeiro levante de 5 de julho foram reunidos numa antiga Escola de Estado Maior no Rio de Janeiro. Lá, a única revista era a da noite, para verificar a presença dos presos nos dormitórios. Diariamente, durante dois meses, os presos saíam da escola, por uma abertura feita no muro dos fundos e voltavam à prisão no cair da noite...¹²³ O clima de oposição ao governo que fermentava em toda a sociedade, gerou uma simpatia para com os tenentes na época, tema que voltaremos a discutir. Além desse ambiente propício à luta, a proximidade de São Paulo com o Rio de Janeiro, e os seus enormes recursos bélicos e industriais poderiam garantir-lhes uma sólida posição dentro da estratégia geral de luta. Entretanto, o fator decisivo para a realização do levante foi o apoio de Miguel Costa.

Miguel Alberto Crispim da Costa Rodrigues foi um dos mais importantes líderes da Revolução, tendo trazido ao movimento quase um milhar de soldados da Força Pública de São Paulo, que na época era mais forte que as unidades do Exército Nacional da

¹²⁰ DUARTE, Paulo. *Memórias. Vou-me embora para Passárgada*. Vol. VIII. São Paulo, HUCITEC, 1978, p.294

¹²¹ FARIAS, Cordeiro de. *O Tenentismo é mais fantasia do que realidade*. (Entrevista) in: MOTA, Lourenço Dantas. *A História Vivida*. O Estado de São Paulo, 3ª edição, 1981.

¹²² OLIVEIRA, Nelson Tabajara. *1924. A Revolução de Isidoro*. São Paulo, Nacional, 1956, p.52.

¹²³ TÁVORA, Juarez.. *Uma vida e muitas lutas. 1vol. Da planície à borda do altiplano*. 5a. edição, Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1974, p.124

região. Durante a República os estados mais ricos foram organizando suas forças estaduais e estas ficavam a serviço dos interesses da região. Como se viu, em 1906, o governo paulista contratou uma “Missão Francesa”, encarregando-a da instrução do seu contingente militar; a União fez o mesmo em 1918. A Força Pública de São Paulo recebeu uma segunda visita entre 1919 e 1924. O ponto central da Instrução era a disciplina militar mas havia também uma preocupação com a formação intelectual através de um curso de Instrução Geral.¹²⁴ A partir de então, a Força Pública adquiriu grande prestígio atuando como força militar e assumindo atividades policiais propriamente ditas. Em 1924 compunha-se de 4 batalhões de infantaria, um corpo de cavalaria, um corpo de bombeiros e uma guarda cívica.¹²⁵ Quando os conspiradores procuraram o seu apoio, encontraram-na dividida. “Desde os acontecimentos de Copacabana em 1922, a Força Pública não é uma instituição coesa, muitos oficiais aderem à causa tenentista e estabelece-se um certo antagonismo entre os novos oficiais e os da velha escola”¹²⁶

Com a experiência fracassada do movimento anterior, adotou-se maior prudência, pois a nova situação a exigia, uma vez que contavam com possibilidades limitadas; em vista disso, os oficiais passaram a procurar um líder que não poderia ser uma pessoa ligada ao episódio de 22. Devido à série de reformas e transferências ocorridas, só encontrariam um militar de alta patente, conhecido entre seus pares, de valor cívico e descortino militar entre os reformados. A escolha recaiu em Isidoro Dias Lopes, general reformado da Cavalaria, que antes de aceitar verificou pessoalmente as possibilidades de realização do movimento.¹²⁷

Numa primeira reunião para fazer um balanço das forças disponíveis constataram a precariedade de recursos e surgiram opiniões contraditórias. Uns, apoiados pelo Major Klinger, achavam que nas condições do momento era melhor esperar, enquanto que Joaquim Távora, numa atitude mais otimista, julgava viável a Revolução. Concorria para isso o apoio valioso do Major Miguel Costa, fiscal do Regimento da

¹²⁴ BORGES, Vavy Pacheco. *Memória Paulista*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997. p.30-39

¹²⁵ FERNANDES, Heloísa Rodrigues. *A Força Pública do Estado de São Paulo*. In: História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III, vol. 2, Difel, São Paulo, 1977, p. 248.

¹²⁶ FERNANDES, Heloísa Rodrigues. *Política e Segurança*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1974, p.162.

¹²⁷ cf. CORRÊA, Ana Maria Martinez. *A rebelião de 1924 em São Paulo*. São Paulo, HUCITEC, 1976, p. 66-69.

cavalaria.¹²⁸ Essa divergência fez com que Bertold Klinger pedisse o desligamento da revolução e conseqüentemente das unidades de Itú, Paraná e algumas do Rio Grande do Sul. Eduardo Gomes, por exemplo, era adepto desta última mas depois apoiou a ação imediata que contava com o efeito surpresa e com a adesão em outros Estados. Após alguns adiamentos e tentativas de adesões, no dia 30 de junho estava tudo decidido.

Outros nomes importantes que conspiraram contra o governo, no intuito de fazer a revolução: Marechal Odílio Bacelar (reformado), o General Augusto Ximeno de Villeroy, o Coronel Paulo de Oliveira e o ex-deputado José Eduardo de Macedo Soares. Por sua vez, Joaquim Távora mantinha contatos com políticos como J.J.Seabra, Maurício de Lacerda e Pedro Ernesto. Em São Paulo os oficiais encarregavam-se de visitar Vergueiro Staedel, Firmiano Pinto e Júlio de Mesquita. Entre março e julho combinou-se a participação de cidades do interior. O plano seria conflagrar todo o território estadual contra Bernardes.

2. As ações militares

Após meses de planejamento do início de uma ação nacional chegara a hora de dar o primeiro passo, e o desenvolvimento dessa ação dependeria dele. O principal objetivo era tomar a cidade de São Paulo através de um golpe rápido deixando sem reação as tropas governistas. Esperava-se que São Paulo caísse em algumas horas e a necessidade da surpresa redundou na limitação do número de quartéis que participaram do início das operações. Tomaram os seguintes corpos: 4º Batalhão de Caçadores de Santana, 4º regimento de Infantaria de Quitaúna, Regimento de Cavalaria da Força Pública, 2º Grupo Independente de Artilharia Pesada de Quitaúna e Companhia de Trens de Quitaúna.¹²⁹

Na alta noite do dia 3 de julho chegara na cidade Isidoro Dias Lopes, o Marechal Odílio Bacelar e o Cel. Paulo de Oliveira, dando ordem de alerta para os conspiradores paulistas. Pernoitaram no 4º Batalhão de Caçadores em Santana, o principal centro de articulação, sem o conhecimento dos comandantes dessa unidade. Parte do

¹²⁸ TÁVORA, Juarez.. *Uma vida e muitas lutas. 1vol. Da planície à borda do altiplano*. 5a. edição, Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1974, p.132.

¹²⁹ Autos do Processo da Revolução de 1924 em São Paulo. Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. v.16, p.71.

quartel de Quitaúna deveria sublevar-se simultaneamente e seria o segundo centro de articulação. Ainda na madrugada do dia 5, o General Abílio de Noronha, comandante da 2ª Região Militar, foi avisado da revolta, comunicou-se com o Presidente do Estado, Carlos de Campos e encaminhou-se para o 4º Batalhão de Caçadores em Santana. Entretanto, o tenente Asdrúbal Gwayer de Azevedo, o 1º tenente Luís Cordeiro de Castro Afilhado e os capitães Newton Estillac Leal, Joaquim e Juarez Távora já tinham tomado este quartel e junto com 80 praças dessa unidade ocuparam sem resistência o 4º e o 2º Batalhão da Força Pública, localizada na região central de São Paulo. A ajuda do regimento de Cavalaria da Força Pública foi de importância capital; o Major Miguel Costa assumiu o Comando Geral da Força Pública. O general Isidoro Dias Lopes instalou seu quartel general no Regimento de Cavalaria e deu o encargo de proteger a Estação da Luz ao tenente Cabanas. A estação Sorocabana foi ocupada pelo tenente José de Oliveira França e a do norte por Arlindo França.¹³⁰ Sendo avisado, o presidente do Estado, Carlos de Campos, mandou preparar o palácio Campos Eliseos para o combate. Com apenas 27 homens, resistiram aos primeiros ataques rebeldes. O atraso dos rebeldes em ocupar o Campos Eliseos, ocorrido por causa da demora da chegada da munição do 4º BC, possibilitou que o responsável pela defesa do Campos Eliseos convocasse o 1º Batalhão da Força Pública que além de ajudar na defesa do governo, ocupou importantes postos na cidade: o edifício do Telégrafo Nacional e as estações da estradas de ferro.¹³¹

O General Abílio de Noronha, ao chegar no quartel de Santana que ficara desguarnecido avisou as autoridades civis do ocorrido e organizou a ação. Retomou o 4º Batalhão da Força Pública e restabeleceu a ordem. Este passou a ser palco de heróica resistência ao grosso do efetivo revolucionário. Conseguiram prender personagens importantes dos rebeldes: Capitães Joaquim e Juarez Távora, Capitão Índio do Brasil e o tenente Luís Afilhado que entraram no quartel desavisados de sua real posição. Depois do primeiro dia de idas e vindas da Revolução, a resistência legalista concentrou-se nos Campos Eliseos, no 4º Batalhão da Força Pública, na Usina Elétrica da Light, na rua Paula Sousa, no Q.G. da rua Conselheiro Crispiniano e no telégrafo.¹³²

“Fracassada a tentativa de assalto aos Campos Eliseos, presos no 4º Batalhão algumas figuras de destaque da revolta; retomado o edifício dos Correios e Telégrafos:

¹³⁰ CARONE, Edgar. *A República Velha. (Evolução Política)* Difel, São Paulo, 1971, p.374.

¹³¹ O Estado de São Paulo, 06/07/1924.

¹³² CARONE, Edgar. *A República Velha. (Evolução Política)* Difel, São Paulo, 1971, p.374

*preparada a defesa do Q.G. da 2ª R.M. e da Usina da Light; guarnecidos o centro da cidade e as sedes das secretarias de Estado - com os elementos que a resistência pôde reunir - sofreram os rebeldes os primeiros e inesperados revezes na jornada triunfal que haviam idealizado.”*¹³³

O tenente Benito Serpa, responsável pela comunicação e abastecimento do 4º Batalhão de Infantaria, deixou-nos um interessante testemunho legalista. Certa vez recebeu a ordem de fuzilamento do Capitão Índio do Brasil, o que lhe martirizou o espírito, pois ficou no dilema entre transmitir ou não essa ordem. Por um lado Índio do Brasil, comandante da 2ª companhia do seu batalhão já se transformara num amigo e sua consciência cristã não lhe permitia cumprir a ordem; por outro lado a férrea disciplina da Força Pública, obra da Missão Francesa obrigava-o a não ocultá-la. *“Poderia agora como cidadão consciente e cristão, unido por laços de camaradagem e de amizade pessoal e de família, destruir friamente sua vida? Eis o dilema! A férrea disciplina por um lado preponderou e resolvi transmitir a ordem e por outro lado, de acordo com os princípios cristãos em que fora criado e a consciência cívica de cidadão, VOTEI contra o cumprimento da ordem desumana, no verdadeiro Conselho de Guerra dos oficiais reunidos no pátio interno do quartel, longe dos ouvidos das praças mantidas em seus postos sob o comando de graduados, durante aqueles dias tétricos quanto nossas vidas estavam em jogo e à mercê da sorte.*

*E que agimos bem, os próprios adversários o reconheceram.”*¹³⁴

No Rio de Janeiro o governo decretou o “estado de sítio”, enviou o “Minas Gerais” a Santos e o general Sócrates, comandante da 1ª Região Militar, determinou a mobilização de todos os corpos já no dia 05 de julho. Rapidamente o governo ocupou o Vale do Paraíba impedindo uma possível adesão das tropas mineiras. As guarnições do sul foram isoladas pela resistência que se formou na região do ramal de Itararé, pois desconfiava-se das guarnições do Paraná e além disso queriam evitar o contato com as tropas do Rio Grande do Sul. Fernando Prestes, Washington Luís e Ataliba Leonel se encarregaram da defesa dessa região, graças ao aviso de Júlio Prestes, presente no palácio Campos Eliseos durante a revolta. Formaram-se os “Batalhões Patrióticos” que se

¹³³ CARNEIRO, Glauco. *História das Revoluções Brasileiras*. Vol. 1, Rio de Janeiro, O Cruzeiro, 1965, p.268.

¹³⁴ SERPA, Benito. *A Verdun Paulista. Episódios da Defesa do 4º Batalhão da Força Pública durante a Revolução de julho de 1924*. São Paulo, Gráfica Biblos Ltda. Editora, 1962, p.60.

integraram às tropas do Exército e da Força Pública formando a “Coluna Sul”.¹³⁵ São Paulo ficou cercada e a guerra que fora planejada como guerra de movimento transformara-se numa guerra estática. Nesse momento seus líderes perceberam que o movimento estava seriamente comprometido, principalmente pela incapacidade do movimento de ampliar sua área de ação.

O caos foi se instaurando na cidade. A artilharia rebelde errava o seu alvo, o Palácio Campos Eliseos e algumas vezes, atingia alvos civis, causando vítimas. Os rebeldes que lideravam o movimento procuravam incutir nos soldados a idéia de que a revolução era nacional e naquele mesmo dia estaria vitoriosa em todo o país. Os encontros feriam-se em vários locais da cidade, escavada e entrincheirada pelos combatentes. Enquanto isso, chegavam reforços a ambas as partes. Isidoro recebeu a adesão do 2º Grupo de Artilharia de Montanha de Jundiá, com 200 homens e a maior parte das guarnições de Quitaúna, Lorena e Caçapava (1100 homens com centenas de metralhadoras). O primeiro reforço do governo foram os 160 praças que chegaram ao Campos Eliseos para resistir ao assalto dos rebeldes, depois somaram-se o 2º Regimento de Cavalaria Divisionária, sob o comando do Major Adalberto Diniz e em Santos desembarcava uma coluna de marinheiros do encouraçado “Minas Gerais” além de outros contingentes do Forte de Itaipus e do Tiro Naval de Santos.

A situação dos rebeldes era desesperadora a tal ponto que Isidoro preparava uma carta com os itens de uma possível rendição. Entretanto, no dia 8 de julho, o presidente Carlos de Campos retirou-se para Guaiaúna, em frente ao bairro da Penha, onde os legais preparavam um núcleo poderoso para bombardear e atacar os revolucionários. Restava apenas o 4º Batalhão, que não foi avisado. Os populares que passaram a circular livremente pela zona de operação de guerra trouxeram a notícia de que o governo já deixara a cidade, e a revolução havia triunfado. A *“persistência na confirmação daquela estarecedora notícia acabaria solapando a resistência moral, a fibra da maioria dos combatentes.”*¹³⁶ Essa retirada colocou São Paulo inteiramente nas mãos de Isidoro, colocando-lhe o novo desafio de administrar a cidade.

¹³⁵ DEBES, Célio. Júlio Prestes e a Primeira República. São Paulo, Imprensa Oficial, Arquivo do Estado, 1982. p. 49-54

¹³⁶ SERPA, Benito. *A Verdun Paulista. Episódios da Defesa do 4º Batalhão da Força Pública durante a Revolução de julho de 1924*. São Paulo, Gráfica Biblos Ltda. Editora. 1962, p.101.

A retirada repentina e silenciosa de Carlos de Campos surpreendeu também os civis que passaram a ver a revolução como vencedora absoluta.¹³⁷ A população parecia estupefata e dividia-se entre as mais variadas opiniões. Entretanto, pela situação econômica e social que São Paulo enfrentava, havia um ambiente propício para o apoio popular, que aumentaria na medida dos bombardeios que a cidade sofreria, deixando patente a despreocupação do governo federal com os civis da cidade. Nos primeiros meses de 1924 os políticos agitavam-se em torno da sucessão e das eleições federais, as associações debatiam o tema da carestia de vida, as greves operárias e a visita da missão britânica que recomenda a continuidade administrativa eram assuntos obrigatórios de todos os jornais da cidade. *“Entretanto, essas posições não foram suficientemente exploradas pelos rebeldes...”*¹³⁸

O general Sócrates, responsável pela resistência, não tinha uma estratégia complexa. Após a retirada das tropas legais de São Paulo, limitou-se a apertar as saídas da cidade, num assédio cujo êxito dependeria essencialmente da superioridade numérica que ele esperava ter, com a chegada em breve das polícias estaduais. O governo instalou seu Q.G. em Mogi das Cruzes e um posto de comando em Guaiaúna, onde esteve Carlos de Campos. Ocuparam os bairros desde o Cambuci ao Ipiranga e ainda Penha e Belenzinho.

Os rebeldes, cercados no seu próprio alvo, tinham não só que sustentar a guerra, mas governar e abastecer uma cidade, na época, de 650 mil habitantes. Um dos primeiros problemas da ocupação enfrentado pelos militares foram os saques. Problema que atingia diretamente os interesses de industriais e comerciantes, apreensivos com os prejuízos que poderiam ter. Isidoro Dias Lopes, desde o início, procurou o diálogo com os comerciantes, industriais e políticos da cidade.

A partir do dia 11 começaram os bombardeios, nos quais os bairros do Brás, Belenzinho e Moóca foram os mais atingidos, provocando a fuga de civis. As famílias mais abastadas procuravam sair da cidade em automóveis com destino a Santos, Jundiaí, Campinas e outras cidades próximas. As famílias pobres procuravam sair de trem e aqueles que não conseguiam procuravam os locais da cidade mais abrigados, longe dos alvos militares.

¹³⁷ Declarações de Júlio Cezar Ferreira de Mesquita In: Autos do Processo da Revolução de 1924. Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, v.1, p.271.

¹³⁸ CORRÊA, Ana Maria Martinez. *A rebelião de 1924 em São Paulo*. São Paulo, HUCITEC, 1976, p.110.

*“Armazéns saqueados, fábricas incendiadas, multidões que vagavam indecisas por não saber exatamente o que ocorria, presas de terror ante acontecimentos jamais presenciados, interesses diversos feridos, derruimento quase completo da infra-estrutura já deficitária da cidade, tudo isso somado à indefinição da luta armada, compunha um quadro caótico da situação, que ameaçando aqueles que possuíam as rédeas do poder, direta ou indiretamente, ou possuíam bens a preservar, obrigava-os a manifestar sua inquietação resguardando-se, contudo, de assumir uma posição definida, quer de apoio ao governo legal, quer de apoio ao movimento rebelde.”*¹³⁹

Durante os dias de ocupação militar, a Associação Comercial, na figura de José Carlos Macedo Soares assumiu as negociações em nome de todos os industriais e comerciantes de São Paulo. Ela declarou-se contrária à revolução mas tomou a iniciativa de aproximação com os militares. Estes respeitaram a investidura, no cargo de prefeito, de Firmiano Pinto e procuravam manter o governo constituído, ao contrário do que poderíamos imaginar de um grupo rebelde. O prefeito, logo no primeiro dia do controle revolucionário declarou: *“...Tendo o comandante dos revolucionários declarado que não embarçaria a ação da autoridade municipal, o prefeito continuará no seu posto tomando as providencias que se tornarem aconselhadas até o momento em que a sua ação seja cerceada. São Paulo, 9 de julho de 1924. (a) Firmiano de Moraes Pinto.”* Também anunciaram que o cargo de prefeito seria respeitado em todas as cidades ocupadas pelos rebeldes, demonstrando assim o caráter transitório da revolução. Quiseram que o vice-presidente do Estado, Fernando Prestes, assumisse o lugar vago deixado por Carlos de Campos. Ele não aceitou dizendo que jamais receberia o governo das “mãos dos revolucionários”. Embora muitos possam dizer que a opção dos militares por manter o governo devia-se à sua inexperiência ou a uma simples estratégia de luta, as dimensões nacionais dessa atitude e a firmeza de suas declarações nos levam a acreditar que não faziam isso por “conveniência tática”, mas por coerência.

Acabou havendo uma colaboração mútua entre as lideranças militares e as lideranças industriais. Um exemplo dessa colaboração foi a criação de uma força policial que desse garantias à propriedade. A Guarda Municipal foi uma iniciativa da Câmara Municipal e da Associação Comercial, embora alguns políticos interpretassem como uma colaboração aos revoltosos, na verdade foi apenas um instrumento criado para defender

¹³⁹ CORRÊA, Ana Maria Martinez. *A rebelião de 1924 em São Paulo*. São Paulo, HUCITEC, 1976, p.129.

seus interesses. Entretanto, a iniciativa posicionou as autoridades civis como mediadoras entre os militares revoltosos e o governo. Várias vezes elas tentaram negociar o fim dos bombardeios e as condições de uma possível rendição... O arcebispo de São Paulo, D. Duarte Leopoldo, e o presidente da Liga Nacionalista, F. Vergueiro Steidel, solicitaram ao presidente Bernardes clemência para a cidade. Receberam a resposta através do ministro da Guerra, Setembrino de Carvalho, dizendo não ser possível interromper o bombardeio. Isso despertou os brios dos paulistas que já criticavam de longa data o governo e passaram a manifestar-se contra a legalidade dando apoio implícita ou explicitamente aos militares. Embora os líderes tenentistas tenham desprezado o apoio popular, vários civis, de variadas classes e profissões apoiaram o movimento militar de forma espontânea e improvisada. Muitos desses populares que se alistaram ao lado dos rebeldes foram estrangeiros e tomaram parte nos “batalhões estrangeiros”. Estes foram incorporados à Revolução: formaram-se batalhões húngaros, alemães e italianos.¹⁴⁰

“A revolução sempre fez questão de manter caráter nacional e democrático. Isidoro, com grande indignação repelira, em São Paulo, a tentativa de aproximação de leaders proletários que vinham prometer total adesão da classe, se a revolta adotasse caráter extremista. Recusou-a com firmeza porque isso desvirtuaria o motivo original do movimento, que buscava a renovação dos processos políticos vigentes, estando sempre os chefes rebeldes dispostos a acatar e prestigiar qualquer estadista de valor a quem fosse passado o governo federal, ante o que deporiam armas. Não lhes interessava portanto a presença de esquerdistas nos quadros combatentes, mesmo que viessem reforçar a revolução, até fazê-la vitoriosa.

Houve, entretanto, uma debilidade que, dada a época que se vivia, se apresentava perfeitamente justificável: a incorporação de voluntários estrangeiros. Realmente três unidades de alienígenas foram organizadas e postas em ação: a companhia italiana, a húngara e a alemã”¹⁴¹

José Carlos Macedo Soares pediu que Abílio de Noronha - preso ainda - interviesse junto ao governo. Para isso Isidoro passou-lhe as exigências dos revoltosos. Abílio não aceitou o item principal que requeria a renúncia do presidente, alegando que estaria contrariando a vontade popular. Baseando uma solução constitucional para suas

¹⁴⁰ Autos do Processo da Revolução de 1924. Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, v.35

¹⁴¹ OLIVEIRA, Nelson Tabajara. 1924. *A Revolução de Isidoro*. São Paulo, Nacional, 1956, p.102.

exigências propôs a substituição do presidente pelo presidente da Câmara dos Deputados...¹⁴²

Dia 14 o quartel do 5º Batalhão da Força Pública foi retomado pelos “legalistas” e no dia seguinte os revolucionários entraram de assalto, num ato de bravura de Joaquim Távora que lhe custou a vida. Foi um dos episódios mais difíceis para os revolucionários, afinal Joaquim era a alma da Revolução. No dia 22 a cidade sofreu um bombardeio aéreo, no dia 26 os aviões legalistas lançaram folhetos sobre a cidade pedindo à população para que abandonasse a cidade pois novos bombardeios seriam realizados. A mensagem semeou mais pânico na população. Isidoro manifestou o desejo de negociar a rendição, solicitando anistia ampla para os participantes dos movimentos de 22 e 24. Depois de várias tentativas de aproximação frustradas Isidoro decidiu deixar a cidade. *“Para os militares rebeldes, a saída da cidade não significava o fim do movimento. Apenas passaram a adotar uma outra estratégia. Iniciando a guerra de movimentos, esperavam os militares rebeldes encontrar no interior do país melhores condições para a realização do seu ideal, ou, então, que esse afastamento propiciaria a reconstituição de suas forças.”*¹⁴³

Desde o início da conspiração muitas cidades do interior apoiavam o movimento. Rio Claro, Jundiaí, Itu, Campinas, Itapira, São Simão, Amparo, Araras, Pirassununga, São Carlos, Rio Preto e Botucatu¹⁴⁴ conservavam o ardor revolucionário e estavam dispostos a abrirem quantas frentes fossem necessárias. Os revolucionários precisavam porém de mais cidades. Bauru reunia, na ocasião, tudo o que necessitavam: havia uma forte oposição, que lhe prestaria todo o apoio necessário, a convergência de 3 estradas de ferro - passagem obrigatória para o Mato Grosso de onde viria ajuda. Dali seria muito fácil uma possível fuga. Por isso havia uma coluna legalista que vindo expressamente de Minas, tencionava, depois de tomar Mogi Mirim, atingir Campinas e cortar a provável retirada de Isidoro. A missão de contê-la foi destinada a João Cabanas, figura bastante controvertida, de uma audácia que beirava a loucura. Ele próprio batizou sua coluna como a “Coluna da Morte”, formada por 180 homens mal armados. Mandando telegramas às estações em que ia chegando dizendo que contava com 2000 homens, atemorizava as tropas legalistas que resolviam retirar-se. Cabanas abriu caminho

¹⁴² CORRÊA, Ana Maria Martinez. *A rebelião de 1924 em São Paulo*. São Paulo, HUCITEC, 1976, p.144-145.

¹⁴³ CORRÊA, Ana Maria Martinez. *A rebelião de 1924 em São Paulo*. São Paulo, HUCITEC, 1976, p.150.

permitindo a retirada dos rebeldes pelo caminho seguro: Campinas, Itirapina e Bauru. Antes de retirar-se Isidoro tentou um armistício, sob a condição da renúncia de Arthur Bernardes, que não foi aceito. Diante do aumento da pressão legalista, de 27 para 28 de julho, quase vinte e três dias após o início da revolta, as forças revolucionárias embarcaram ordenada e silenciosamente nos trens da Paulista, para Bauru. O sucesso militar dessa retirada demonstrou a capacidade de organização desses oficiais e a decisão de continuar a lutar, seu alto grau de comprometimento com a causa revolucionária.

3. Outros movimentos

À “Revolta de Isidoro” estavam vinculados vários outros levantes em todo país numa prova de como a conspiração havia atingido proporções nacionais. As tropas do Matogrosso, que já se haviam mobilizado em 1922, também quiseram participar em 1924. No dia 12 de julho o tenente Riograndino Krueel prendeu a oficialidade do 10º Regimento de Cavalaria Independente em Bela Vista e colocou-se a serviço de Isidoro. Porém, os sargentos reuniram-se e prenderam todos os líderes da revolta.¹⁴⁵ Em Sergipe, na noite de 12 para 13 de julho de 1924, o Capitão Eurípedes Esteves de Lima organizou um bem sucedido assalto ao palácio do Governo, em Aracaju. O Capitão, junto com um grupo de tenentes lideraram a revolta no momento em que se preparavam para ir ao Sul combater a Revolução. Tropas alagoanas conseguiram por fim ao movimento no dia 02 de agosto.

Animados com o “sucesso” da rebelião em São Paulo, em 23 de julho do mesmo ano, na Amazônia, rebentou a sublevação do 27º Batalhão de Caçadores de Manaus. Foi uma revolta articulada em várias outras localidades. Depois de sua vitória procuraram substitutos civis para o governador deposto, Rego Monteiro. Nenhuma autoridade quis comprometer-se com a revolução e foi nomeado, em caráter militar, o 1º tenente Augusto Ribeiro Júnior. Fizeram um governo de 30 dias, de uma lendária lisura administrativa. Quando as tropas federais prenderam seus líderes, em 28 de agosto, todos partiram para Belém aplaudidos pela população.¹⁴⁶

¹⁴⁴ CARONE, Edgar. *A República Velha. (Evolução Política)* Difel, São Paulo, 1971, p.375

¹⁴⁵ CARONE, Edgar. *A República Velha. (Evolução Política)* Difel, São Paulo, 1971, p.377.

¹⁴⁶ SANTOS, Eloina Monteiro dos. *A Rebelião de 1924 em Manaus*. 2ª edição, Manaus, SUFRAMA, Gráfica Lorena, 1990.

A revolução no Rio Grande do Sul é a única que tem uma ligação organizada com a de São Paulo, pois alguns elementos da “Coluna Paulista”, como João Alberto e Juarez Távora, foram até lá apressar o movimento. Ele estoura no dia 29 de outubro, aproveitando-se da forte oposição contra Borges de Medeiros, que, como se viu, não tinha sido eclipsado pelo Pacto das Pedras Altas. Esse movimento engrossou as fileiras do exército, em especial as unidades que conspiravam contra a ordem estabelecida. Nesse momento desponta a figura de Luís Carlos Prestes, que conduzirá seu batalhão até Foz do Iguaçu encontrando-se com a “Coluna Paulista”¹⁴⁷

De todas as revoltas corolárias da “Revolta de Isidoro”, nenhuma ameaçou tanto o governo Bernardes quanto a “Conspiração Protógenes” no Rio de Janeiro. O Comandante Protógenes do couraçado “São Paulo” daria uma salva de tiros no dia 21 de outubro de 1924, sinalizando o início de uma revolta previamente combinada com populares e outros membros da marinha. Entretanto a polícia carioca ficou sabendo do movimento e prendeu previamente seus líderes.

Essas prisões não impediram todavia outras tentativas de rebelião a 04 de novembro do mesmo ano e a 21 de maio do seguinte, que também não obtiveram sucesso. A nova rebelião do couraçado São Paulo, no dia quatro de novembro de 1924 foi chefiada pelo tenente Herculino Carcardo. O jovem oficial como *“todos que pertenciam à mocidade militar daqueles dias, também participava do idealismo do chamado tenentismo mas nunca lhe ocorreu, pela pouca idade e pela pequena contribuição que a Marinha emprestava ao movimento dos jovens tenentes do Exército, que viesse jamais a ser chamado para assumir no mesmo um grande papel.”*¹⁴⁸ Mais seis tenentes apoiaram Cascardo, enquanto que o restante da oficialidade do navio ficou presa em seus beliches. Um aviador, Bráulio Gouveia, aluno da Escola da Aviação Militar, amigo pessoal do Almirante Protógenes, não pôde conter o idealismo e passou para o lado dos rebeldes após aquatizar ao lado do couraçado. Propuseram que bombardeassem o Palácio do Catete mas Cascardo decidiu abandonar a baía e esperar outras manifestações de adesão. Trocaram tiros com o Forte de Copacabana e quando viram que estavam sozinhos decidiram rumar para o Rio Grande do Sul unindo-se à Coluna Prestes.

“Enquanto a Coluna Prestes combate no interior, eclodem vários movimentos armados entre 1924 e início de 1927. Não existem ligações orgânicas entre a maioria

¹⁴⁷ CARONE, Edgar. *A República Velha. (Evolução Política)* Difel, São Paulo, 1971, p.379-380.

deles, mas o sentimento revolucionário é comum; e, naturalmente, o sentido ideológico de todos coincide".¹⁴⁹ Enfim, a Revolução de 1924 esteve inserida no amplo contexto do "tenentismo", formado por tantas revoltas militares que apesar de algumas particularidades, unem-se de forma surpreendentemente coesa nos seus objetivos.

4. A historiografia sobre o tenentismo

A efervescência política nos anos que precederam a Revolução de 30 esteve presente nos vários setores da sociedade brasileira, sem excluir o militar. Os movimentos militares dessa época são relativamente bem conhecidos. Não faltam fontes e algumas ainda pouco exploradas, mas a interpretação histórica sobre o tema consolidou-se com o surgimento dos primeiros trabalhos sobre o tenentismo e variou muito pouco até os dias de hoje. Nosso trabalho pretende apresentar novos caminhos de análise e demonstrar a necessidade de preencher algumas lacunas...

O movimento tenentista, conjunto de rebeliões organizadas por oficiais militares entre os anos de 1922 a 1930, foi utilizado como modelo de explicação e identificação da união dos militares com as classes médias por diversos pensadores das décadas de 30, 40 e 50, o que tornou essa interpretação hegemônica. Não é por menos: o crescimento da importância política e social dos militares coincidiu na história brasileira com o surgimento das indústrias, dos centros urbanos e conseqüentemente das classes médias. Essa interpretação era conseqüência de uma outra: o movimento de 30 era visto por muitos como uma revolução democrática-burguesa, sendo preparada pelos movimentos militares, uma expressão política das classes médias.¹⁵⁰ Além disso, não é irrelevante o fato de que as pesquisas históricas ganharam "status" profissional na década de 30, quando o Brasil vivia a crise do poder oligárquico. Nessa época consolidava-se a interpretação marxista do tenentismo que buscava suas raízes na luta de classes e classificava-o como uma revolução burguesa. Podemos dizer, nesse sentido, que sua identificação com as classes médias era um dado apriorístico, repetido estouvadamente por estudiosos do tema. Interessante notar que

¹⁴⁷ OLIVEIRA, Nelson Tabajara. *1924. A Revolução de Isidoro*. São Paulo, Nacional, 1956, p.40.

¹⁴⁹ CARONE, Edgar. *A República Velha. (Evolução Política)* Difel, São Paulo, 1971, p.383

¹⁵⁰ WEFORT, Francisco. In: FORJAZ, Maria Cecilia Spina. *Tenentismo e Política*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p.10.

mesmo com a abundância de memórias e relatos dos protagonistas, foi a historiografia “profissional” que acabou prevalecendo. Recentemente, com a quebra da hegemonia marxista como padrão de análise, graças à influência da antropologia e ao aumento e diversificação de trabalhos históricos, surgiram novas interpretações sobre o tenentismo.

Uma das primeiras interpretações foi a de Virgínio Santa Rosa que escreveu sobre o assunto no calor da hora e influenciou muitas décadas de historiografia. Sua obra, *O Sentido do Tenentismo*,¹⁵¹ de 1933, surgiu no momento em que os militares participantes das Revoltas Tenentistas subiram ao poder, incentivados por Getúlio Vargas. Virgínio Santa Rosa estuda a sua época com o olhar no futuro; para ele a ascensão dos tenentes ao poder era uma mudança do sentido da marcha histórica. “Era uma componente inteiramente inédita que se apresentava no plano das forças diretoras. Distinguia-os uma forte consciência de classe e uma intensa experiência revolucionária adquirida durante os anos de exílio. Com o advento deles, as classes médias teriam, possivelmente, a sua primeira expressão política. Oriundos dessas camadas novas das populações brasileiras, os tenentes forçosamente tinham de encarnar os seus anseios mais íntimos”¹⁵²

Embora sua análise seja feita sobre o período posterior a 1930, ele estabeleceu uma visão do “tenentismo” que permanece na historiografia até os dias de hoje: a noção de que os tenentes atuaram como os representantes das classes médias. Portanto, os movimentos tenentistas, nessa concepção, seguiam os padrões dos movimentos de classes médias; isto é das lutas contra as oligarquias latifundiárias sem chegar a se tornarem “totalmente revolucionárias”, uma vez que não contavam com o proletariado. É bom lembrar que, também, aproveitavam-se do apoio ocasional de políticos tradicionais. Nelson Werneck Sodré, que prefaciou as edições mais recentes dessa obra, parece-nos muito influenciado por essa concepção.

A obra desse festejado historiador situa-se na década de 60, e reflete o pensamento marxista sobre o tema. Foi militar, conhecia bem sua corporação e adotava muito das suas idéias, especialmente o nacionalismo. Talvez fosse ele mesmo o mais autorizado a escrever a “*História Militar do Brasil*”¹⁵³ publicada em 1965. Nesse livro, onde comenta o papel do exército na Primeira República, deixa claro que as oligarquias latifundiárias tornaram-se progressivamente “inimigas” do exército, enquanto que este recebia todo o apoio popular

¹⁵¹ SANTA ROSA, Virgínio. *O Sentido do Tenentismo*. 3ª ed. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.

¹⁵² SANTA ROSA, Virgínio. *O Sentido do Tenentismo*. 3ª ed. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976, p.53.

¹⁵³ SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.

estampado na figura de Floriano Peixoto. Para Sodré, o "Florianismo" fôra o único apoio verdadeiramente democrático recebido pelos governos da Primeira República. Os governos posteriores dedicaram-se a montar um "esquema político" que afastasse os militares do poder, aumentando cada vez mais as divergências entre a "República Oligárquica" e a corporação militar. O coronelismo e a política do café com leite intensificaram o domínio das oligarquias que foram criando "forças paralelas", fazendo frente à corporação militar. Nos estados predominantemente agrícolas, com uma organização administrativa menos coesa, cresceram os "exércitos particulares" como o cangaço; nos estados mais urbanizados esse papel era desempenhado pela Força Pública. Como política nacional, os presidentes civis começaram a incentivar o crescimento da Marinha. Enfim, o latifúndio caminhava na direção oposta ao Exército, procurando proteger-se dele.

Para o leitor desavisado a defesa do Exército feita por um historiador marxista como Nelson Werneck Sodré é surpreendente. Fica patente o seu intuito de mostrar que os militares sempre estiveram ao lado das causas populares. Na época em que foi escrito, nas proximidades do golpe de 64, havia um forte envolvimento dos militares nas agitações políticas, e uma grande pluralidade de posições dentro do exército, o que explica a posição do autor. Para ele o exército está mais próximo das classes populares do que das classes políticas, deve voltar-se, portanto, para as questões sociais. No final da Primeira República essa vocação popular do Exército fortalece-se com o advento das classes médias. Eias uniram-se aos militares num esforço comum: acabar com o poder das oligarquias. O tenentismo nada mais é do que a manifestação da revolta com o poder instituído e é o sinal mais evidente da união do Exército com a burguesia. *"Enquanto as forças regionais, estaduais, privadas caracterizam assim, a tradição oligárquica, o poder do latifúndio, a força do atraso, o sentido conformista, limitado, regional, o Tenentismo começa a representar a renovação, o impulso burguês, a força do avanço, o sentido inconformista, amplo, nacional. Assinala o divórcio entre o poder, dominado pelo latifúndio, e o aparelho militar que se recusa a servi-lo".*¹⁵⁴

O tenentismo, para esse autor, foi uma força que brotou da revolta contra a submissão às oligarquias e ao imperialismo, faz parte do impulso burguês, que vai renovar a sociedade brasileira e acabar com o esquema político montado pelos latifundiários. Portanto, nesse período, o tenentismo seria mais um movimento representativo da luta de

¹⁵⁴SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 1965, p.214.

classes única força capaz de mover a História. Através da sua visão sobre o tenentismo o autor deixa claro qual é sua concepção de História. “*As personagens, porém, como os acontecimentos, são apenas sinais exteriores e superficiais do que ocorre no país.*”¹⁵⁵ Para ele, há uma contínua dialética histórica entre opressores e oprimidos que se manifesta superficialmente em acontecimentos como o tenentismo. Essa mesma visão é compartilhada por muitos historiadores do tema, o que, a nosso ver, resultou numa historiografia surgida posteriormente sem criatividade, e pouco variada.

Para os olhos otimistas desses historiadores, a presença militar na política, desde os fins do século XIX, foi a “*expressão de uma orientação democrática e progressista*”.¹⁵⁶ A Proclamação da República, os movimentos tenentistas, a Revolução de 30 e mais recentemente as intervenções do general Estillac Leal garantindo a candidatura de Vargas em 1950 e do general Lott defendendo a eleição do Juscelino, eram alguns dos fatos levantados pela historiografia, no sentido de reafirmar a convicção da continuidade democrática da história militar. É inegável o sentido “inconformista, amplo e nacional” das revoltas tenentistas. Contudo, devemos dizer que a Revolução de 1924 não foi uma revolução burguesa e nem de longe identificada com as causas operárias. A recusa de Isidoro Dias Lopes, durante a ocupação da cidade, em aceitar o apoio popular atesta exatamente isso: a revolução não seguiu um sentido único, pré-determinado, passando pelas classes operárias como sugeriu Nelson Werneck Sodré.

Com o golpe militar de 1964, as questões passam a mudar de direção. Os militares começam a figurar nas “classes dominantes”, como uma instituição cuja finalidade fundamental era a preservação do sistema. Inicia-se uma “*revisão crítica que chegaria a uma espécie de liquidação geral dos mitos*”¹⁵⁷ sobre a história militar, e particularmente sobre o tenentismo. Um exemplo dessa visão nos deu Heloísa Rodrigues Fernandes, no seu trabalho sobre a Força Pública. Pela decisiva participação das tropas estaduais nos episódios de 1924, torna-se conveniente analisar essa obra.

Para muitos historiadores, a Força Pública seria o principal aliado das oligarquias regionais, pois era um poder militar controlado diretamente pelo governo do estado, e atuando como instrumento de repressão às forças do operariado. Entretanto, a decisiva

¹⁵⁵SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965, p.214.

¹⁵⁶ WEFFORT, Francisco. In: FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e Política*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p.10.

¹⁵⁷ WEFFORT, Francisco. In: FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e Política*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p.11.

participação da Força Pública na Revolução de 1924 coloca um ponto de interrogação nessa análise. Embora essa adesão possa ser explicada pelas atitudes pessoais de alguns de seus líderes – especialmente Miguel Costa e Índio do Brasil – podemos dizer que sua separação do exército não era tão grande assim. A idéia do conflito - poder regional contra poder centralizado – sugeria um choque entre Força Pública (poder estadual) e Exército (poder nacional). Entretanto os ideais nacionais dos jovens militares do exército nacional estavam igualmente presentes nessa “força regional”. Aliás, não percebemos a ingerência das forças oligárquicas no seu comando. Não havia uma divergência entre Força Pública e Exército, ou Exército e Oligarquia, e muito menos uma união dos tenentes rebelados com o povo, que a historiografia, algumas vezes, sugeriu. Heloisa Fernandes, no seu excelente artigo sobre a Força Pública erra ao afirmar que ela era “*uma das forças indispensáveis à manutenção do regime de classe no Brasil*”.¹⁵⁸ Ao explicar sobre o papel da Força Pública na Revolução de 1924 torna-se pouco convincente ao dizer que ela foi um “aliado interessante” ao movimento. Não leva em conta as idéias revolucionárias dos seus líderes e esquece, ainda, da sua participação como articuladores da conspiração. Considerando esses aspectos, dizer que a Força Pública foi um “aliado” parece-nos reduzir o seu papel e seu real significado.

A autora considera a Força Pública como um instrumento de repressão. Conferindo-lhe esse papel à instituição, acabou por subordiná-la às forças sócio-econômicas. Ou seja, seu significado histórico acaba limitando-se ao de “*manutenção da segurança interna – logo, preservação do sistema econômico, político e social vigente – a especificidade de sua função vincula-a de imediato ao nível da superestrutura política*”.¹⁵⁹ Nessa perspectiva, as mudanças internas da organização serão sempre reflexo das “modificações qualitativas da própria formação sócio-econômica”. A sua participação no movimento tenentista, nessa perspectiva, só poderia ser vista como uma “exceção”, na sua trajetória repressiva. O livro de Heloisa Rodrigues traz uma análise interessante de um tema pouco estudado. É uma obra importante, onde a autora demonstra grande competência em sua pesquisa documental e na extensão com que trata o tema, mas o fardo das conclusões pré-estabelecidas afundam seu trabalho numa certa obviedade tediosa.

¹⁵⁸ FERNANDES, Heloisa Rodrigues. *A Força Pública do Estado de São Paulo*. In: História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III, vol. 2, Difel, São Paulo, 1977, p.256

¹⁵⁹ FERNANDES, Heloisa Rodrigues. *Política e Segurança. Força Pública do Estado de São Paulo: Fundamentos Históricos - Sociais*. Editora Alfa-Omega, São Paulo, 1974, p. 131.

Entretanto, um estudo mais aprofundado da Revolução de 1924 mostrar-nos-á que ela não atuou para a “preservação do sistema” e que no tenentismo, justamente, registrou-se um fluxo contrário. As mudanças na mentalidade interna no exército acabaram por contribuir para a mudança social brasileira. Além disso, a Força Pública teve uma atuação nacional, aliada estreitamente ao exército.

Dentre outros exemplos mais relevantes, de autores influenciados pela visão marxista, podemos citar ainda Edgar Carone¹⁶⁰ e Ana Maria Martinez Corrêa¹⁶¹, autora de um dos trabalhos inegavelmente mais abrangentes sobre a Rebelião de 1924. Este livro, de qualidade indiscutível, chega a uma série de conclusões interessantes sobre a Revolução: a de que pode ser considerada um movimento militar, um ato de indisciplina sem contudo propor uma “política militarista”; seu fracasso deveu-se à recusa do apoio popular e ao fato de não tentar o apoio de outros grupos. Conclui também que a Revolução ficou contraditoriamente ligada ao governo; o que também contribuiu para o seu fracasso, e ainda que ela contestava não só o modelo de Estado Liberal mas as imperfeições de sua forma brasileira. Conclusões essas que estão coerentemente apoiadas na documentação fartamente utilizada ao longo da obra, das quais não discordamos.¹⁶² Contudo, ao classificar a Revolução como “burguesa” ou como uma acomodação dentro da classe dominante, acaba por julgá-la uma “revolução pela metade”, fadada inevitavelmente ao fracasso, embora não utilize essas palavras. No fundo, para a autora, uma revolução que baseia-se na modificação das estruturas sociais, deve contar necessariamente com as classes populares. Seria esta, a grande falha das revoluções burguesas: considerar os militares ligados às classes modernizadoras, comprometidas com as mudanças sociais, e portanto, essencialmente progressistas. Essa foi uma deturpação cometida pela historiografia até a década de 60. Depois foi-se a outro extremo cometendo o erro de considerar os militares comprometidos com as classes burguesas, com a estrutura do Estado e portanto como uma instituição conservadora. O golpe de 1964 foi o grande divisor de água desses duas concepções.

No nosso entender, não podemos encaixar os tenentes em nenhuma dessas classificações pois eram parte da sociedade e do aparelho do Estado ao mesmo tempo, estavam sujeitas a influências liberais, democráticas, autoritárias... e possuíam uma carga

¹⁶⁰ CARONE, Edgar. *O Tenentismo*. São Paulo, Difel, 1975.

¹⁶¹ CORREA, Anna Maria Martinez. *A Rebelião de 1924 em São Paulo*. São Paulo, HUCITEC, 1976.

de formação institucional muito forte. Considerando-os sob o ponto de vista da transformação social que pretendiam produzir, podemos dizer que eles tentaram uma revolução verdadeira, mais real - porque mais viável - do que a “tropicalização” da revolução bolchevique, desejada por alguns brasileiros, e cuja realização foi tentada algumas vezes. Nos capítulos seguintes procuraremos mostrar porque as propostas tenentistas devem ser consideradas cabalmente “revolucionárias”.

Já Edgar Carone divide o movimento em duas fases: a primeira, isolacionista, foi caracterizada pelo desprezo das elites ao movimento e dos tenentes pelo povo. Depois de 1927, por iniciativa das oligarquias regionais e da pequena burguesia é que os tenentes saíram do isolamento e participariam dos conchavos políticos que resultaram na revolução de 1930.¹⁶³ Por outro lado, Nelson Werneck divide em três fases: a isolacionista, a dos acordos regionais e a dos acordos nacionais. Outros historiadores, dessa mesma linha, consideram a rebelião tenentista como um fenômeno tipicamente urbano, espelhando a mudança do perfil da sociedade brasileira. Significa, nesse sentido, o surgimento de novas classes sociais, com a participação das classes médias na política nacional. Embora seja legítimo considerar o tenentismo como um movimento de classe média, nunca podemos nos esquecer que os tenentes eram acima de tudo militares e o que os unia no momento da revolução eram seus ideais, não sua posição social.

Alguns historiadores dessa mesma época, mas distantes da tradição marxista, entendem os militares revoltosos sob outros pontos de vista. Hélio Silva,¹⁶⁴ autor de meritória obra informativa sobre o assunto, explica o tenentismo como um movimento de reação, entre outros tantos, voltado contra os abusos cometidos na República. Representa um sinal de fraqueza de um sistema político que inexoravelmente se extinguirá com o tempo. Os primeiros levantes tenentistas, na verdade, inauguraram um novo ciclo político na História do Brasil que teria o seu apogeu na Revolução de 1930. *“A fraude, como um câncer, veio minando o organismo republicano, desvirtuando o ideal pregado, prostituindo a República estuprada por cada novo senhor, até que se implantasse, como uma reação periódica, a revolta que animou a palavra de Rui e os guerrilheiros gaúchos; a pregação de Nilo e os 5 de julho: reboando nos tiros dos canhões do Forte de*

¹⁶² CORRÊA, Anna Maria Martinez. *A Rebelião de 1924 em São Paulo*. São Paulo, HUCITEC, 1976, p.183-187.

¹⁶³CARONE, Edgar. opus cit., pág. 9-13.

¹⁶⁴SILVA, Hélio. 1922. *Sangue na Areia de Copacabana (O Ciclo de Vargas, vol. 1)*. Ed. Civilização Brasileira S. A., Rio de Janeiro, 1964.

Copacabana e talando o sertão nas caminhadas da Coluna Prestes para eclodir, desvirtuada mas vitoriosa, na Revolução de 1930. Assim nasceu, politicamente, Vargas.”¹⁶⁵

Nessa concepção, o tenentismo não pode ser explicado pela luta de classes ou pelo desejo de poder, mas por uma revolta natural de todo homem com ideais elevados diante de uma obra inacabada. O homem insere-se no ciclo natural da ascensão e queda das grandes civilizações ou dos modelos políticos. “*Cada vez que uma arrumação foi desfeita, fez-se uma revolução. Sempre variavam os motivos, porque os objetivos sempre mudaram. (...) Mas a causa profunda, a razão única é o descontentamento do homem pela sua obra realizada e imperfeita.*”¹⁶⁶

Nota-se, porém, que apesar dos diferentes posicionamentos, esta concepção de História acaba sendo muito parecida com a dos historiadores marxistas. Tanto para Hélio Silva como para Werneck Sodré, o tenentismo é um acontecimento inevitável, dentro da marcha histórica que marca o compasso dos acontecimentos. Todas as escolas históricas, que de certa maneira, resguardam em suas concepções a idéia da “inevitabilidade histórica” – é o caso do marxismo, do positivismo e da maioria das escolas originárias do século XIX – chegam, ao fim e ao cabo, a certa esterilidade científica.¹⁶⁷ A visão de Hélio Silva, compartilhada por outros historiadores de sínteses como José Maria Bello¹⁶⁸ e outros tem, porém, a grande vantagem de inserir o tenentismo num contexto cultural e cronológico mais amplo, trazendo ricas relações e conclusões.

De fato, a década de vinte no Brasil significa a morte de uma sociedade agrária-aristocrática e o nascimento de uma sociedade urbana-industrial, com todas as conseqüências sociais e culturais anexas. É interessante notar que a bibliografia clássica sobre a Primeira República, em geral, insere o tenentismo como conseqüência de questões maiores, como o declínio do coronelismo,¹⁶⁹ o fim da dominação pessoal herdado da ordem escravocrata,¹⁷⁰ ou a já citada luta de classes. Nesse sentido, acabamos por

¹⁶⁵SILVA, Hélio. 1922. *Sangue na Areia de Copacabana (O Ciclo de Vargas, vol. 1)*. Ed. Civilização Brasileira S. A., Rio de Janeiro, 1964, p.33.

¹⁶⁶SILVA, Hélio. 1922. *Sangue na Areia de Copacabana (O Ciclo de Vargas, vol. 1)*. Ed. Civilização Brasileira S. A., Rio de Janeiro, 1964, p.37.

¹⁶⁷BOUDÉ, Guy e MARTIN, Hervé. *As Escolas Históricas*. Publicações Europa América, Lisboa, 1983.

¹⁶⁸BELLO, José Maria. *História da República (1889-1954). Síntese de sessenta e cinco anos de vida brasileira*. 6a. edição, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1972.

¹⁶⁹Ver LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto. (O Município e o Regime Representativo no Brasil)*. 2a edição, São Paulo, Alfa-Ômega, 1975.

¹⁷⁰Ver FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo, Ed. Ática.

considerar os movimentos sociais gerados pelos jovens oficiais das Forças Armadas como um “sub-produto” dessas primeiras questões. No estudo mais profundo desse movimento, através do conhecimento da conjuntura sócio-econômica da época e paralelamente das interpretações propostas por essas obras, poderemos encontrar as especificidades do tenentismo, inclusive o seu grau de vinculação com os problemas econômicos da década de 20. Seria empobrecer muito a análise do tenentismo se não levarmos em conta as influências das mudanças aceleradas da história contemporânea e o advento da sociedade de massa,¹⁷¹ que no Brasil fazem-se sentir nesse período. Nosso trabalho, embora não alimente essa pretensão, por ser intencionalmente restrito, não se descurará desses elementos.

Nas últimas décadas, a historiografia foi vencendo a opressão dos modelos, assumindo o risco de cair em um subjetivismo anárquico, de igual perigo para a sua credibilidade científica. Atualmente, a nosso ver, a ciência histórica vem encontrando novos referenciais que tem produzidos trabalhos muito interessantes. No caso da historiografia sobre a Revolução de 1924, nenhum livro de peso científico foi publicado recentemente, salvo algum desconhecimento de nossa parte, com essa nova perspectiva historiográfica. Entretanto, é necessário frisar que alguns historiadores recentes tangenciaram nosso tema, ao tratar da história militar.

Entre os historiadores contemporâneos José Murilo de Carvalho¹⁷² e Celso Castro¹⁷³ chamaram a atenção para a importância de abordar os militares em seus aspectos institucionais. Eles tem muito em conta a historiografia norte-americana, onde o estudo de história militar sob a perspectiva institucional é bastante difundida. Os dois autores citados utilizam as obras realizadas nos Estados Unidos de Alexandre de Sousa Costa Barros, Morris Janowitz, Alfred Stepan, entre outros. Este último chega a considerar mais adequado “*o papel dos militares na política em termos do militar como instituição política, sujeita a muitas das pressões que experimente o governo*”.¹⁷⁴

¹⁷¹ ORTEGA Y GASSET, José. *La Rebelión de las masas*. 6a edição, Buenos Aires, Espasa-Calpe S.A., Col. Austral, 1943.

¹⁷² CARVALHO, José Murilo de. *As Forças Armadas na Primeira República: o Poder Desestabilizador*. In: HGCB, tomo III, vol. 2, pg. 180-234.

¹⁷³ CASTRO, Celso. *O Espírito Militar. Um Estudo de Antropologia Social na Academia das Agulhas Negras*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1990 e *Os Militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1995.

¹⁷⁴ STEPAN, Alfred. *Os Militares na Política. As mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro, Editora Artenova, 1975, p.12.

A perspectiva interna do exército levou os historiadores a algumas conclusões diferentes dos seus antecessores. Uma delas refere-se à vinculação dos militares com as classes médias. Olhando da perspectiva dos próprios sujeitos históricos, Alfred Stepan chega à seguinte conclusão: *“Os oficiais sabem que não provêm da classe alta ou da elite. Embora admitam que procedem da classe média, eles se consideram um grupo sem classe, sem interesses especiais de classe”*.¹⁷⁵ Para defender a idéia de que os militares não foram representantes da classe média nem defensores de seus ideais, o autor argumenta que a heterogeneidade da classe média chocava com a coesão e organização do exército. Portando seria quase impossível que a primeira controlasse as Forças Armadas. Muitas vezes os governos militares defendiam-se das críticas provenientes das classes médias. O exército, diz ainda, é mais “ameaçador” às classes médias e altas do que às baixas.¹⁷⁶ A obra de Stepan sobre o exército brasileiro principalmente entre 1945 e 1964 é baseada, como é tradição dos norte-americanos, em muitos dados estatísticos. Entretanto, sua contribuição maior foi a influência que exerceu na recente historiografia. Contudo, parece-nos oportuna fazer uma observação à obra de Alfred Stepan. Os militares, matiza ele, *“não constituem uma instituição monolítica, psicológica ou politicamente isolada da vida civil,”* e continua dizendo que *“grande parte do estímulo que cria a coesão necessária entre os oficiais, suficiente para dar início ao ato corajoso de depor o presidente, provém do exterior da própria instituição militar”*.¹⁷⁷ Consideramos sua análise correta, mas é preciso dizer que sua generalização tornaria os episódios de 1924 quase “inexplicáveis”, pois foi na organização institucional que jovens alheios à política receberam o estímulo para lutar com feroz altruísmo contra a imoralidade pública... Entretanto, consideramos também, essa motivação interna, uma exceção, o que reforça ainda mais a tese do autor.

Concordamos que os aspectos institucionais, da mentalidade militar são mais importantes para o entendimento das revoluções militares do que as circunstâncias sócio-políticas da época, sem contudo considerar o exército como uma instituição isolada da vida civil. José Murilo também não aceita a idéia de atuação do exército como “representante” de outras classes. Para o autor, o Exército, sendo uma “instituição total” aborda todos os

¹⁷⁵ STEPAN, Alfred. *Os Militares na Política. As mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro, Editora Artenova, 1975, p.35.

¹⁷⁶ STEPAN, Alfred. *Os Militares na Política. As mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro, Editora Artenova, 1975, p.38.

¹⁷⁷ STEPAN, Alfred. *Os Militares na Política. As mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro, Editora Artenova, 1975, p.45.

aspectos da vida de seus membros: o indivíduo pertencente a essa instituição é em primeiro lugar soldado e depois classe média, político, trabalhador... Jamais um soldado atuaria como “representante” das classes médias dentro do exército. Como reconhece o autor, ocorreram interesses coincidentes com a burguesia, mas não foram os interesses burgueses que determinaram o surgimento de novas idéias e posturas no exército nos primeiros anos da República.¹⁷⁸

A “cultura militar”, estudada por Celso Castro, forma-se sobretudo dentro da caserna, devido à formação recebida. Para ele, as ações individuais nem sempre seguem a “estrutura social” e por isso adota outra perspectiva – o desenvolvimento da “cultura militar” e de suas ações – para estudar a Proclamação da República.¹⁷⁹ No estudo sobre a Academia Militar de Agulhas Negras, Celso Castro, levando em conta a intensidade, abrangência e radicalidade da formação militar e o corporativismo que dela advêm, demonstra que há uma certa autonomia da instituição em relação à sociedade civil.¹⁸⁰ Juntamente com José Murilo de Carvalho e outros, utiliza o conceito de “instituição total” para estudar o exército. *“A sociologia tem mostrado exaustivamente, no entanto, que organizações possuem características e vida próprias que não podem ser reduzidas a meros reflexos de influências externas. Isto vale particularmente para as organizações militares, que além de serem de grande complexidade, se enquadram no que Goffman chama de instituições totais. Estas instituições, pelo fato de envolverem todos os aspectos da vida de seus membros, desenvolvem identidade mais marcada, o que aumenta seu grau de autonomia em relação ao mundo exterior”*¹⁸¹ Contudo, esses historiadores, trabalhando com tais referenciais não abordaram o tenentismo de forma particular, mas abriram um caminho que, certamente, poderá trazer ainda muitas luzes sobre o tema.

Outro elemento levantado por alguns historiadores para o entendimento do tenentismo foi a luta de gerações vivida nos anos 20, dentro e fora das Forças Armadas. O “radicalismo” de sua ação deve ser explicado também pelas forças naturais de um grupo jovem de oficiais. Esse radicalismo, como observa Aspásia Camargo, situa-se mais no

¹⁷⁸ CARVALHO, José Murilo de. *As Forças Armadas na Primeira República: o Poder Desestabilizador*. In: HGCB, tomo III, vol. 2, pg. 180-234.

¹⁷⁹ CASTRO, Celso. *Os Militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995, p.11-15.

¹⁸⁰ CASTRO, Celso. *O Espírito Militar. Um Estudo de Antropologia Social na Academia das Agulhas Negras*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1990, p.31-32.

¹⁸¹ CARVALHO, José Murilo de. *As Forças Armadas na Primeira República: o Poder Desestabilizador*. In: HGCB, tomo III, vol. 2, pg. 183.

plano da ação do que no plano do “projeto”.¹⁸² Perry Anderson, criticava as interpretações vindas da esquerda antes e depois de 1964; antes enfocando o progressismo e depois o reacionarismo. Para ele, o tenentismo é basicamente um conflito de gerações dentro das classes dirigente da época, tanto militares quanto civis, e não uma expressão política das classes médias.¹⁸³ A idéia do conflito de gerações, a nosso ver, participa do mesmo ceticismo dos historiadores marxistas com relação aos tenentes, que viam no movimento uma “pseudo-revolução”, por não contar com as forças sociais oprimidas... De fato, levando-se em conta a tenra idade da maioria desses revolucionários, temos a tentação de aceitar a idéia da “luta de gerações” dentro do exército, pois nada mais “familiar” do que a constatação da rebeldia adolescente. Entusiasmado, Nelson Tabajara de Oliveira chegou a afirmar que a Revolução “*não foi nem militar nem civil. Foi dos jovens...*”¹⁸⁴ Entretanto, a maturidade dos principais líderes da Revolução em São Paulo descarta essa possibilidade. Isidoro Dias Lopes era general reformado, Miguel Costa um cavaleiro argentino refinado, muito bem relacionado na sociedade paulista, e Joaquim Távora já havia atingido a maturidade dos anos quando morreu heroicamente durante a ocupação militar de São Paulo.

A situação militar em 1924 não era propícia a uma “luta de gerações”, como tinha sido em 1808 quando D. João VI trouxe ao Brasil seu exército aristocrático. Naquela época vimos que havia uma diferenciação dentro dele, paralelamente à diferenciação social. Os ingressos provenientes da aristocracia subiam rápido na carreira, as nomeações seguiam os graus de parentesco e influências políticas. Com a formação universitária dada aos oficiais a partir da “profissionalização” do exército, todos tinham, em tese, as mesmas chances. Isso auxiliava a coesão do grupo, a mútua incorporação dos valores militares, sobrepujando-se aos valores da classe social à qual eles eram provenientes. Portanto, seria um erro interpretar o tenentismo como uma luta de gerações dentro do exército, nem considerar que o elo da união entre os oficiais revolucionários dentro da corporação provinha de sua situação anterior na sociedade. Os tenentes deram inúmeros e claros exemplos de unidade corporativa e de obediência à autoridade. Um deles ocorreu quando

¹⁸²CAMARGO, Aspácia. A Revolução das Elites: conflitos regionais e centralização política. In: A Revolução de 30. Seminário Internacional. Realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, Setembro de 1980, Ed. Universidade de Brasília, 1983, Coleção Temas Brasileiros.

¹⁸³ O ensaio de Perry Anderson não foi publicado. É citado por WEFFORT, Francisco. In: FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e Política*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p.11

¹⁸⁴ OLIVEIRA, Nelson Tabajara. *1924. A Revolução de Isidoro*. São Paulo, Nacional, 1956, p.28.

Abílio de Noronha retomou o 4º Batalhão da Força Pública apenas com a força de seu prestígio e provavelmente do seu cargo.

Mais recentemente, com a “crise da consciência histórica”, quando os historiadores passaram a rever o discurso historiográfico e a formação de muitos conceitos consagrados, o tenentismo passou por algumas revisões. Na tradição de Edgar De Decca e Carlos A Vesentini, Vavy Pacheco Borges¹⁸⁵ fez um estudo do tenentismo como construção histórica. Partindo do interessante detalhe de que os termos “tenentismo” e “tenentes” (grupo político) não existem na documentação anterior a 1931, ela enfoca a sua análise na luta política após outubro de 1930. Nesse período, o conceito que utilizamos hoje em dia de tenentismo foi forjado na disputa política que travava-se com as oligarquias, como tentativa de controle de seu registro e memória. Foi esse o período em que se consagraram os principais conceitos historiográficos, discutidos acima. Retomaremos, mais adiante, alguns problemas levantados pela autora, que estão mais relacionados ao terceiro capítulo. Além disso, como nosso interesse maior está no período anterior a 1924, não aprofundaremos na análise desse trabalho.

O estudo do tenentismo dentro de um amplo contexto bibliográfico fez-nos considerar que os estudos até agora feitos sobre o assunto não conseguem explicar os motivos e elucidar em profundidade toda trama do movimento. Compreendemos que a “lógica” da revolução tenentista, não se esgota nas explicações econômicas ou mesmo sócio-políticas. É preciso abordá-las com novos pressupostos, valorizando comportamentos e acontecimentos não considerados pelas análises existentes e tomá-las como objetos de pesquisa. Dessa maneira, a interpretação do movimento tenentista se enriquecerá como um todo, esclarecendo os motivos da sua eclosão.

Em primeiro lugar – assim o fizemos nas páginas anteriores – é necessário destacar as atitudes individuais dentro da trama revolucionária e dando a devida importância a esses comportamentos, vislumbrar as forças que contribuíram para a eclosão do tenentismo. Além disso é importante alargar os horizontes de análise colocando-o numa perspectiva mais ampla. Também procuramos fazê-lo no primeiro capítulo, ao desenvolvermos um histórico da instituição militar brasileira, embora devamos acrescentar que a historiografia ainda carece de melhores análises que conjuguem os movimentos sociais com as mudanças culturais do período. Portanto, será com o intuito de evitar uma análise predominantemente

¹⁸⁵BORGES, Vavy Pacheco. Tenentismo e Revolução Brasileira. São Paulo, Brasiliense, 1992.

política e econômica do tenentismo, já bem explorada pelos historiadores aqui citados, que sugerimos a exploração de um outro viés que leve em conta a cultura militar, as crenças e o ideário dos revolucionários manifestados durante a Revolução e que nem sempre seguem as estruturas sociais, pois, exigem o exercício da tomada de decisões, enfim, o ato individual.¹⁸⁶

Nessa perspectiva, os relatos de época ganham extrema importância. Poderíamos dizer que na historiografia do tenentismo as autobiografias ou as descrições do movimento feitos pelos seus próprios protagonistas foram colocados em um segundo plano. Não são poucos os livros desse tipo, todos eles de uma riqueza incomum, pois relatam aquilo que viram e ouviram, enfim, falam do que viveram. Entre os participantes da Revolução de 1924, podemos citar o trabalho de Juarez Távora,¹⁸⁷ Nelson Tabajara de Oliveira,¹⁸⁸ João Cabanas¹⁸⁹ e Joaquim Nunes de Carvalho.¹⁹⁰ Também são de grande valor aqueles relatos de pessoas que, sem participar diretamente das ações militares, envolveram-se indiretamente com o movimento, como o jornalista Paulo Duarte.¹⁹¹ Existem muitos outros relatos sobre o tenentismo em geral que não pudermos analisar aqui da mesma forma podem servir para uma análise renovada do movimento. O Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas, publicou um valioso volume sobre a bibliografia do tenentismo que nos foi muito útil.¹⁹²

Contudo, é difícil dizer quais as causas da estranha negligência desses relatos por parte da historiografia. Talvez os resquícios do cientificismo histórico do início do século, que buscava uma racionalidade para todos os fatos, fosse uma explicação. Na busca de uma verdade “científica” aqueles que estavam diretamente envolvidos não tem a capacidade de uma análise isenta, racional. Além disso, sendo o historiador consciente da dimensão histórica do movimento e das diferentes forças que nele atuam, só o historiador, muito mais do que os próprios envolvidos, pode dizer o que os tenentes queriam

¹⁸⁶ cfr. CASTRO, Celso. *Os Militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995, p.12-15.

¹⁸⁷ TÁVORA, Juarez. *Uma vida e muitas lutas. 1vol. Da planície à borda do altiplano*. 5a. edição, Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1974

¹⁸⁸ OLIVEIRA, Nelson Tabajara. *1924. A Revolução de Isidoro*. São Paulo, Nacional, 1956

¹⁸⁹ CABANAS, João. *A Coluna da morte, sob o comando do tenente Cabanas*. Rio de Janeiro, Almeida & Torres, 1928.

¹⁹⁰ CARVALHO, Joaquim Nunes de. *A Revolução no Brasil. 1924-1925: apontamentos para a história*. 2 ed. Rio de Janeiro, Terra de Sol, 1931.

¹⁹¹ DUARTE, Paulo. *Agora Nós!* São Paulo, s.c.e. 1927

¹⁹² BIBLIOGRAFIA TENENTISMO. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Fundação Getúlio Vargas, 1978

“verdadeiramente”. Eis um grande paradoxo. Na nossa opinião essa concepção levou, em maior ou menor medida, a dar pouco valor a esses relatos como explicação científica. Procuramos adotar uma outra postura, dando-lhes todo crédito.

Perguntemos aos próprios tenentes, através da leitura de seus relatos, o que realmente queriam, quais eram suas propostas para mudar o Brasil. Só assim seremos capazes de julgá-los de forma coerente com os referenciais e a perspectiva atual. Nossa esperança é a de que esse esforço seja uma tentativa eficaz desse exercício.

Capítulo 3

O Programa e a Ação do Tenentes de 1924

Mais do que a revolução tenentista do Rio de Janeiro em 22, a Revolução de 1924 nos chama a atenção pela sua intensidade, pelas proporções que atinge. Salta-nos à vista o ardor revolucionário dos tenentes, que arriscam suas vidas pela causa que defendem. Sendo discutível a radicalidade de suas propostas, indubitavelmente no plano da ação foram radicais.

Mas, afinal, como é possível que homens com um grau de instrução elevado, com uma disciplina inigualável, de personalidade cultivada se entregarem a tal empreitada, se não fossem animados por propostas grandiosas? De fato, uma vez analisada a ação dos tenentes em São Paulo, e o que foi dito a respeito pelos historiadores, vale a pena dissecarmos o seu discurso, evitando os possíveis preconceitos históricos, esforçando-nos em compreender o que realmente pensavam e queriam estes revolucionários.

1. O pensamento militar

Como vimos nos capítulos anteriores, o pensamento militar foi se formando ao longo da História do Brasil, sendo profundamente marcado pela Proclamação da República. Suas atitudes revolucionárias tiveram como substrato o quadro sócio-político descrito, no qual pairava um verdadeiro clima de mudança no país. Podemos dizer, ainda, que o fator mais importante, para a modelagem da ética revolucionária, foi incontestavelmente a formação recebida na caserna, que gerou na oficialidade um anseio ardente e efetivo de transformações. Tendo em vista que já comentamos esses aspectos, vale demonstrar à luz da documentação levantada, o quanto esses três fatores - circunstâncias sócio-políticas, evolução histórica da instituição e a educação militar - influenciaram no pensamento e na ação dos revolucionários de 1924. Estaremos em maiores condições para realizar uma avaliação mais acurada das origens do tenentismo.

Quando o marechal Floriano Peixoto deixou o poder, assumindo Prudente de Moraes, nasceu uma forte corrente militarista de oposição, persistente e duradoura. Como se viu, O "Florianismo", movimento radical que propunha uma ditadura militar

republicana, opôs-se vigorosamente ao governo de Prudente de Moraes, só arrefecendo depois de um malogrado atentado contra o próprio Presidente. No entanto, se a possibilidade de uma ditadura republicana de longa duração perdeu força, a idéia de que os militares eram os criadores e detentores da "Verdadeira República" permaneceu em estado de latência. Além disso, sempre foi muito forte a crença de que nas crises políticas e sociais, os quartéis devem apelar para o remédio heróico da força, pelo menos durante o tempo necessário à restauração da ordem.

Para os militares, a experiência dos governos civis desvirtuaram os princípios republicanos. É muito discutível a idéia de que "os civis" foram a causa da corrupção, da desordem administrativa, das perturbações econômicas e da decadência moral. As críticas floriantistas ao primeiro governo civil de Prudente de Moraes e a desconfiança militar que delas resultou, perdurou até os movimentos tenentistas. Após o governo de Prudente, as circunstâncias externas e internas à corporação ajudaram a arrefecer as críticas militares. Porém, na década de vinte, num contexto de fortes críticas sociais e políticas, transbordaram insatisfações que durante anos acumulavam-se no imaginário militar. *"Estabelecido o novo sistema, muito se não fizeram esperar os erros, as imprevidências governamentais, que criaram essa situação deplorável a que chegamos - a obliteração dos caracteres políticos e a descrença popular pelos benefícios do regime adotado em 1889.*

As queixas surgem de todos os ângulos do País, e os descasos aos protestos populares põem em risco a sorte da República.

As condições das lutas políticas que se apresentam periodicamente tomam aspectos cada vez mais alarmantes em referência a certos elementos de confiança que traem, de um momento para outro, as esperanças e as próprias tradições, para se nivelarem aos interesses políticos ou pessoais mais subalternos, em vez de se baterem pelos interesses gerais.

Por outro lado, já não são os partidos regulares que pleiteiam as suas idéias no terreno constitucional. São os processos corruptores e hostis à liberdade e ao progresso, manipulado pelos governantes, que prevalecem. À este desequilíbrio de forças, à essa pressão atrofiadora, deve o nosso país a sua decadência moral, a sua desordem

administrativa e as perturbações econômicas que ameaçam devorar o futuro, depois de haverem arruinado o presente."¹⁹³

Os jovens oficiais não deixaram de ser influenciados tanto pelas mudanças sociais como pelo ambiente intelectual da época. Contudo acreditamos que os fatores institucionais – de modo especial, a renovação da formação militar - foram mais fortes. A unidade e a forte personalidade dos militares ultrapassaram os outros fatores, que também contribuíram para o início do tenentismo. Cordeiro de Farias, ao falar sobre a crise política e militar que desencadeou a revolução de 1922 no Forte de Copacabana, não hesitava "*em dizer que teve mais força a agitação militar*".¹⁹⁴ De fato, a educação cada vez mais profissional no exército reforçava seu distanciamento das outras classes - vimos como Isidoro Dias Lopes rejeitou ajuda do operariado - ao mesmo tempo que reforçava e encorajava a "missão" de interferir na vida política nacional.

As propostas dos tenentes de organização de um novo governo junto com a maioria dos críticos da República foram um produto das influências ideológicas deixadas pelo positivismo. Uma dessas influências foi o grande valor que se dava à letra da lei, a tal ponto que muitas propostas sociais traziam uma grande carga de regulamentações e organizações burocráticas. O arcabouço legal e constitucional vigente era continuamente atacado, pois distanciava-se dos problemas sociais e das necessidades da nação. Eram continuos os ataques à Carta de 1891, inspirada na constituição norte-americana. Com o tenentismo não foi diferente, para eles, no terreno constitucional, "são os processos corruptores e hostis à liberdade que prevalecem".

Um dos grandes pensadores dessa época, Alberto Torres era muito citado nos relatos dos militares envolvidos na revolução. Juarez Távora sempre referiu-se a ele com admiração e aproveitou o seu tempo de prisão para ler "A Organização Nacional" e "O Problema Brasileiro",¹⁹⁵ suas principais obras sobre a vida política nacional. Alberto Torres morreu em 29 de março de 1917 com 52 anos de idade, deixando uma forte influência no pensamento político de sua época. Muitas de suas idéias eram compartilhadas pelos tenentes, principalmente sua visão geral da política brasileira, como, por exemplo. "A

¹⁹³Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de S. P. Autos do Processo da Revolução de 1924. vol 2, p. 280-292.

¹⁹⁴FARIAS, Cordeiro de. *O Tenentismo é mais fantasia do que realidade*. (Entrevista) in: MOTA, Lourenço Dantas. *A História Viva*. O Estado de São Paulo, 3ª edição, p.59-98.

¹⁹⁵TÁVORA, Juarez. *Uma vida e muitas lutas*. 1vol. *Da planície à borda do altiplano*. 5a. edição, Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1974, p.120.

realidade da vida política não depende nem de grandes idéias, nem de belos discursos, nem mesmo, exclusivamente, de leis perfeitas, mas dos métodos e processos ordinários da política e da administração".¹⁹⁶ Essa visão, ao que parece, forneceu aos tenentes um "senso prático" muito aguçado. Não propõem mudanças de pessoas, partidos ou de orientação filosófica pura e simplesmente: sempre buscam que a alteração seja factível e por isso, baseando-se na organização atual, propõem novos métodos de eleições, reformas em leis constitucionais específicas, nova distribuição de cadeiras no congresso... pois a vida política depende mais dos seus "métodos e processos ordinários."

Além disso, os métodos e processos administrativos exigiam conhecimentos específicos e profissionais qualificados para exercê-los. Os tenentes tinham isso em mente ao pretender deixar o poder nas mãos dos civis. "*É natural que cada indivíduo, cooperando na especialidade de sua classe, possa na alta função representativa prestar serviços que nenhum outro seria capaz de prestar. Ademais, é ilógico o que faz atualmente certa categoria de indivíduos de assaltar os altos postos da administração e da política. - o indivíduo só deve atuar na vida da Nação como elemento de trabalho*".¹⁹⁷ O próprio Alberto Torres criticava a leviandade com que qualquer cidadão opinava a respeito da administração pública, como se ele próprio estivesse preparado para governar, ou ao menos tivesse a experiência para opinar.¹⁹⁸ Bem notou Ortega y Gasset ser essa uma das características do "homem-massa" do nosso tempo: não há questões da vida pública que não intervenha, impondo violentamente suas opiniões.¹⁹⁹ Não se trata da participação política legítima e boa dos eleitores, ou da reclamação útil de consumidores e cidadãos, mas de uma "mentalidade de massa" que não vê, na prática, deveres sociais mas apenas direitos. Foi justamente a idéia de missão dos jovens militares, do dever social de sua profissão, o contrário da mentalidade de massa, que os levou a comprometer-se com a revolução.

Com a República posta em cheque a preocupação com a nacionalidade atualiza o tema da origem ética e cultural do povo brasileiro e de sua participação política. A

¹⁹⁶ TORRES, Alberto. *A Organização Nacional*, p.54 in: BARBOSA LIMA SOBRINHO. *Presença de Alberto Torres (sua Vida e Pensamento)*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1968, p. 309

¹⁹⁷ Esboço de um modelo de Estado – Papéis Apreendidos com o Gel Ximeno Villeroi. Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Autos do Processo da Revolução de 1924, vol.2, p.281 - 292.

¹⁹⁸ TORRES, Alberto. *A Organização Nacional*, p.XXV in: BARBOSA LIMA SOBRINHO. *Presença de Alberto Torres (sua Vida e Pensamento)*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1968, p. 340.

¹⁹⁹ ORTEGA Y GASSET, José. *La Rebelión de las masas*. 6a edição, Buenos Aires, Espasa-Calpe S.A., Col Austral, 1943, p.89.

particularidade do discurso dos críticos reside na maneira como pretendem solucionar o grave problema das massas excluídas. Partindo do pressuposto de que essas massas são incapazes de gerir seu próprio destino, os críticos apregoam transformações que devem ser operadas de cima para baixo. O povo é a matéria prima à qual se destina um conjunto de ensinamentos e valores que o “adestre”.²⁰⁰ A essa particularidade, os tenentes acrescentam a idéia do “dever militar”, que lhe atribuía a exclusividade da orientação revolucionária.

O descrédito na República era forte não só entre os militares, mas quase todas as classes clamavam por mudanças. Paulo Duarte, quando estudante de direito, reparava que na faculdade, o afilhadismo político gerava, entre a maioria dos alunos, um ambiente de subserviência e servilismo²⁰¹. O próprio Arthur Bernardes, já eleito, numa entrevista que concedeu antes de assumir, estava ciente da corrupção republicana, da limitação do sistema eleitoral, do analfabetismo...²⁰² Paulo Nogueira Filho, em 1915, descrevia o Partido Republicano de seu avô José Paulino, um de seus fundadores, como uma "agremiação em plena decomposição moral", incapaz de seduzir os espíritos jovens, ávidos de mudança.²⁰³ Justificava ele que essa era a razão principal de sua dissidência. Notamos, com isso, que a idéia de “moralização da República” estava presente em toda a sociedade, fazia parte do “clima” da época.

A chegada dos anos 20 traz a configuração de um mundo em crise, recém saído de um conflito bélico. Na Europa acentua-se o desequilíbrio da economia capitalista, com a competição entre países desenvolvidos. Crescem os problemas sociais em face do crescente desemprego e a classe trabalhadora luta por suas reivindicações.

Para Lindolfo Collor, que fez um estudo sobre o caráter nacional entre os anos 1916 e 1918, a nossa República nunca chegou a ser verdadeira. Diferente da posição tenentista, para quem a República foi uma realidade que corrompeu-se lentamente e que deveria ser “restaurada”, para o autor do estudo ela foi, no máximo, um improviso feliz. *“Não há um traço de continuidade nos nossos empreendimentos, porque nós só temos vivido, até hoje, de improvisos felizes. Improvisamos a nossa independência, como improvisamos, mais*

²⁰⁰ A REVOLUÇÃO DE 30. TEXTOS E DOCUMENTOS TOMO 1, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, Ed. UnB., 1983, p. 30.

²⁰¹ DUARTE, Paulo. Memórias. *Vou-me embora para Passárgada*. Vol VIII, São Paulo, HUCITEC, 1978, p.331.

²⁰² DUARTE, Paulo. Memórias. *Vou-me embora para Passárgada*. Vol VIII, São Paulo, HUCITEC, 1978, p.298-301

tarde, a República. A nossa própria unidade política não passou desde logo, de uma improvisação bem sucedida. Somos hoje um grande país de vida acidentada, como podíamos ser uma série maior ou menor de republiquetas anarquizadas."²⁰⁴

Em meio a essa conjuntura política desfavorável, a Primeira Guerra Mundial sobrecarregou o ambiente brasileiro com a conseqüente crise de abastecimento. Espíritos agudos como o de Rui Barbosa prenunciavam uma revolução social, inevitavelmente mais terrível que as anteriores. *"Enquanto as revoluções eram políticas tinham praias que a circundavam e lhes punham raias visíveis. Depois que se fizeram sociais (e sociais são hoje todas), todas beiram esse mar tenebroso, cujo torvo mistério assombra de ameaças as plagas do contemporâneo."*²⁰⁵ Com a guerra cresceu a crise de desalento anárquico, emergindo um pessimismo perigosamente dissolvente. As críticas aos políticos e ao governo tornaram-se cada vez mais fortes, e desses ao regime. A difusão de idéias sociais (de todo gênero, das comunistas às de beneficiência) e o soerguimento moral e nacionalista foram o refluxo dessa perspectiva negativa. Fica claro nos manifestos revolucionários, esse clima de insatisfação, que provém não só de uma crise econômica circunstancial mas de um "cansaço político-social". Assim, considerando as características dos manifestos tenentistas, veremos também qual o verdadeiro peso das idéias do ambiente social nas propostas dos tenentes.

2. Os manifestos revolucionários

Levando-se em conta a formação recebida pelos tenentes, a evolução histórica do exército e as circunstâncias políticas da época, procuraremos analisar os manifestos e declarações dos tenentes durante a Revolução de 1924. Para isso, levantamos todos os escritos que continham qualquer referência aos motivos da Revolução nos Autos do Processo, recolhidos no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. São cento e setenta volumes divididos em 36 caixas, que contém todo tipo de material recolhido em um

²⁰³ NOGUEIRA FILHO, Paulo. *Ideais e Lutas de um Burguês Progressista*. vol 1, São Paulo, ANHAMBÍ, 1958., p. 64.

²⁰⁴ A REVOLUÇÃO DE 30. TEXTOS E DOCUMENTOS. TOMO 1, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, Ed. UnB., 1983, p. 32.

inquérito realizado em todo Estado. Não podemos deixar de mencionar a competência com que foi realizado, pois além da grande quantidade de material reunido, ele está muito bem organizado com índices e relatórios que resumem e analisam o conteúdo de um determinado conjunto de declarações. Tudo isso realizado em apenas alguns meses!

Analisando cuidadosamente esse material, tornou-se incontestável o traço de unidade entre a Revolução de 1924 e o Levante dos 18 do Forte de Copacabana, como também com as Revoluções Tenentistas posteriores. É legítimo colocarmos as revoluções militares dos anos 20, de regiões tão distantes como Manaus, Sergipe, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo num mesmo ciclo, como fizeram alguns historiadores mais tradicionais, consagrando-as como o "tenentismo". Entretanto, o significado atribuído a essas revoluções é que, a nosso ver, carece de uma revisão histórica, e a análise desse rico material pode contribuir para isso. É o que pretendemos. De imediato, devemos dizer que quando nos perguntamos sobre causas da Revolução de 1924, em razão dessa referida unidade, estamos nos questionando sobre as causas do próprio tenentismo. Por isso, sempre que possível, procuraremos citar algumas outras fontes que revelam as propostas tenentistas para o Brasil. O fato de nos determos nos episódios ocorridos em São Paulo e nos documentos do Tribunal de Justiça obedece exclusivamente à limitação de espaço e tempo e ao objeto a que nos propusemos pesquisar.

Cientes de ser um trabalho incompleto, fica a esperança de que esse seja a inspiração para muitos outros, que essa massa de documentos possa sofrer outras releituras e que contribua para formar a crença de que a Revolução não propunha nada para seus promotores, tendo como principal objetivo a elevação moral de um país assolado pela corrupção.

a) Características principais dos manifestos

A revolução começou na madrugada do dia 05, embora seus líderes só pudessem acreditar na vitória após o dia 09, quando Carlos de Campos e as tropas que o protegiam abandonaram a cidade. Por isso a grande maioria dos manifestos redigidos durante a revolução surgem a partir do dia 09 de julho. As que aparecem antes dessa data são marcadas pela incerteza, e pela quase ausência de aspectos administrativos.

²⁰⁵ BARBOSA, Rui. Discurso no Senado. in: DUARTE, Paulo. Memórias. *Vou-me embora para Passárgada*. Vol VIII, São Paulo, HUCITEC, 1978, p.291.

Acalmar a população, manter a ordem e a administração funcionando normalmente foi uma das primeiras preocupações do governo provisório. Numa declaração dirigida ao povo no dia 09 de julho dizem: *"O movimento revolucionário vencedor, em seu primeiro ato de governo, com a absoluta preocupação de restabelecer a vida normal da cidade, tomou providências enérgicas no sentido de garantir à população a maior segurança, ordem e paz. Recomenda a todos que se recolham às suas residências, e se mantenham em calma, evitando distúrbios, correrias, saques e mais depredações. (...) Os srs. negociantes estão obrigados a manter os preços comuns, caso contrário, novas providências serão tomadas neste sentido"*.²⁰⁶

No "Comunicado dos Chefes do Movimento Revolucionário à Imprensa Paulista",²⁰⁷ publicado em 10 de julho, aparecem claras as razões fundamentais de seu movimento; logo no início fazem questão de mostrar seu caráter nacional: *"Antes de mais nada, é preciso fazer notar que esta revolução não é um movimento isolado..."* Lamentam a falta de sincronismo que pretendiam manter com outras unidades da federação, comprometidas com a revolução, *"tanto assim que, preparado cautelosamente há muitos meses, deveria irromper, simultaneamente, em São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Mato Grosso."* Esse caráter de "altíssimo significado nacional" será a marca dos discursos tenentistas desde os 18 do Forte no Rio de Janeiro, da Revolução de 1924 em São Paulo e em outros Estados. Sem limitar-se somente a elas, nunca pouparam críticas às oligarquias regionais. Nos manifestos e declarações da revolução não há menções específicas sobre o Estado de São Paulo, a cidade ou a sua má administração: as reprimendas são todas dirigidas ao governo federal. Na revolução tenentista de Manaus²⁰⁸, os tenentes se depararam com a administração corrupta dos Rego Monteiro e foram constantes as críticas sobre ele, mas nunca perderam a perspectiva, mesmo situados geograficamente muito longe da Capital Federal, de que participavam de um movimento nacional visando como uma primeira etapa substituir o Presidente da República. O afastamento de Rego Monteiro, que foi levado a cabo, era um dos passos para a moralização de toda a República. Na primeira declaração que fazem ao povo de Manaus

²⁰⁶ Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Autos do Processo da Revolução de 1924, vol 16, p.252.

²⁰⁷ Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Autos do Processo da Revolução de 1924, vol 16, p.259.

²⁰⁸ SANTOS, Eloina Monteiro dos. *A Rebelião de 1924 em Manaus*. 2a edição, Manaus, SUFRAMA, Gráfica Lorena, 1990.

afirmam: *"Não é possível suportar por maior tempo esse aviltamento e essa desonra que os chamados poderes constituídos da República vem semeando maquiavelicamente, em todos os recantos do território Nacional. (...) E a República Brasileira, depois de 35 anos de existência, ignora o que seja o regime democrático, vive maltrapilha e faminta..."*²⁰⁹

Qualquer movimento ocorrido durante o "Ciclo Tenentista", apesar de estar naturalmente inserido num contexto geopolítico, possui um caráter nacional, exibindo uma surpreendente unidade de pensamento. As diferenças entre os conteúdos dos programas e manifestos do movimento dos 18 do Forte de Copacabana, da Revolução de 1923 no Rio Grande do Sul, da Revolução de 1924 em São Paulo, da Coluna Prestes e de outros movimentos são bem modestas se comparadas aos seus pontos em comum. Na longínqua cidade de Manaus, onde a comunicação era mais lenta que a revolução, os programas e manifestos eram a tal ponto semelhantes com os de São Paulo, que parecem que foram redigidos ao mesmo tempo, tendo-se inspirado um no outro. Além disso, as diferenças situam-se nos métodos de governo, na divisão de poderes, no tipo de eleição que propõem... Ou seja, são diferenças a propósito de pontos práticos e não a respeito da visão de mundo, ou dos objetivos fundamentais da revolução. O nacionalismo era um valor tão incontestável quanto universal. Era lugar-comum de todo discurso e plataforma política, bem como as propostas de retomada da consciência cívico-política, plena confiança na raça e amor ao solo pátrio, alfabetização e serviço militar. Mas foi a unidade de pensamento que melhor expressou esse valor entre os militares.

Uma explicação para a unidade de pensamento, muito relacionada com seu espírito nacional, pode ser buscada também no fato de que os militares, e particularmente os oficiais, não se identificavam com a cidade onde serviam porque procediam, na grande maioria, de outros lugares do país. Em Manaus, por exemplo, a maior parte dos oficiais eram designado para aquela região em razão de transferência por motivos disciplinares. A Coluna Prestes apresentou um contingente formado por uma incrível diversidade de origens: gaúchos, paulistas, cearenses, pernambucanos... numa perfeita unidade de pensamento.

Visto de outro ângulo o tenentismo pode-se apresentar como que *"descosido, desfigurado, difícil de se precisar"*²¹⁰ Foi um problema levantado por Vavy Pacheco

²⁰⁹ Jornal do Povo. Manaus, 24/06/1924. in: SANTOS, Eloína Monteiro dos. *A Rebelião de 1924 em Manaus*. 2ª edição, Manaus, SUFRAMA, Gráfica Lorena, 1990, p.113.

²¹⁰ BORGES, Vavy Pacheco. *Tenentismo e Revolução Brasileira*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1992, p.19

Borges, no qual também nos deparamos no início do trabalho. Especialmente durante as interventorias, aos a anistia concedida por Vargas, os líderes apontados como expoentes do movimento agiam sem unidade, tornando difícil encontrar uma ação tenentista hegemônica. A conversão de Luís Carlos Prestes ao comunismo foi o caso mais emblemático. Devemos lembrar ainda que nas ações administrativas e práticas, pode-se variar bastante, como de fato acontecia, sem detrimento dos princípios políticos. A unidade, a qual nos estamos referindo, dava-se num plano da convicção individual.

O “Nacionalismo” dos tenentes gerava um certo afastamento dos problemas locais. Muito se falou, especialmente entre historiadores marxistas, do distanciamento dos tenentes do povo e de sua proximidade com as oligarquias, como acontecia geralmente com as classes médias. É certo que, ao observarmos o relacionamento dos militares em São Paulo, há mais diálogo com os comerciantes e autoridades políticas do que com representantes populares. Poderíamos cogitar que se a propaganda revolucionária fosse dirigida com o intuito de angariar apoio entre os populares, estes seriam conquistados com relativa facilidade. Os problemas locais da cidade de São Paulo que atingiam mais diretamente a população não são explorados, nesse sentido, pelos militares. Nos seus discursos há uma surpreendente omissão às greves operárias, à carestia de gêneros alimentícios que São Paulo vivia na época ou a exploração do trabalho operário.

Entretanto, os militares buscavam o apoio popular. Por questões estratégicas e circunstanciais o movimento deveria iniciar-se exclusivamente entre os militares e estes contavam com uma posterior adesão dos civis. Numa das instruções redigidas pelos revolucionários declaram: *“O apoio material e sobretudo moral do povo à Revolução é um fator importantíssimo de Vitória”*²¹¹ Contudo, tinham a consciência de que caberia fundamentalmente a eles a prática revolucionária. Este “pragmatismo bélico” aliado a uma visão mais positivista do poder político os deixavam muito distantes da idéia da “ditadura do proletariado”. Por isso, Isidoro Dias Lopes recusou a ajuda oferecida por líderes proletários. *“Recusou-a com firmeza porque isso desvirtuaria o motivo original do movimento, que buscava a renovação dos processos políticos vigentes, estando sempre os chefes rebeldes dispostos a acatar e prestigiar qualquer estadista de valor a quem fosse passado o governo federal, ante o que deporiam armas. Não lhes interessava portanto a*

²¹¹ Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Autos do Processo da Revolução de 1924, vol 16, p.69.

presença de esquerdistas nos quadros combatentes, mesmo que viessem reforçar a revolução, até fazê-la vitoriosa.

Houve, entretanto, uma debilidade que, dada a época que se vivia, se apresentava perfeitamente justificável: a incorporação de voluntários estrangeiros. Realmente três unidades de alienígenas foram organizados e postas em ação: a companhia italiana, a húngara e a alemã."²¹² Ou seja, os revolucionários aceitariam o apoio popular, mas dentro de uma proposta clara e definida. Foi por ter aceitado essa propostas, ou ao menos por não interferir nelas, que os "batalhões estrangeiros" foram muito bem vindos como reforços revolucionários.

Paulo Nogueira Filho ao descrever o episódio de julho em São Paulo, retrata a *"bravura e a forma surpreendentemente correta dos revolucionários, contrastando com a pusilanimidade, com os crimes e os saques da legalidade e teremos a justificação do fenômeno social que, a seguir, se processou em São Paulo de maneira incrível: a adesão à causa revolucionária de profundas camadas do proletariado, da pequena burguesia e de setores liberais e democráticos da sociedade paulistana"*.²¹³ Continuou o autor dizendo que os feitos da força comandada pelo general Isidoro e a Coluna Prestes mantinham acesa a chama revolucionária em toda sociedade. Popularizaram-se alguns nomes dos revolucionários. Os elogios vinham de todos os lados e podemos dizer, nesse sentido, que o tenentismo chegou a ser extremamente popular. Portanto não podemos por isso acusá-los de elitistas, basta observarmos as razões de circunstanciais afastamentos do povo, que nada tem que ver com um sentimento "anti-popular", "pró-oligárquico" ou uma alienação dos problemas sociais do país.

Continua o "Comunicado" esclarecendo que o objetivo revolucionário principal é *"mudar completamente a situação do governo da República"*.²¹⁴ Eles propunham uma mudança geral, o tom de todos os manifestos e documentos possui um sentido de totalidade, uma alteração radical do ponto de vista social e político. O fato de não exigirem um novo regime, ou a alteração no sistema de governo pode nos levar à falsa idéia de que as propostas revolucionárias foram superficiais. Parece-nos ser essa uma das razões pelas quais as revoluções tenentistas foram classificadas, por alguns historiadores, como

²¹² OLIVEIRA, Nelson Tabajara. 1924. *A Revolução de Isidoro*. São Paulo, Nacional, 1956, p.102.

²¹³ NOGUEIRA FILHO, Paulo. *Ideais e Lutas de um Burguês Progressista*. vol 1, São Paulo, ANHAMBI, 1958., p.138.

²¹⁴ Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Autos do Processo da Revolução de 1924, vol 16, p.259.

"revoluções burguesas"; revolução que pretendia apenas substituir os grupos dirigentes, "transformar o regime burguês", num "movimento de superfície."²¹⁵ No entanto, a mudança proposta pretendia ser realmente total, pois para eles, mudar a sociedade não significava alterar as relações de produção, uma vez que a base da sociedade não está nas relações de classe mas no próprio homem, na sua postura diante da sociedade, no exercício de sua própria liberdade. Percebemos essa postura nem tanto pelas suas idéias mas na sua ação. Nem sempre a ação social de um grupo de indivíduos seguirá necessariamente a estrutura social, pois a tomada de decisão é sempre um ato individual, comenta Celso Castro.²¹⁶ Os tenentes, serão um grande exemplo disso, pois conforme observamos nos princípios revolucionários manifestados pela documentação, eles não tiveram um comportamento pautado pela estrutura econômico-social. Já analisamos o relativo peso da economia, idéias sociais e da política no movimento tenentista. Procuraremos enfatizar daqui para frente a primazia da cultura militar sobre todos os outros aspectos. Nesse sentido, as revoluções tenentistas, foram um "ato individual" do exército, uma livre escolha, dentro das opções que as circunstâncias históricas permitiam.

Todos os episódios políticos anteriores à Revolução de 1924 que desagradaram os militares serviram de motivo para o protesto, mas foram as atitudes do presidente eleito o seu estopim. Entretanto, continua o "Comunicado": "*Quanto ao governo da República é preciso fazer notar, desde logo, que o Exército Nacional não pôde e não pôde, nunca aceitar o governo do dr. Arthur Bernardes...*" Apesar da memória viva de todas as ofensas às Forças Armadas, o alto significado conferido à revolução não poderia permitir que se visasse "*a pessoa do dr Arthur Bernardes, o que lhe diminuiria o caráter elevado em que se inspirou...*"²¹⁷ De fato, chama-nos a atenção a ausência de referências diretas a Arthur Bernardes. A mentalidade universal, patriótica dos militares não permitia que suas críticas degenerassem em problemas de ordem pessoal.

Muitos são os episódios que os tenentes poderiam evocar como justificativa para afastar o governo. A síntese desses fatores levou-os a concluir que "*esse governo não está à altura dos destinos do país...*" A missão para eles está acima de tudo e portanto era essa a crítica mais séria que poderiam fazer ao governo. Sua missão passa a ser, portanto, corrigir

²¹⁵ CARONE, Edgar. *O Tenentismo*. São Paulo, Difel, 1975, p.10.

²¹⁶ CASTRO, Celso. *Os Militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1995, p.7-15.

²¹⁷ Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Autos do Processo da Revolução de 1924, vol 16, p.259.

essa distorção. Por esse motivo é que aparecem inúmeras alusões ao altruísmo, à nobreza, à lealdade patriótica dos militares. A descrição anterior dos atos revolucionários comprovam que essas declarações não ficaram apenas "no papel". *"O exército não tem ambições e não quer postos. Age abnegadamente, por altruísmo brasileiro e fundamentalmente patriótico..."*

*"O Exército quer a Pátria como a deixou o Império, com os mesmos princípios de integridade moral, consciência patriótica, probidade administrativa e alto descortino político"*²¹⁸

O Exército considera a Revolução como um compromisso individual, com os princípios militares e realizá-lo é uma questão de honra. *"Quando se proclamou a República, o Exército Nacional jurou fidelidade à Constituição e, por consequência, assumiu perante o povo, implicitamente, sob a sua honra de cidadãos e de militares o compromisso de fazê-la cumprir."* Não se julga capaz de se responsabilizar pela administração política e, em certo momento, propõe o nome do conselheiro Antônio Prado para assumir o governo do Estado e mantém todos os prefeitos nos seus respectivos cargos, inclusive o da capital. *"Desejamos que (...) São Paulo tenha um governo de paulistas de valor e de caráter, de homens arraigados às suas nobres tradições..."*²¹⁹ Embora os militares fizessem referências positivas a Nilo Peçanha, Mal. Hermes, Deodoro da Fonseca..., e negativas a Arthur Bernardes, Epirácio Pessoa e outros, não estavam ligados a nenhum partido ou grupo econômico. Suas idéias políticas preenchem espectro tão diverso que nos torna impossível identifica-los como adeptos deste ou daquele partido. *"Aliás, não estamos ligados a nenhum partido ou político militante, nem a qualquer interesse subalterno, razão porque nos sentimos à vontade para escolher em momento mais oportuno aqueles que nos devem dirigir"*²²⁰

De 9 a 27 de julho, momento em que os militares estão no poder, os líderes revolucionários esclareceram seus objetivos, deram ordens para administrar e vigiar a cidade, procuraram obter a simpatia da população e o apoio da imprensa. Durante esse período o governo revolucionário emitiu requisições de material, comunicados à imprensa,

²¹⁸ Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Autos do Processo da Revolução de 1924, vol 16, p.259.

²¹⁹ Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Autos do Processo da Revolução de 1924, vol 16, p.259

²²⁰ Esboço de um modelo de Estado - Papéis Apreendidos com o Gel Ximeno Villeroi. Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Autos do Processo da Revolução de 1924, vol 2, p.281-292.

às prefeituras das várias cidades do interior, com o intuito de manter a ordem e aceitou o pedido de formar uma Guarda Municipal, ligada diretamente a esses civis com o objetivo de preservar seu patrimônio contra saques e desordens que vinham acontecendo.

Antes de saírem da cidade os militares tiveram o cuidado de deixar um recado à população.

"Aos Paulistas - A gratidão que devemos à população do Estado de S. Paulo obriga-nos a descobrir as baterias. Nosso objetivo fundamental era e é uma revolução no Brasil que elevasse os corações, que sacudisse os nervos, que estimulasse o sangue da raça enfraquecida, explorada, ludibriada e escravizada. Para isso era necessário um fato empolgante qual o da ocupação da Capital Paulista. Além disso, uma cidade como esta, que será dentro em breve a Capital Federal, seria o principal ponto, o núcleo ao redor do qual se agregariam os companheiros de diversos pontos, a fim de formarmos o exército revolucionário. Tudo isto está feito e nós vamos continuar o movimento libertador no Brasil, tal qual o fizeram os libertadores da América do Sul e Central. A semente está plantada e já antevemos, pelo espírito revolucionário latente dos municípios que conseguimos matar o marasmo político que avassalou o Brasil.

Nossa conduta como conquistadores, deixando de constituir governo Estadual e Provisório Federal, demonstra a evidencia que não queríamos S. Paulo como nossa Capua, nem como objetivo final. Essa, apenas uma etapa, o meio de impressionar a nação, despertando e fazendo vibrar o sentimento de liberdade. Assim abandonaremos, com saudades, S. Paulo cidade (...) o S. Paulo do Catolicismo e continuamos nossa missão, já agora completamente conhecida perlustrando todos os pontos do Brasil, onde seja necessário, com os intentos manifestados na nossa proclamação.

E não haverá o bombardeio da cidade.

Pela República republicana - todos os nossos esforços.

*General Isidoro Dias Lopes.*²²¹

Ao estudarmos as declarações feitas pelos tenentes nos diferentes momentos da revolução reforça-se a idéia de que seus objetivos estavam acima das circunstâncias de poder, como veremos adiante.

²²¹ in: DUARTE, Paulo. *Agora Nós!* São Paulo, s.c.e. 1927, p.243-245.

b) Organização do Estado e constituição

Integrados nos mecanismos de seu funcionamento e procurando consertá-los, os tenentes tinham uma concepção clara de Estado. Dentro de um campo muito amplo de opiniões, havia uma série de idéias comuns sobre ele. A necessidade de eleições efetivamente democráticas, a importância da Constituição, a primazia de métodos adequados de administração pública, a competência profissional e principalmente o caráter moral dos políticos eram pressupostos obrigatórios para o bom funcionamento do Estado. As críticas recaíam sempre na corrupção, nos interesses particulares dos políticos, na falta de nacionalismo... Sendo a forma Republicana inquestionável, a organização de poderes era um assunto de importância relativa. Sobre a forma de organização do poder governamental, as opiniões variavam bastante, uma vez que para eles este aspecto não era o mais importante.

Talvez se compararmos o discurso dos tenentes com o dos políticos que eles criticavam, não encontraríamos grandes diferenças sobre esse tema. Arthur Bernardes, por exemplo, reconhecia que as eleições eram uma "burla" e que muitos homens do governo eram corrompidos... A República, segundo ele, significava um governo voltado para o povo, garantido por uma constituição e por eleições diretas. Chegou a elogiar o governo Hermes que fora um governo de força quando necessário.²²² Júlio de Mesquita, grande opositor de Bernardes, publicou, durante a ocupação militar em São Paulo, inúmeras notas dos revolucionários nos seus jornais. Por isso foi acusado de colaborar com os tenentes e respondeu ao Inquérito Policial Militar, onde repetiu que sempre apoiou a legalidade.²²³ Sabemos contudo que o discurso liberal do jornal "O Estado de São Paulo", também acusava a falência do governo oligárquico. O Jornal não queria apoiar Bernardes, considerado reacionário e autoritário, no entanto, *"era preferível dez Bernardes a um militar. O lugar do militar era no quartel, não no governo. A própria ousada orientação de Epitácio escolhendo civis para as pastas militares deveria ser adotada como regra, mas os militares do Brasil, incultos e auto-suficientes, certamente quebrariam essa regra à primeira oportunidade."*²²⁴ Enfim, as propostas tenentistas de organização do Estado, são

²²² Entrevista concedida a Paulo Duarte que não foi publicada na imprensa. in: DUARTE, Paulo. *Memórias. Vou-me embora para Passárgada*. Vol VIII, São Paulo, HUCITEC, 1978 pgs 298 - 301

²²³ Autos de declarações prestadas pelo doutor Júlio de Mesquita. Autos do Processo da Revolução de 1924 em São Paulo. Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, vol. 1, pg. 224.

²²⁴ DUARTE, Paulo. *Memórias. Vou-me embora para Passárgada*. Vol VIII, São Paulo, HUCITEC, 1978 p.293.

tão variadas como pouco originais: o desejo de que a República tinha que ser reformulada - todos, inclusive os governistas - estavam de acordo.

Embora o Estado, visto como estrutura política, não fosse o mais importante para os tenentes, é só através do Estado que poderão viabilizar a transformação da sociedade, missão da qual estão imbuídos. O Estado tem o papel de forjar uma sociedade de fortes bases morais. Por isso, não faltavam propostas específicas para sua organização. Entre os papéis apreendidos com o General Ximeno de Villeroy, encontrou-se um "esboço de um modelo de Estado"²²⁵ Esse modelo parte do pressuposto de que *"a Nação brasileira se constitui por classes que resumem a sua vitalidade econômica, ou orientam moral e intelectualmente os indivíduos ou a coletividade, ou a defendem.*

Essas classes são: COMERCIANTES; INDUSTRIAIS; AGRICULTORES; OPERARIADO; MAGISTRADOS; INTELECTUAIS; FUNCIONÁRIOS CIVIS e FORÇAS ARMADAS." Portanto, as classes deveriam ser representadas nessa estrutura de poder, proporcionadamente ao desenvolvimento industrial de cada estado. Os Estados e Municípios terão uma estrutura análoga, porém está *"subtendido que estão excluídos das representações estaduais e municipais as classes armadas por não constituírem elemento regional."*²²⁶ Nessa proposta o poder seria dividido entre um Conselho Federal, eleito pelo voto por 6 anos, composto por 200 membros aproximadamente. Desse Conselho sairiam os membros do Legislativo, eleito por 3 anos. Também caberia ao Conselho Federal constituir um tribunal de permanente fiscalização do executivo, sugerir em linhas gerais um programa administrativo para orientar a ação do Executivo.

No esboço estão previstas outras medidas de ordem administrativa e econômicas que devem ser adotadas imediatamente: *"a criação de colônias agrícolas, para o abastecimento do exército, etc...; a difusão da instrução pública, tornando-a obrigatória nos cursos primários e profissionais; a modificação do regime de impostos; a reorganização dos estados maiores do exército e da armada, tornando-os independentes do Executivo que de tais forças só se poderia utilizar por deliberação do Conselho Federal, nos casos que fossem previstos em lei; a reforma da lei eleitoral; a reforma da lei de promoções, de modo a só admitir em tempo de paz, o acesso até o posto de coronel (ou capitão de mar e guerra) pelo princípio de antigüidade e o de general de brigada por*

²²⁵ Esboço de um modelo de Estado - Papéis Apreendidos com o Gel Ximeno Villeroy. Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Autos do Processo da Revolução de 1924, vol 2, p.281 - 292. (Apênd. 1)

*indicação dos seus pares; a criação de uma milícia federal, distribuída por todo território brasileiro, conforme as necessidades do governo.”*²²⁷ Assinalavam a ineficiência da atual divisão de poderes e alguns propunham a independência do Judiciário em relação ao Executivo e propunham uma diminuição da máquina do Legislativo.

Havia outra idéia na qual todos estavam de acordo: a Constituição de 1891 fora ultrapassada pelas realidades. Desde a campanha civilista de Rui Barbosa, todos os políticos propunham mudanças, muitas delas afinal acolhidas na reforma constitucional de 1926. Das sugestões de Arthur Bernardes aprovadas na reforma de 1926, quase todas coincidiam com as propostas tenentistas; algumas foram inspiradas nas idéias de Rui Barbosa difundidas durante a "campanha civilista" de 1910.²²⁸

São inúmeras as propostas formalmente redigidas pelos tenentes, devido ao apreço que tinham pela lei e normas estabelecidas, pois sempre procuravam atuar sob o “império da lei”. Para eles, a constituição deve expressar as propostas de uma “república verdadeira.” e por isso defendiam uma revisão constitucional, que ocorreu efetivamente durante o governo Bernardes. Sempre tiveram a preocupação de expressar legalmente as suas propostas e instaurar normas e leis durante o governo revolucionário provisório. A Constituição era para eles o compromisso máximo para com o povo e fazê-la cumprir era seu dever maior, pois o exército não pode ficar alheio à vida da Nação. “...o Exército Nacional jurou fidelidade à Constituição e, por consequência, assumiu perante o povo, implicitamente, sob a sua honra de cidadãos e de militares, o compromisso de fazê-la cumprir.”²²⁹

De todas as críticas ao sistema político republicano é a prática eleitoral a que a mais violenta delas, por favorecer a manutenção das situações políticas estaduais com suas respectivas máquinas de ganhar eleições e por tornar extremamente escassa a possibilidade das oposições alcançarem a vitória nas urnas. Até os “jornais oficiais” da República, segundo uma crítica de Lindolfo Collor chegam a dizer que “no voto repousam os alicerces do regime: porque com ele e por ele se formam os poderes políticos da Nação;

²²⁶ Esboço de um modelo de Estado - Papéis Apreendidos com o Gel Ximeno Villeroi. Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Autos do Processo da Revolução de 1924, vol 2, p.281 - 292. (Apênd. 1)

²²⁷ Esboço de um modelo de Estado - Papéis Apreendidos com o Gel Ximeno Villeroi. Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Autos do Processo da Revolução de 1924, vol 2, p.281 - 292. (Apênd. 1)

²²⁸ MAGALHÃES, Bruno de Almeida. *Arthur Bernardes. Estadista da República*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1973, p.175-179.

²²⁹ Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Autos do Processo da Revolução de 1924, vol 16, p.259

*porque é o voto o fundamento da liberdade, garantida pelo equilíbrio dos direitos e deveres cívicos dos cidadãos; porque o voto, em suma, é a pedra de toque da sinceridade política e da existência do regime...*²³⁰

Entre os tenentes a escolha dos dirigentes pelo povo era uma "prerrogativa sagrada"²³¹ que a política de favoritismo da república tinha-lhes tirado. "De todas as farsas em ação na nossa república democrática, é sem dúvida, sem discussão, a farsa eleitoral a mais descarada e imoral"²³², chegou a afirmar João Cabanas. Em várias ocasiões, levantavam o tema do voto do analfabeto, muito debatido nesses anos. Uma grande parte dos oficiais era contrária, entretanto, tinham em conta que a ausência de grande parte da população no processo eletivo, era uma forte limitação à democracia brasileira, e pleiteavam medidas para proporcionar a instrução urgente de toda a população. Reconheciam apenas como forma legítima um pleito em que a maioria da população participasse, daí a conveniência de se efetivar a instrução universal da população. Uma das propostas que se recomendava adotar imediatamente era a "difusão da instrução pública, tornando-a obrigatória nos cursos primários e profissionais".²³³

Além disso era no sistema eleitoral que a República das Oligarquias deixava à mostra o seu esquema político corrupto. Os "dominadores têm lhe cortado a manifestação da vontade, pelas urnas, órgão legítimo, pelo qual a soberania popular se exerce nas democracias." ²³⁴ As eleições justas seriam o primeiro grau das garantias da transparência e honestidade na República. No manifesto das forças revolucionárias publicado no jornal O Estado de São Paulo, lê-se "Assim, triunfante a revolução, o governo provisório convocará uma constituinte que virá discutir e regulamentar os seguintes princípios, que são o anelo de todo bom brasileiro: 1º Voto secreto e censo alto..."²³⁵

Muitas vezes, referindo-se aos políticos da República, chamavam-nos pejorativamente "políticos profissionais". Para eles a política, longe de ser uma profissão

²³⁰ Documento de autoria de Lindolfo Collor. A REVOLUÇÃO DE 30. TEXTOS E DOCUMENTOS TOMO I, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, Ed. UnB., 1983, p.36.

²³¹ Autos do Processo da Revolução de 1924 em São Paulo. Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, vol. 1, pg. 280.

²³² CABANAS, João. *A Coluna da morte, sob o comando do tenente Cabanas*. Rio de Janeiro, Almeida & Torres, 1928.

²³³ Esboço de um modelo de Estado - Papéis Apreendidos com o Gel Ximeno Villeroi. Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Autos do Processo da Revolução de 1924, vol 2, p.281 - 292. (Apêndice 1)

²³⁴ Um comunicado dos chefes do movimento de 10/07/1924 in: CARONE, Edgar. *O Tenentismo*. São Paulo, Difel, 1975, p.272.

era, acima de tudo, uma "missão", um encargo que deveria ser vivido com autêntico altruísmo. Em algumas de suas propostas de organização do legislativo, por exemplo, propunham o trabalho voluntário para os deputados e vereadores. A idéia de "político profissional" significava que o cidadão iria fazer desse encargo a sua fonte de renda, a sua carreira pessoal, independentemente de defender ou não os interesses sociais. *"Estes governos de nepotismo, de advocacia administrativa e de incompetência técnica na alta administração, de concessão em concessão, de acordos em acordos, vêm arruinando paulatinamente as suas forças vivas, aniquilando-o interna e externamente"* ²³⁶

No meio de tantas críticas, Arthur Bernardes não era considerado, pessoalmente, um cidadão ruim e sim um símbolo da perversão da República. Portanto, não podemos colocar unicamente o governo Arthur Bernardes como fator proeminente da revolução de 1924, embora o Ciclo Tenentista (1922-1927) coincida com o seu governo (1922-1926). Juarez Távora tem uma posição bastante equilibrada sobre esse assunto, na carta que mandou ao Deputado Batista Luzardo, sugerindo uma fórmula de pacificação nacional, ao iniciar-se o governo Washington Luís: *"Alegar-se-á, talvez, que cessaram as razões da luta, uma vez que já findou o mandato desse presidente. Há nisso um lamentável equívoco. O movimento revolucionário de 1924 teve - é certo - como causa remota uma questão de caráter pessoal, surgida ainda em 1921, à margem de célebre carta insultuosa ao Exército, atribuída à autoria do Sr. Arthur Bernardes. Diversas porém, foram as suas causas determinantes, surgidas todas da errônea mentalidade política que tem orientado os últimos governos da República.*

A luta não se travou em torno de pessoas, mas contra o predomínio de determinadas normas governamentais, consideradas atentatórias aos legítimos interesses do país" ²³⁷.

Não se tratava de uma questão pessoal mas manifestavam-se contra toda "corja" de políticos profissionais, que ele acabava representando. As referências diretas a Arthur Bernardes são relativamente pequenas no conjunto geral dos manifestos.

²³⁵ Manifesto das forças revolucionárias. O Estado de São Paulo, 27/07/1924.

²³⁶ Um comunicado dos chefes do movimento de 10/07/1924 in: CARONE, Edgar. *O Tenentismo*. São Paulo, Difel, 1975, p.272.

²³⁷ Carta do Capitão Juarez Távora ao Deputado Batista Luzardo, sugerindo fórmula de pacificação nacional, ao iniciar-se o governo do Presidente Washington Luís. Publicada no Diário do Congresso, de 25 de dezembro de 1926. in: TÁVORA, Juarez.. *Uma vida e muitas lutas. Ivol. Da planície à borda do altiplano*. 5a. edição, Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1974 p. 337-336.

c) Valores tenentistas.

Nas críticas e declarações feitas pelos militares eram recorrentes evocações de alguns episódios gloriosos da História Militar, pois como a Guerra do Paraguai, a participação na Primeira Guerra Mundial e principalmente a Proclamação da República. Fatos e personagens por eles evocados demonstram o peso que a História e seus grandes líderes do passado exerciam sobre esses militares. O texto abaixo parece bastante ilustrativo:

*"SOLDADO BRASILEIRO! Sê digno dos teus maiores! Honra a memória dos teus antepassados! Não macules com a nódoa inapagável de uma atitude miserável a esteira de luz e a tradição de brio e altivez que a ação de OZÓRIO e MARQUES DE SOUZA nos legou! (...)Mostra-lhe, pois, soldado intrépido! com um gesto nobre e patriótico que te perpetuará na História e servirá de padrão imorredoiro aos nossos vindouros, que o Exército de hoje é o mesmo de sempre, é a mesma força invencida e incorruptível que derrubou a tirania de Rosas, estraçalhou o trono ditatorial de Lopes e na madrugada gloriosa de 15 de novembro fez a República. SOLDADO BRASILEIRO! Lembra-te que és irmão na História e no sangue dos que tombaram nas planícies intermináveis da Argentina e nos sertões inóspitos do Paraguai e dos que sacrificaram a grandiosidade incomparável de um ideal sadio na praia de Copacabana. Sê digno deles! Honra-lhes a memória! Que a tua espada se quebre e a tua farda se rasgue, mas não combatas contra os que em nome do futuro da Nacionalidade, da Grandeza da Pátria e da Honra do Brasil se levantaram contra o aviltamento de um governo que está divorciado da opinião e não consulta as aspirações do povo."*²³⁸

Os homens do passado eram modelos para eles e é comum encontrar em seus manifestos evocação a esses grandes expoentes militares. *"Apertemos as fileiras ao redor do bravo, do grande, do puro, do democrático, do bom, do genial General Isidoro Dias Lopes, o salvador do povo, da República do Brasil, o sucessor mais legítimo de Bolívar, de San Martin, de Deodoro, de Floriano, o êmulo glorioso de Mussolini e de Primo de Rivera"*.²³⁹

²³⁸ Boletim distribuído em Porto Alegre em 06/07/1924. Cópia datilografada sem ser autenticada. Autos do Processo da Revolução de 1924 em São Paulo. Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, vol. 9, p.30.

²³⁹ Autos do Processo da Revolução de 1924 em São Paulo. Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, vol. 16, p. 254.

Entre os fatos por eles evocados, a Proclamação da República ocupava um destaque especial, a tal ponto que consideravam-se genuinamente responsáveis pelo regime. *“As mesmas forças armadas que, em 15 de Novembro de 1889, em nome do Povo Brasileiro, proclamaram a República no Brasil, sentem-se hoje no dever imperioso de, novamente em nome da Nação, intervirem na vida interna e na direção do País, para restabelecerem o regime nas suas formas puras, genuinamente democráticas!”*²⁴⁰

A busca das "raízes históricas" não é uma exclusividade dos tenentes. Essa atitude sempre foi uma forma de reforçar uma opinião, de investigar uma nova idéia, ou até mesmo de encontrar a identidade de um grupo social. Entretanto, o sentido histórico dos tenentes é patente em todas as suas declarações. Pretendem restaurar a República, resgatar valores antigos, elevar personagens e atitudes do passado e além disso, na sua ação, não agem como se estivessem começando de novo mas sim corrigindo um rumo, no ritmo natural da História. Sua atitude torna-se um ótimo exemplo do que pensava Ortega y Gasset, quando dizia que na sociedade humana não há um ciclo biológico de renovação vital, começando uma nova vida continuamente. Pelo fato do homem ser histórico, possuir memória, cada geração ou instituição desenvolve-se sobre o legado do passado ou afunda sob o peso dele. As revoluções que pretendem fazer tábula rasa do passado - coisa impossível, embora tentada pela maioria das revoluções contemporâneas - fatalmente fracassam. O aparente "conservadorismo" das "reformas" podem ser mais eficaz e por vezes mais profundas e radicais do que as "revoluções" que aparentam um progressismo, que, por desprezar as influências naturais das instituições e costumes do passado, a História encarrega-se de rejeitar, pois *"revolución o evolución son históricas e no anacronicas"*²⁴¹

As inúmeras referências históricas nas declarações militares demonstra que seu patriotismo está cheio de passado, possui raízes profundas. Os tenentes percebem (talvez fossem os únicos da sua época) que uma revolução que pretendesse desconsiderar o passado e pretender iniciar tudo a partir do nada, constituir-se-ia na pior das ilusões, estando condenada ao fracasso. Um exemplo dessa percepção é a resposta ao manifesto comunista de Luís Carlos Prestes que Juarez Távora publicou no "Diário Nacional" em 18 de junho de 1930. Nela, Juarez descreve os pontos em comum entre ele e Prestes,

²⁴⁰ Autos do Processo da Revolução de 1924 em São Paulo. Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, vol. 16, p. 21.

evocando sua luta conjunta dos anos 20. Reforçando a idéia de que é necessário uma revolução armada, passa a demonstrar o absurdo da proposta revolucionária comunista. *"Não creio na exequibilidade da revolução desencadeada pela massa inerte do proletariado das cidades, dos colonos das fazendas, dos peões das estâncias, dos habitantes esparsos dos nossos sertões. A essa massa faltam todos os atributos essenciais para realizar uma insurreição generalizada, nos moldes da que preconiza o manifesto do general Prestes: coesão, iniciativa, audácia e sobretudo, eficiência bélica. (...) Penso que a revolução não é privilégio de uma classe ou de alguns poucos predestinados: é o patrimônio comum, universal, de todos os desiludidos e desesperados da proteção legal contra os arbitrios da tirania. (...) Mas não será invertendo a ordem existente, pela anulação sistemática da burguesia, de ascendência universal incontrastável, pelo proletariado, que se chegará ao almejado equilíbrio social."*²⁴²

Como já salientamos, na historiografia é muito comum considerar as revoluções tenentistas como manifestações burguesas, não totalmente revolucionárias, porque suas reivindicações nada apresentavam de novo. Na verdade, não conseguimos identificar a revolução tenentista com as revoluções comunistas, ou com qualquer outra revolução contemporânea pois, apresentam uma lógica própria. Sua especificidade reside justamente em levar em conta o "concreto", em partir de uma realidade imposta pela história, que em parte o homem é obrigado a aceitá-la, para daí conseguir a sua transformação. Poderíamos dizer que se aproxima da "razão histórica", da qual comenta Ortega y Gasset: *"En las revoluciones intenta la abstracción sublevar-se contra lo concreto: por eso es consustancial a las revoluciones el fracasso. Los problemas humanos no son, como los astronómicos, a los químicos, abstractos. Son problemas de máxima concreción porque son históricos. Y el único método de pensamiento que proporciona alguna probabilidad de acierto en su manipulación es la "razón histórica"*.²⁴³ A nosso ver essa é a melhor explicação para a pouca "radicalidade" de suas propostas, eles não pretendiam começar tudo de novo, mas consertar o rumo do governo republicano: esse é o único caminho possível, que mais

²⁴¹ ORTEGA Y GASSET, José. *La Rebelión de las masas*. 6a edição, Buenos Aires, Espasa-Calpe S.A., Col Austral, 1943, p.109.

²⁴² Resposta de Juarez Távora ao Manifesto Comunista de Luís Carlos Prestes, publicada no "Diário Nacional" de 18 de junho de 1930. in: NOGUEIRA FILHO, Paulo. *Ideais e Lutas de um Burguês Progressista*. vol 1, São Paulo, Anhambi, 1958, p.716-717.

²⁴³ ORTEGA Y GASSET, José. *La Rebelión de las masas*. 6a edição, Buenos Aires, Espasa-Calpe S.A., Col Austral, 1943, p.35.

adiante abre-se em muitos outros. Por isso, não tem cabimento discutir a “falta de radicalidade”, quando a proposta considerada mais radical é inexecutável.

A prudência dos tenentes, ao agir levando em consideração a experiência do passado e as realidades do presente, nos leva a diferenciá-los de outros grupos sociais. Imersos num racionalismo do início do século (que levou, paradoxalmente ao irracionalismo dos dias atuais), tinham como princípios formadores de suas ideologias os seus próprios modelos mentais. Assim, não era a realidade que determinava a ação mas a ação - ou a necessidade dela - que explicava a realidade. É o exemplo da revolução bolchevique proposta por Luís Carlos Prestes, que indignou os tenentes, nem tanto por contar com operários e políticos comunistas, mas pela inviabilidade de sua proposta. A ação torna-se eficaz na medida em que ela toma como modelo o concreto, só a partir daí uma idéia é capaz de transformar uma realidade.²⁴⁴

Entre todos os elementos necessários para se fazer a revolução, para os tenentes inquestionavelmente o mais importante era uma moral pressupondo o desinteresse, a nobreza de alma e os valores altruístas.

A luta por uma sociedade mais justa era um imperativo para aqueles homens capazes de perceber a situação na qual estavam inseridos. Entretanto, nessa época sua contribuição social significava um comprometimento individual, mesmo atuando no grupo. Em muitas iniciativas de cunho social, é comum perceber que os integrantes do grupo não tem um comprometimento pessoal com a questão. Esse fenômeno foi realçado com o advento da “sociedade de massa”, e nos dias atuais, quando surgem muitas atividades de beneficência, tem se manifestado de forma patente. Contudo, na sociedade dos anos 20 havia uma clara consciência da ligação entre a vida social e os valores pessoais. Alberto Torres afirmava que *“a vida social tem por condição o altruismo”*.²⁴⁵

Olavo Bilac, num discurso em 09 de outubro de 1915 declara: *“O que me amedronta é a mingua de ideal, que nos abate. Sem ideal, não há nobreza de alma; sem nobreza de alma, não há desinteresse; sem desinteresse, não há coesão; sem coesão, não há pátria”*.²⁴⁶ Todos sabiam que esses valores eram cultivados e exaltados pelos militares,

²⁴⁴ Cfr. PIEPER, Josef. *Las Virtudes Fundamentales*. 3a. edição, Madrid, Ediciones Rialp S.A., 1990, p.176-177.

²⁴⁵ TORRES, Alberto. *Le Problem Mondial*, p.6. in: BARBOSA LIMA SOBRINHO. *Presença de Alberto Torres (sua Vida e Pensamento)*. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira, 1968, p. 325

²⁴⁶ in: BARBOSA LIMA SOBRINHO. *Presença de Alberto Torres (sua Vida e Pensamento)*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1968, p. 391

e por isso Bilac defendia, como forma de reencontrar e educar energias adormecidas, o serviço militar. A idéia central do poeta era a de que o único remédio para um Brasil desordenado e caótico seria a educação na caserna. Alberto Torres também era favorável a uma “educação militar”, com a diferença de que fosse fora dos quartéis.

Entre muitos intelectuais havia ao menos o tênue sentimento, quando não a convicção, de que a salvação nacional residiria no bem moral; ele era o ponto de partida da atividade mental e orientadora do pensamento.²⁴⁷ O que viria a ser o “bem moral” responsável pela reestruturação política estava muito longe de ser unanimidade. Lindolfo Collor afirmou que “a primeira condição de humanidade é o egoísmo”. Já Alberto Torres concordava com os tenentes ao afirmar que *“a força moral é, ainda, a melhor das forças; é a alma, a energia da força física, vale por uma grande parte da força física, que não é nada sem o seu comando. É a única força real da sociedade, em que se inspira, até em bandos selvagens, a infinidade de atos de ordem de que se faz a normalidade comum da vida, contra os desvios e explosões excepcionais do crime; é o poder dos fortes de crença e de esperança, a energia secreta que sustentou, através dos séculos, o fogo e alento dos oprimidos, dos exilados e dos escravizados de cujas cabeças humildes a História, quando de todo roubada à argúcia dos escribas cortesãos e ao dolo de palimpsestistas, há de provar que nasceram as fontes mais ricas e puras do saber e do bem humanos”*.²⁴⁸ Mais adiante procuraremos demonstrar como essas idéias tiveram sua repercussão prática durante a Revolução de 1924.

3. Principais líderes

Ao analisarmos os programas dos tenentes de 1924, tivemos em conta que eles fazem parte de um pensamento militar nacional, com raízes históricas que datam dos primórdios da formação militar ministrada desde 1810, passando pela Proclamação da República, e desabrochando nos episódios relatados das duas primeiras décadas do século XX.

²⁴⁷ TORRES, Alberto. A Organização Nacional, p.XXIII in: BARBOSA LIMA SOBRINHO. *Presença de Alberto Torres (sua Vida e Pensamento)*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1968, p. 319.

²⁴⁸ TORRES, Alberto. sem citação in: BARBOSA LIMA SOBRINHO. *Presença de Alberto Torres (sua Vida e Pensamento)*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1968, p. 398.

Deve-se ressaltar ainda que os principais líderes tenentistas tiveram a mesma formação, e muitos deles foram amigos pessoais. Embora as idéias fundamentais do tenentismo estivessem disseminadas por todo exército, o movimento teve um número reduzido de líderes, o que contribuiu para sua coesão nacional. Embora de diferentes regiões do país, tendo um variado grau de instrução, procedendo de diferentes origens sociais e exibindo uma gama de temperamentos, os indivíduos que lutaram em São Paulo em 1924 lograram unir-se ao redor de uma meta: moralizar a situação política. O seu idealismo, o sentido arraigado de missão e muitas vezes, a sua atuação heróica estavam acima até mesmo de valores "militares" propriamente ditos. Seus principais líderes nada de pessoal tinham a ganhar e um breve olhar sobre suas vidas dá crédito a passagens de tantos manifestos que afirmavam: "*Nada pretendem os revolucionários para si*".²⁴⁹

O líder da Revolução de São Paulo foi Isidoro Dias Lopes, franzino, de atitudes polidas mas enérgicas. Entre os generais da ativa estavam apenas aqueles que afinavam com as simpatias palacianas pois eram escolhidos diretamente pelo presidente, segundo seus interesses políticos e partidários.²⁵⁰ Antes da escolha recair sobre ele, foram lembrados os nomes de Augusto Ximeno de Villeroy, marechal Odílio Bacellar Randolpho de Melo, Major Bertoldo Klinger e major Miguel Costa da Força Pública. Estes dois últimos estavam na ativa.²⁵¹

Natural do Rio Grande do Sul, Isidoro Dias Lopes participou da Revolução de 1893 comandando as tropas de Gumercindo Saraiva que lutavam contra o governo central de Floriano Peixoto. Refugiou-se em Paris, conseguiu voltar à ativa em 1897, quando retomou seus estudos na Escola Militar da Praia Vermelha. Convidado a chefiar a Revolução, resistiu, por não se achar capaz, pela sua idade avançada e por estar afastado do exército há muito tempo. Entretanto, após uma curta reflexão, reparou que não havia outra alternativa pois a maior parte dos oficiais graduados estavam foragidos, como alguns participantes da Revolução de 1922.²⁵² Durante o ano de 1923 fez grande excursão pelo centro e sul do país cadastrando todos os quartéis e classificando-os segundo o critério de "aliados", "possíveis aliados" e "inimigos". Enquanto Joaquim Távora tendia a uma ação mais radical, Isidoro

²⁴⁹ Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Autos do Processo da Revolução de 1924. vol 16, p.44.

²⁵⁰ Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Autos do Processo da Revolução de 1924. vol 2, p.283.

²⁵¹ CORRÊA, Ana Maria Martinez. *A rebelião de 1924 em São Paulo*. São Paulo: HUCITEC, 1976, p.68.

²⁵² Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Autos do Processo da Revolução de 1924. vol 156, p.186-228.

Dias era favorável a decisões moderadas, muito embora fosse de uma tenacidade incomum. Comprometeu-se totalmente com a chefia da Revolução, ficando livre de toda vaidade e interesses particulares que poderiam advir de seu cargo. Tanto é que chegou a retirar-se da chefia da Revolução no momento em que surgiu o perigo de atritar-se com Bertholdo Klingler.²⁵³ Perante os seus subordinados gozava de grande prestígio.

Miguel Costa, nascido na Argentina não teve a mesma formação militar que os outros pois não estudara na Escola Militar. "*Quem era Miguel Costa antes de 1924? Um major mundano, muito relacionado na alta sociedade paulista, na qual tinha lugar marcado por ser exímio cavaleiro, com muitos primeiros prêmios da sociedade Hipica, refúgio de 'snobs' e milionários...*"²⁵⁴ Quando estourou a Revolução em São Paulo, ele foi estrategicamente o homem mais importante pois era chefe e comandante da cavalaria da Força Pública, o contingente então mais atuante do movimento. Gozava de grande prestígio e estima entre a tropa, João Cabanas, por exemplo, possuía profunda admiração por ele. "*Nesse camarada nunca deixei de reconhecer o belo caráter que possui e as suas excelentes qualidades de companheiro e de comandante, tudo isso aliado a uma grande competência como militar e organizador (...) Minha admiração por esse homem, a quem as tropas revolucionárias já aclamavam general, era e é completa.*"²⁵⁵ Demonstrou uma valentia ímpar durante o cerco legalista e em determinado momento impediu que Isidoro desistisse. Já tinha tomado a decisão de assumir o comando no caso da desistência deste, quando o general Isidoro reconsiderou sua decisão, ao receber a notícia da fuga de Carlos de Campos. Tal era a sua fama na Força Pública que um capitão do 4º Batalhão "*vivia apavorado com a idéia pré-concebida de que "Miguel Costa" era o maior tático da Força, e chefe daquele Movimento Revolucionário.*"²⁵⁶

No momento da retirada de São Paulo, Miguel Costa esteve ainda mais perto de Isidoro e assumiu a liderança, que já possuía quase naturalmente, formando a Coluna Paulista. Ao unir-se aos gaúchos em Foz do Iguaçu passou a comandar a "Coluna Miguel Costa-Prestes." O carisma de Prestes entre os militares também foi respeitado por Miguel Costa, que espontaneamente lhe foi cedendo o comando e a coluna tornou-se mais

²⁵³ CORRÊA, Ana Maria Martinez. *A rebelião de 1924 em São Paulo*. São Paulo: HUCITEC, 1976, p.69.

²⁵⁴ OLIVEIRA, Nelson Tabajara. *1924. A Revolução de Isidoro*. São Paulo, Nacional, 1956, p.172.

²⁵⁵ CABANAS, João. *A Coluna da morte, sob o comando do tenente Cabanas*. Rio de Janeiro, Almeida & Torres, 1928, p.44.

²⁵⁶ SERPA, Benito. *A Verdun Paulista. Episódios da Defesa do 4º Batalhão da Força Pública durante a Revolução de julho de 1924*. São Paulo, Gráfica Biblos Ltda. Editora, 1962, p.51

conhecida pelo nome de Prestes.²⁵⁷ Durante a Marcha nunca perdeu a correção pessoal, herdada do seu convívio com a aristocracia, fazendo a barba todos os dias, mesmo durante o fogo cruzado, como observou Siqueira Campos.²⁵⁸ Mais tarde participou da Revolução de 1930 sendo mais aclamado na sua entrada em São Paulo do que o próprio Getúlio Vargas, tendo chefiado o Partido Popular Paulista (PPP), nascido em novembro de 1930 e originado da Legião Revolucionária; finalmente com Caio Prado Júnior fundou a Aliança Nacional Libertadora.²⁵⁹

Juarez Távora foi revolucionário da primeira hora, e dos primeiros a conspirar. Nascido em 1898 numa modesta fazenda entre Aracati e Crato, no interior do Ceará, Juarez do Nascimento Fernandez Távora, teve sua primeira formação na convivência familiar - era o décimo quinto filho, tendo participado do trabalho árduo da fazenda dos seus pais, onde aprendeu a ler e a escrever. Estudou no Rio de Janeiro e em Porto Alegre. Quando cursava o segundo ano de Engenharia da Escola Politécnica do Rio foi obrigado a abandonar o curso, pois, os irmãos que o estavam sustentando, não puderam mais fazê-lo. Para terminar o curso de engenharia decidiu matricular-se na Escola Militar do Realengo onde o governo se encarregaria dos seus estudos. Não parecia ser esse o prólogo de uma vida de muitas lutas...²⁶⁰

Formou-se como o primeiro aluno da arma de Engenharia da Escola Militar em 1919, junto com Cordeiro de Farias e um ano após Siqueira Campos, Eduardo Gomes e Prestes (também da arma de Engenharia).²⁶¹ Após servir em quartéis de Curitiba e Itajubá foi chamado novamente à Escola Militar do Realengo para substituir Luís Carlos Prestes como auxiliar de instrutor na Seção de Engenharia, onde apresentou-se em 18 de janeiro de 1922, um pouco antes do movimento armado que inaugurou o Ciclo Tenentista. Sua grande inteligência foi-lhe útil no momento da conspiração e depois, durante a Coluna Prestes, dando um respaldo político à ela. *"Conspirador incansável. mantinha a coluna ligada com os outros núcleos revolucionários do país. Era, além disso, o nosso intelectual.*

²⁵⁷ FARIAS, Cordeiro de. O Tenentismo é mais fantasia do que realidade. (Entrevista) in: MOTA, Lourenço Dantas. *A História Viva*. O Estado de São Paulo, 3ª edição, 1981, p 63-64.

²⁵⁸ OLIVEIRA, Nelson Tabajara. *1924. A Revolução de Isidoro*. São Paulo. Nacional, 1956, p.162.

²⁵⁹ BORGES, Vavy Pacheco. *Memória Paulista*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997, p. 27-28.

²⁶⁰ TÁVORA, Juarez.. *Uma vida e muitas lutas. Ivol. Da planície à borda do altiplano*. 5a. edição. Rio de Janeiro: José Olympio Editora. 1974.

²⁶¹ FARIAS, Cordeiro de. O Tenentismo é mais fantasia do que realidade. (Entrevista) in: MOTA, Lourenço Dantas. *A História Viva*. O Estado de São Paulo, 3ª edição, 1981, p 61.

*Escrevia bem, pensava claro, fazia proclamação e discursos quando disso havia mister".*²⁶²

Seu irmão, Joaquim Távora, 18 anos mais velho, exerceu proeminente liderança em São Paulo. João Alberto deixou o seguinte testemunho, falando da época em que estiveram presos. *"O Capitão Joaquim Távora tornou-se nosso líder. Alto de porte, calva à mostra, constituição atlética, juntava ao vigor físico a bravura moral. Falava bem e argumentava com fatos novos para nós, oficiais jovens e bisonhos em política".*²⁶³ Era um homem decidido e resoluto, de personalidade destemida, profundamente convencido da importância do fator moral para a perfeita execução dos objetivos. Encontrou a morte quando comandava a retomada de um quartel da Força Pública, nos primeiros dias da Revolução. Foi um dos momentos mais difíceis para todos os revolucionários, de modo especial para Juarez Távora, que passou a ter um novo motivo para levar a frente o ideal revolucionário, pelo qual morreu o seu próprio irmão.

Índio do Brasil, foi um dos cabeças dos revoltosos da Força Pública. *"Arrojado ao extremo, tantas vezes que caiu prisioneiro e só bem mais tarde conseguiu a liberdade a custo de uma fuga espetacular."*²⁶⁴ Foi ele que possibilitou a ocupação militar do Quartel do 4º Batalhão da Força Pública pelos rebeldes, sem que estes disparassem um só tiro, pois era comandante da 2ª Companhia daquela unidade. Era sobrinho e filho de criação do antigo comandante geral da Força Pública, o Cel. Antônio Batista da Luz. Este possuía um prestígio nacional, na sua qualidade de Grão Mestre da Maçonaria Paulista.²⁶⁵

Sem a mesma formação intelectual que os oficiais, o soldado João Cabanas destacou-se pela sua coragem, que beirava as raias da loucura. Certamente foi o rebelde que mais combates ofereceu ao inimigo. Sua fama causava medo nas tropas governistas e seu destacamentos foi batizado, com boa dose de imaginação, de "Coluna da Morte". Ele mesmo nos conta sua história: *"Embora fosse eu surpreendido, a 5 de julho de 1924, pelo movimento revolucionário que irrompeu em São Paulo, desde muito já me havia enfileirado na oposição ao Governo Bernardes, na campanha que se levantava contra ele pelos fatos que são do conhecimento do Brasil inteiro. As páginas que vão ser lidas*

²⁶² BARROS, João Alberto Lins. *Memórias de um Revolucionário*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1953, p. 134.

²⁶³ BARROS, João Alberto Lins. *Memórias de um Revolucionário*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1953, p. 21.

²⁶⁴ OLIVEIRA, Nelson Tabajara. *1924. A Revolução de Isidoro*. São Paulo, Nacional, 1956, p.91-92.

²⁶⁵ SERPA, Benito. *A Verdun Paulista. Episódios da Defesa do 4º Batalhão da Força Pública durante a Revolução de julho de 1924*. São Paulo, Gráfica Biblos Ltda. Editora, 1962, p.26

*provam, à evidência, o grau de dedicação e sinceridade com que aderi àquele grandioso movimento de revolta. Narro, com fidelidade os fatos que se desenrolaram sob as minhas vistas e sob a minha ação direta. Se mais não fiz em prol da vitória revolucionária, a vem da libertação dos briosos e altivos prisioneiros recolhidos às enxovias governistas, é porque me faltou competência militar que, até certo ponto, eu soube suprir, com ousadia e destemor da Coluna da Morte e a lealdade que sempre obedeci aos maus superiores herárquicos*²⁶⁶ Seu livro faz uma minuciosa descrição das ações militares, enfocando logicamente, os aspectos nos quais se envolveu diretamente: a ocupação da Estação da Luz e a defesa de pontos importantes no interior da cidade. Finalmente João Cabanas comandou a Coluna Paulista na retirada. Exilou-se na Argentina em 1º de maio de 1925, depois tentou ingressar na Coluna Prestes e posteriormente foi preso no Rio de Janeiro em 1927.²⁶⁷

Nelson Tabajara de Oliveira deixou-nos um interessante relato sobre os participantes da "revolução de Isidoro" escrito nos seus dias em Tel-Aviv em janeiro e fevereiro de 1955, quase todo de memória. Sua participação nos episódios urbanos da Revolução começou cedo, pois servia no quartel de Quitaúna de onde saiu para apresentar-se ao comandante Isidoro Dias Lopes. Lutou ao lado de *"dois homens providenciais que foram os heróis dos primeiros dias: Newton Estillac Leal e João Cabanas"*.²⁶⁸ No dia 18 recebeu a missão de ir às hesitantes guarnições de Mato Grosso com Otávio Muniz Guimarães, e, no meio dela, foi surpreendido com o fim da Revolução.

Entre outros militares que nos deixaram bons depoimentos sobre a Revolução de 1924 podemos citar João Alberto, que deixou-nos informações importantes em *"Memórias de um Revolucionário"* e Joaquim Nunes de Carvalho com *"A Revolução no Brasil"*. Este era do Clube Militar quando malogrou a primeira revolução de 5 de julho e apresentou sua demissão. Depois de ter passado por várias unidades, encontra-se em Jundiá quando a conspiração para um novo levante já tivera início e participa ativamente dela. Veio com sua tropa para São Paulo no início da Revolução participando das ações militares na cidade.²⁶⁹ Eduardo Gomes e Henrique Ricardo Hall participam da Revolução em 1922.

²⁶⁶ CABANAS, João. *A Coluna da morte, sob o comando do tenente Cabanas*. Rio de Janeiro, Almeida & Torres, 1928, p.19.

²⁶⁷ CABANAS, João. *A Coluna da morte, sob o comando do tenente Cabanas*. Rio de Janeiro, Almeida & Torres, 1928, p.376

²⁶⁸ OLIVEIRA, Nelson Tabajara. *1924. A Revolução de Isidoro*. São Paulo, Nacional, 1956, p.49.

²⁶⁹ CARVALHO, Joaquim Nunes de. *A Revolução no Brasil. 1924-1925: apontamentos para a história. A Minha Defesa*. Buenos Aires, Talheres Gráficos Argentinos, 1959, p.21-40.

Foragido, o segundo conspirou a nova Revolução desde o início e o primeiro, depois de um tempo no Mato Grosso aderiu aos rebeldes já durante a ação militar.

Luis Carlos Prestes não participou diretamente dos acontecimentos em São Paulo, mas consideramos necessário comentar que ele era profundamente admirado por todos os seus colegas. Embora tenha tornado-se um nome nacional só depois dos episódios aqui narrados, essa admiração transparece em todos os relatos tenentistas. Primeiro pelo respeito intelectual, pois fora o primeiro da turma na Escola Militar e depois pela grande admiração que lhe rendeu a liderança natural da Coluna. *"Prestes sempre exerceu um fascínio sobre a nossa geração"*, afirmou Cordeiro de Farias.²⁷⁰ Outra constatação unânime entre os colegas foi a de que Prestes mudou completamente em 1929, quando esteve na Argentina e aderiu ao comunismo. Depois passou a ser o "novo Prestes", bem diferente do "admirável" chefe da coluna.²⁷¹

Outro nome importante do tenentismo foi Siqueira Campos, que em 1924, era considerado um herói pelos oficiais. Tinha sobrevivido ao levante temerário do Forte de Copacabana e deixando o hospital buscara a Argentina. Estabeleceu uma firma comercial, com certo descontentamento em relação a revolução. Achava que nada podei ser feito de grande no Brasil, quando soube do movimento em São Paulo. Abandonou seus negócios na Argentina e uniu-se a Coluna Miguel Costa-Prestes no Alto Paraná.²⁷² Joaquim Távora apontava-o como um paradigma, um exemplo a seguir.²⁷³ Formou-se na Escola Militar com Luis Carlos Prestes, escondia o preparo intelectual que tinha mas seus companheiros não deixavam de destacar essa sólida formação: *"Era simples, humano, fácil no trato pessoal. Mas estudante laureado do ginásio do Estado de São Paulo, de onde saiu bacharel em ciências e letras ao cabo de rigoroso curso de seis anos e, depois, dos primeiros da turma na arma de artilharia na Escola do Realengo, tinha as humanidades e instrução superior muito bem assimiladas..."*²⁷⁴ Sempre esteve ao lado de Prestes na Coluna.

²⁷⁰ FARIAS, Cordeiro de. O Tenentismo é mais fantasia do que realidade. (Entrevista) in: MOTA, Lourenço Dantas. *A História Viva*. O Estado de São Paulo, 3ª edição, 1981, p. 71.

²⁷¹ Dentre as inúmeras testemunhas dessa mudança de comportamento podemos citar: Cordeiro de Farias (entrevista), p. 74-75; Nelson Tabajara de Oliveira, p. 195 entre outros.

²⁷² OLIVEIRA, Nelson Tabajara. *1924. A Revolução de Isidoro*. São Paulo, Nacional, 1956, p. 95.

²⁷³ BARROS, João Alberto Lins. *Memórias de um Revolucionário*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1953, p. 55.

²⁷⁴ OLIVEIRA, Nelson Tabajara. *1924. A Revolução de Isidoro*. São Paulo, Nacional, 1956, p. 168.

Poderíamos citar ainda, o primeiro tenente do exército Luiz Cordeiro de Castro Afilhado que veio do interior e incorporou-se na véspera da revolução; Asdrúbal Gweiyer de Azevedo do 4º Batalhão de Caçadores de Santana, que prendeu o general Abílio de Noronha; Newton Estillac Leal, Nelson de Mello e outros. Diante destas figuras tão heróicas e idealistas não podemos aceitar que as revoluções tenentistas sejam meros atos de uma tendência "à aventura e à desordem"²⁷⁵ ou ainda como um movimento de menor importância, superficial e de simples caráter reformista.²⁷⁶

4. A ética tenentista

A diversidade de motivações que interferem nas atividades de um ser humano, a riqueza de fatores que determinam a atuação dos grupos na trama social, desautorizam-nos a definir com excessivo rigor as causas desse ou daquele acontecimento histórico. Uma multiplicidade de causas contribuiu para a eclosão dos movimentos tenentistas. As circunstâncias sociais, econômicas e principalmente políticas, as idéias da época, a formação militar e o desejo de mudanças foram alguns fatores, que os levaram à revolução, como vimos nos capítulos anteriores.

Entretanto, o que nos chama especialmente a atenção, no caso da Revolução de 1924 em São Paulo, não são as supostas causas do movimento, mas, no seu desenrolar, a ação de seus agentes, a forma heróica, tenaz e altruísta com que os militares puseram em prática seus objetivos. Certamente, os historiadores que buscaram na sua gênese as peculiaridades do tenentismo, sofreram certa decepção, não encontrando tantas diferenças com outros movimentos da época. Contudo, é através do comportamento, na forma de se portar perante a realidade, que encontraremos a luminosa personalidade do movimento tenentista. Procuraremos, nessa última parte do nosso estudo, dar uma explicação para esse comportamento.

O estudo dos manifestos revolucionários, dos seus líderes, e de sua ação, nos levam a concluir que a "moralização" da vida política nacional ocupa o papel mais importante entre os temas desenvolvidos nos manifestos produzidos pela revolução. Porém, a

²⁷⁵ BELLO, José Maria. *História da República (1889-1954). Síntese de sessenta e cinco anos de vida brasileira*. 6a. edição, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1972, p.249.

²⁷⁶ CARONE, Edgar. *O Tenentismo*. São Paulo: Difel, 1975, p.9-10.

historiografia marxista ou positivista nos legaram uma tradição que nos faz desconfiar dessa tese. Também o materialismo liberal dos dias de hoje contribuem para essa desconfiança. Por isso muitos chegaram a argumentar, em busca de uma explicação para a ação revolucionária, obnubilados por preconceitos dos quais temos dificuldades de abandonar, que o movimento tenentista possuía “propostas difusas” sobre o Brasil, não sabendo muito bem o que pretendiam com suas ações contestatórias. Esse argumento poderia ser reforçado pela breve descrição dos temas dos manifestos que demonstra as semelhanças com as soluções políticas vigentes. Suas propostas apresentaram um grande paralelo com as das classes liberais de São Paulo, com a pregação oposicionista de Rui Barbosa, com a campanha desenvolvida pela "Reação Republicana" ou até mesmo com algumas idéias dos governantes.

Porém, o discurso tenentista eleva-se ao buscar argumentos em outro âmbito, nas motivações mais profundas da carreira do militar, ou sejam, o desenvolvimento de uma missão, a abnegação, o altruísmo, o ideal e o apego à luta. Esses valores são recorrentes no seu discurso e não podemos menosprezá-los rotulando-as de simples enfeites retóricos. Eram valores caros à sua época e realmente praticados. Uma revisão conceitual se impõe para que a importância da Revolução não seja eclipsada pelos aspectos mais aparentes, como o da tomada do poder e a mudança dos quadros políticos deixando de lado os objetivos gerais, muito mais amplos e profundos, que animavam essas revoltas.

Foi no desenvolvimento da revolução tenentista, da qual analisamos apenas uma parte, que os tenentes demonstraram que esses valores constituíam para eles uma realidade vital. Se não fosse assim, como explicar os aspectos heróicos da luta na Avenida Copacabana, com quase nenhuma perspectiva de sucesso? Esses atos de bravura, tão discutidos na época, repetiram-se em inúmeros momentos da saga tenentista. A "moralização da República" é uma idéia tão abrangente que foi banalizada, sendo proposta de diferentes movimentos. Muitos abusos e injustiças flagrantes da época transformaram-se em queixas, manifestos, artigos de jornal e manifestações de todo gênero, porém, somente os tenentes souberam traduzir essa revolta popular em atos de contestação bélica, em levantes e revoluções que abalaram os alicerces carcomidos da República Velha.

Portanto, o estudo dos manifestos tenentistas nos convence de que a peculiaridade desse movimento reside na prática de suas palavras, embora tal comportamento não fosse usual à grande parte dos homens de sua época e, talvez, muito mais em relação aos da

atualidade. Esse conjunto de idéias que determinam um comportamento é o que chamaremos de ética tenentista e que procuraremos explicitá-la daqui para frente.

A partir da Independência Americana e da Revolução Francesa a humanidade passou a conviver mais intensamente com os movimentos populares. O século XIX e início do XX foram socialmente conturbados, marcados pela mudança, pelo surgimento de uma nova mentalidade. No Brasil, podemos vislumbrar o início da idade contemporânea nos primeiros anos do século XX. Nesse período a sociedade brasileira passará a gozar das novas condições de vida surgidas no século XIX, que permitiam a expansão quase ilimitada dos desejos vitais do homem. De fato, *“la Edad Contemporánea presencia o prevailecimiento de un tipo de hombre, que llamará Spengler “hombre fáustico”, capaz de alcanzar todas las fronteras de transcendencia posibles. El hombre contemporáneo conquista, coloniza, civiliza, explora los confines más apartados del globo y lleva a todas partes el sello de su cultura u su civilización. (...) En definitiva, la Edad Contemporánea significa un nuevo ritmo de vida, una nueva inquietud, un desasosiego que impulsa a pretender lo nuevo, lo nunca alcanzado, que caracteriza una manera de ser muy especial, en contraste con el talante más sosegado del hombre del Antigo Regime”*²⁷⁷ O homem contemporâneo passou a ter a História como palco de suas realizações e não como dona de seu destino, e com propriedade podemos dizer que assim começou a época das revoluções.

A nova mentalidade coincidiu com o crescimento demográfico, e um domínio sobre a própria existência jamais alcançado. Diante da ilusão das possibilidades ilimitadas e das grandes aglomerações, o homem do século XX adquiriu certas características que foram descritas por José Ortega y Gasset, nos anos 20, no seu livro “La Rebelión de las Masas”. Por “rebelião das massas” não entende a revolução do proletariado, nem os problemas demográficos, mas o crescente influxo de uma nova mentalidade: a mentalidade do “homem massa”. Essa, é caracterizada pela “livre expansão de seus desejos vitais”, pela “radical ingratidão por aqueles que tornaram possível a facilidade de sua existência”, o “não pautar-se por nenhuma instância superior”, o julgar-se perfeito, a ação direta, em uma palavra, as atitudes do “señorito satisfeito”. À crescente hegemonia das características do homem-massa, que ganhou definitivamente o poder com as revoluções contemporâneas, foi o que Ortega y Gasset chamou de o “fenômeno das massas”: a principal mudança ocorrida no século XIX e a mais grave crise que as nações poderiam padecer.

O autor desenvolve esse interessante tema chamando a atenção que a vida pública, antes de ser política, é também intelectual, moral, econômica e religiosa, compreendendo usos e costumes.²⁷⁸ A descrição do “fenômeno das massas”, portanto, envolve os diferentes aspectos dos cidadãos e nos impedem de separar sua vida pessoal de sua vida pública, como compartimentos estanques. Contudo, devemos dizer, desde já, que essas atitudes descritas pelo autor mostram que os tenentes sobreviveram a um comportamento de massa: sua maneira altruísta de atuar, seu sentido de missão, sua entrega incondicional à causa revolucionária nos leva a considerá-los uma “sobrevivência do passado”, se quisermos usar uma expressão de José Ortega Y Gasset.²⁷⁹ A revolução tenentista teve uma ética própria, em grande parte diferente das revoluções de sua época, que eram marcadas fundamentalmente pelo fenômeno das massas.

O discurso tenentista, versava sobre uma variedade grande de temas, e dentro deles havia um amplo leque de opiniões. Em todos, porém, estava presente a idéia de que o Brasil só melhoraria através de uma mudança moral. Não bastariam mudanças nas estruturas, era imperioso modificar o interior do próprio homem, principalmente das autoridades públicas. Essa visão teve o devido reflexo nas suas atitudes, constituindo uma verdadeira “ética revolucionária”. Sem pretender entrar em discussões filosóficas sobre o tema, utilizamos essa palavra no seu sentido mais comum: comportamento coerente com um conjunto de valores e idéias.

Sendo a “moralização do Brasil” o assunto mais importante para eles, não podemos estranhar, que ele nem sempre apareça de modo explícito nos seus discursos, pois é um tema difícil de ser transformado em “programas” ou “objetivos”, especialmente para homens pragmáticos como os militares. Não há dúvidas, entretanto, de que estavam imbuídos de ideais de mudança, tinham claro o que queriam, propunham novas regras de comportamento para os homens. A sociedade da época, com seus inúmeros movimentos e reivindicações, ansiava por mudanças mas com um certo grau de desorientação, como que carecendo de “projetos”. É a característica do homem contemporâneo apontada por Ortega

²⁷⁷ COMELLAS, José Luis. *História Breve del Mundo Contemporáneo (1776-1945)*. Rialp, Madrid, 1998, p.15.

²⁷⁸ ORTEGA Y GASSET, José. *La Rebelión de las masas*. 6a edição, Buenos Aires, Espasa-Calpe S.A., Col Austral, 1943, p.41.

²⁷⁹ ORTEGA Y GASSET, José. *La Rebelión de las masas*. 6a edição, Buenos Aires, Espasa-Calpe S.A., Col Austral, 1943, p.186.

y Gasset: *“el hombre cuya vida carece de proyectos e va a la deriva”*.²⁸⁰ Os tenentes demonstraram a autenticidade dos seus projetos no momento em que colocaram em andamento a revolução. Se quisermos entendê-los melhor, podemos dizer que é mais importante estudar sua ação que o seu programa, embora seja mais fácil o primeiro.

Entre os oficiais, havia um claro comprometimento pessoal com os ideais militares, que estavam profundamente arraigados na vida de cada um. Por isso, a ética tenentista coincidiu, em parte, com a ética militar, forjada nos longos anos de formação na caserna. Bem falou José Murilo de Carvalho que o Exército é uma instituição total que engloba todos os aspectos da vida de seus membros²⁸¹. Nesse caso, os ideais militares sobrepõem-se às próprias vidas pessoais e por isso, a adesão à causa revolucionária, possui um sentido de totalidade que lhe dava uma força especial. Essa força não poderia residir no programa, nos objetivos nem nas causas políticas, mas num “espírito”, numa ética. A eficácia da ação militar também não estava fundamentada no grupo, na atuação coletiva ou no desejo de glória e poder. A força e coesão grupal derivava de um “espírito tenentista”, que surpreendentemente manifestava-se da mesma forma, do Rio Grande do Sul ao Amazonas, na administração de uma grande cidade como São Paulo durante o mês de julho de 1924 e nos fugazes acampamentos da Coluna Prestes. Tal unidade só é possível quando os membros do grupo assumem livremente as suas idéias, ou ainda, que os ideais tenentista sejam genuinamente individuais.

De fato, as idéias tenentistas eram princípios pessoais adquiridos na formação e na convivência dos quartéis, profundamente assimilados. No material recolhido pelo inquérito policial militar do Capitão Luso Alves Garrido, encontramos um diário íntimo, que ele mesmo intitulou como “Reflexões de um Revoltoso”, iniciado no dia 17 de julho de 1924, onde escreve: *“Eu... eu, ao cair de um poente arroxeadado pelo prisma da dor e do sofrimento, sonhei num céu nebuloso, surgir em nossa alvorada, a primavera auri-fulgurante, retrospectão talvez, dos sutis dias de minha mocidade. Revestido com esta aspiração; fogos-fátuos de minha decrepitude, senti-me estremecido pelo rubor do frio e resolvi sacudir o jugo, que nos acorrenta num rasgo hercúleo, da razão: heróico antagonista de nosso físico. Fiz deter os passos trôpegos de meus últimos dias, num*

²⁸⁰ ORTEGA Y GASSET, José. *La Rebelión de las masas*. 6a edição, Buenos Aires, Espasa-Calpe S.A., Col Austral, 1943, p.72.

²⁸¹ CARVALHO, José Murilo de. *As Forças Armadas na Primeira República: O Poder Desestabilizador*. In: HGCB, tomo III, vol. 2, pg. 180-234.

místico de lágrimas e sorrisos, mas, numa gota cristalina de esperança, enripou, as minhas fibras e povoou, a minha alma me tornando um revoltoso”.

Depois de três dias continua. *“Ante o dilema: ser livres ou escravos a vaidade vence a razão e começamos a pensar, que, não somos o que devíamos ser, e... então faz-se ouvir como uma mantilha de chacais famintos, como um enorme enxame de noturnas vespas ferozes a saraivada de balas de infantaria, em busca de vítimas inermes, quedadas nas trincheiras de nossas convicções, esperando o esforço sobre-humano, brotarem os nossos ideais... E por eles que lutamos até a morte certos de que na história da civilização seremos lembrados como repressores do abuso do poder.”*

E quase no fim da revolução, termina seu diário. *“São vinte e um dias de luto em nossos corações; são companheiros que tombam sem fazer uso de suas armas, mortos pela covardia e traição dos homens do poder. Mas, senhores! Isto tudo me faz convicto revolucionário: me traz força para combater até a morte e não recuar ante o exército da falsidade.*

Viva a causa da liberdade

Luso Alves Garrido”.²⁸²

Esse “espírito” pode explicar não só a extraordinária coesão entre revoluções ocorridas nas mais diferentes partes do país, mas também a sua tenacidade, o seu desejo de lutar, mesmo sem perspectivas de vitória

Em geral os militares revolucionários deixam claro em suas atitudes e no seu discurso que pretendiam passar o poder para as mãos de qualquer pessoa, que tivesse competência e lisura administrativa. Não se consideram idôneos para tal tarefa, demonstrando assim estarem abertos a novas idéias, até mesmo aquelas alheias à corporação. Sem nenhum constrangimento, pediram ao prefeito de São Paulo, Firmino dos Santos, que se mantivesse no cargo e anunciaram a todo estado que as prefeituras seriam mantidas. Essa atitude traz consigo uma certa burocratização, que não elimina as instâncias indiretas. Ou seja, evitam sempre que possível atropelar os trâmites legais ou sociais. Vista de outra maneira, essa característica poderia supor pusilanimidade na atuação dos tenentes mas, demonstra grande abertura, contrariando o “hermetismo do homem massa”. O homem contemporâneo, por outro lado, considerando-se superior a tudo, suprime todas as

²⁸² Autos do Processo da Revolução de 1924 em São Paulo. Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, vol. 27, p.74 e 75.

instâncias indiretas, sente-se no direito de atropelar qualquer norma social,²⁸³ e a “revolução” passou a significar uma inversão no processo histórico, como se fosse possível recomeçar do zero a história. Ao proporem uma constituição, a substituição do presidente sem mudar a própria estrutura de poder e a manutenção dos poderes locais, os tenentes não traíram os princípios de uma verdadeira revolução. Talvez estivessem obedecendo a única lógica possível para que sua revolução triunfasse: a “razão histórica”, que não é uma tentativa de vencer o concreto com puras abstrações...²⁸⁴

Os princípios dos quais estavam pessoalmente imbuídos, os levava à uma ação destemida, pois estava em jogo a “honra militar”. Esse sentimento, provinha de uma tradição estabelecida há algum tempo e reforçada pela profissionalização. Lutar pelo fim do governo oligárquico, pelas eleições, não era uma questão política. Para eles, era uma questão de honra, honra militar, que significava o mesmo que honra pessoal, pois era inconcebível a separação entre os dois âmbitos. O primeiro tenente, Orlando Leite Ribeiro, prestou inquérito respondendo por tentativa de suicídio. Declarou que sua decisão deveu-se principalmente à afirmação do tenente Irapoau de que iria levá-lo amarrado até Mogi Mirim e ficou “*desesperado ante a possibilidade de ser levado a efeito essa afronta aos brios pessoais*”. Então preferiu a morte. Declarou ainda que “*absolutamente não usaria desse meio para fugir a qualquer responsabilidades decorrente dos seus atos se não fosse a perspectiva de se ver conduzido amarrado pelas ruas de Ribeirão Preto, onde o declarante tem os seus amigos, seus parentes e onde por dois anos fez os seus primeiros estudos...*” Antes de tentar o suicídio havia deixado a seguinte carta:

À minha extremosa Mãe!

Prefiro morrer do que entregar-me vivo ao inimigo que me não poupará: serei passado pelas armas...Não lhe darei este prazer, entretanto. E que o meu sangue concorra para lavar a honra do nosso Brasil – é o meu último desejo.

A Papai e irmãos a minha eterníssima saudades.

Orlando”.²⁸⁵

²⁸³ Cfr. ORTEGA Y GASSET, José. *La Rebelión de las masas*. 6a edição, Buenos Aires, Espasa-Calpe S.A., Col Austral, 1943, p.92-93.

²⁸⁴ Cfr. ORTEGA Y GASSET, José. *La Rebelión de las masas*. 6a edição, Buenos Aires, Espasa-Calpe S.A., Col Austral, 1943, p.35.

²⁸⁵ Autos do Processo da Revolução de 1924 em São Paulo. Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, vol. 12, p.451.

Arriscar a vida era para eles uma tarefa ordinária. Não cabiam cálculos de “proporcionalidade”, correr um risco era bem visto, normal para heróis. Atuavam como salvadores da nação, tal como consideravam-se. Seu comportamento não tinha parâmetros, o heroísmo era seu paradigma. Numa guerra, embora as dificuldades estivessem dos dois lados, os revolucionários mantêm suas posições no caso das primeiras adesões da Revolução de 1924 e principalmente da Coluna Prestes – apenas na medida em que mantinha vivo o ideal. “*Os atos de coragem se repetiam a cada momento. Não há exagero nem inflação de elogios. Numa revolução, o duro, o ingrato está sempre ao lado dos rebeldes pois o governo age rodeado de seguranças, nada improvisa, não toma riscos, não se priva de coisa alguma. Uma causa derrotada se transforma logo num infortúnio, os legalistas sabem disso e tiram as vantagens morais que o fato apresenta. Os rebeldes se batem primeiro por um ideal e depois pela sua sobrevivência, ao passo que os governistas estão simplesmente cumprindo um dever profissional*”.²⁸⁶ Os atos de heroísmo multiplicaram-se devido ao ideal sempre presente ante seus olhos. Este, era como um modelo de vida, uma meta para a qual todos os seus atos deveriam dirigir-se. Não é uma característica dos tenentes, mas dos homens de todas as épocas, que sempre procuraram caminhos que os conduzissem à vida ideal.²⁸⁷

Predominava assim, entre os participantes do tenentismo, um verdadeiro código de conduta. Algumas vezes, esse código poderia aparecer explicitado de alguma forma, através de regulamentos escritos ou até mesmo verbais, mas na maior parte dos casos isso não acontecia.²⁸⁸ É surpreendente a conduta inflexível dos participantes das revoltas tenentistas, pois nada os coagia. Normalmente, o conjunto de leis de um país é explicitado numa constituição e as pessoas o seguem, mais ou menos coagidas. Também pode acontecer que haja um comportamento costumeiro entre os grupos sociais e nesse caso a força de coerção é exercida pelos hábitos arraigados. Portanto, os valores tenentistas estavam de tal forma arraigados em suas vida que acabam criando naturalmente um padrão de comportamento comum, de elevado nível ético.

Ao contrário do que podemos imaginar, a solidez dos princípios éticos é demonstração de liberdade. Significa que conseguem conduzir as suas vida para um ideal a

²⁸⁶ OLIVEIRA, Nelson Tabajara. *1924. A Revolução de Isidoro*. São Paulo, Nacional, 1956, p.130.

²⁸⁷ Cfr. HUIZINGA, Johan. *O declínio da Idade Média*. São Paulo, Verbo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1978, p.37.

²⁸⁸ Cfr. FARIAS, Cordeiro de. *O Tenentismo é mais fantasia do que realidade*. (Entrevista) in: MOTA, Lourenço Dantas. *A História Vivida*. O Estado de São Paulo, 3ª edição, 1981,p.69.

ser alcançado, que estão, de alguma maneira, acima das circunstâncias. Por exemplo, os tenentes sempre foram respeitosos à hierarquia oficial do exército, durante a Revolução ela “era constantemente subvertida porque os mais bravos vinham à tona por uma espécie de capilaridade do valor”.²⁸⁹ Eram os seus “valores” que determinavam as regras e não o contrário.

Tendo acima de tudo o desejo de moralizar o Brasil, a guerra, longe de ser vista como um mal, era antes de tudo algo grandioso, manifestação de coragem, grandeza, valentia; um dever social. João Cabanas, sem dúvida o combatente mais arrojado, entrou na revolução exatamente no mesmo dia em que começou, inspirado na confiança absoluta no major Miguel Costa. “E, concentrando-me um pouco ante o grave passo que ia dar na vida, senti no meu íntimo a revelação de uma força nova, capaz de todas as audácias, de todo sacrifício em pro de minha pátria querida que, segundo meu modo de ver, necessitava de um movimento armado para ser nela implantado o verdadeiro sistema republicano tão essencial ao desenvolvimento e grandeza moral do país. Assim, sem ter entrado em conspiração e sem ter sido previamente consultado, disposto, porém a sacrificar-me por um ideal que entendia e entendo nobre, entrei resolutamente na revolução.”²⁹⁰ As “vias de facto” eram vistas como a forma legítima de extirpar o mal que combatiam.

Embora tenhamos afirmado ser difícil encontrar uma característica principal para o comportamento tenentista, podemos afirmar que há uma fundamental: a sua atitude de serviço, seu sentido de missão. A atitude de serviço patriótico, aspecto que sempre caracterizou o segmento militar, foi a essência da ética tenentista, e tem profunda relação com a idéia de moralização da República. No fundo, os tenentes gostariam que os homens públicos compartilhassem essas mesmos sentimentos. Só então haveria essa reestruturação moral. Moral “es siempre, por esencia, sentimiento de sumisión a algo, consciencia de servicio y obligación”.²⁹¹ A propósito disso Joaquim Nunes de Carvalho afirma o prólogo da primeira edição do seu livro: “Não importa o meu sacrifício de liberdade e talvez de vida, se estou convencido de que ele resultará em bem da República e da coletividade. O meu coração sangra de dor diante da perspectiva da miséria em que deixaria a minha

²⁸⁹ OLIVEIRA, Nelson Tabajara. 1924. *A Revolução de Isidoro*. São Paulo, Nacional, 1956, p.127.

²⁹⁰ CABANAS, João. *A Coluna da morte, sob o comando do tenente Cabanas*. Rio de Janeiro, Almeida & Torres, 1928, p.21-22.

²⁹¹ ORTEGA Y GASSET, José. *La Rebelión de las masas*. 6a edição, Buenos Aires, Espasa-Calpe S.A., Col Austral, 1943, p.187.

familia, das perseguições que lhe moveriam, no caso de vir a ser apanhado pelos esbirros dos mandarins da minha terra, mas a consciência rejubila-se pelo dever cumprido.”²⁹²

Uma das características de um grupo que propõe levar adiante uma nobre missão, como os jovens oficiais dos anos 20, é que acabam acumulando dificuldades e deveres,²⁹³ comportamento que choca com a mentalidade do “homem massa”: A atitude do homem massa é assim descrita: “*Tiene sólo apetitos, cree que tiene sólo derechos y no cree que tiene obligaciones: es el hombre sin la nobleza que obliga*”²⁹⁴. A atitude mais comum na nossa época é a de exigir os seus direitos como se a sociedade fosse um conglomerado anônimo de riquezas e privilégios dos quais cada um deveria retirar sua parte. Em grande medida, eis a grande dificuldade de entendermos corretamente o tenentismo

*“En cambio, el hombre selecto o excelente está constituido por una íntima necesidad de apelar de sí mismo a una norma más allá de él, superior a él, a cuyo servicio libremente se pone”.*²⁹⁵ Nessa atitude de serviço à pátria, não cabiam desejos de triunfar, conquistar postos em proveito pessoal, ou mesmo fazer exigências dos seus direitos. Apenas interessava cumprir sua missão, que os transcendia, e por isso colocavam toda sua vida à serviço dela. Nada mais radical que isso. “*Revolução essa de principios difundidos com fé e ardor, que é maior, o mais inexpugnável dos fortes construídos com a noção do dever patriótico e consolidada com os aplausos, com a admiração de todo o povo brasileiro não será vencida pela mentira e pelo embuste dos prepotentes e dos interessados no seu fracasso, porque não é uma revolução de interesses pessoais, reduzida aos estreitos limites de um grupo sem ideal, mas uma revolução aclamada delirantemente, triunfalmente coberta de flores pelo povo e amparada por Deus que proclama incessantemente pela trombeta de todos os anjos do céu que do caos e dos interesses inconfessáveis dos politiqueros, Ele arrancará um novo, grande e forte Brasil*”²⁹⁶

O “sentido de missão”, que os levava a colocar sua vida, sua existência a serviço de um plano era uma atitude individual, livre, impossível de ser substituída pela formação

²⁹² CARVALHO, Joaquim Nunes de. *A Revolução no Brasil. 1924-1925: apontamentos para a história. A Minha Defesa*. Buenos Aires, Talheres Gráficos Argentinos, 1959, p.7.

²⁹³ Cfr. ORTEGA Y GASSET, José. *La Rebelión de las masas*. 6a edição, Buenos Aires, Espasa-Calpe S.A., Col Austral, 1943, p.45.

²⁹⁴ ORTEGA Y GASSET, José. *La Rebelión de las masas*. 6a edição, Buenos Aires, Espasa-Calpe S.A., Col Austral, 1943, p.19.

²⁹⁵ ORTEGA Y GASSET, José. *La Rebelión de las masas*. 6a edição, Buenos Aires, Espasa-Calpe S.A., Col Austral, 1943, p.82.

²⁹⁶ CARVALHO, Joaquim Nunes de. *A Revolução no Brasil. 1924-1925: apontamentos para a história. A Minha Defesa*. Buenos Aires, Talheres Gráficos Argentinos, 1959, p.60.

profissional, circunstâncias sócio-econômicas, empatia pelos líderes. Mesmo que houvesse alguns elementos participando do tenentismo por razões menos elevadas, a que predominou foi essa. Por isso que seu espírito transcendia o próprio programa político, as desavenças de ordem pessoal ou a confiança nos seus líderes.

Conclusão

Ao começar a luta armada em 5 de julho de 1924, os tenentes traziam propostas e desejos incomuns em movimentos dessa natureza. Não eram desejos que provinham de sua posição social ou da carência de meios econômicos. Suas propostas, de cunho político-social, não se prendiam a partidos ou a circunstâncias de momento. Como os efeitos seguem sempre suas causas, chegamos a conclusão de que as explicações apontadas pela historiografia ainda não demonstram uma razoável compreensão do movimento.

A nosso ver, as causas apontadas para explicar o tenentismo não levam em conta o “espírito” revolucionário que dava força e coesão aos diferentes movimentos espalhados pelo Brasil. Por isso, introduzimos no final do trabalho, a idéia da ética tenentista, que mais do que o retrato do pensamento militar, significa o seu comportamento, ou seja, a realização prática de suas idéias. Pensamos que, precisamente nessa ética reside a força que apresentaram esses movimentos nos anos 20.

Em todos os participantes do tenentismo, nas suas diferentes manifestações, a sua força e coesão residia num “espírito” comum. Essa constatação é muito difícil de ser explicitada, pois está presente, apenas de forma implícita nas atitudes e declarações militares. Por outro lado, a historiografia faz uma vaga menção à existência de uma força especial proveniente dos tenentes, como uma espécie de “princípio vital” que os diferenciava, ou ao menos, tornava a sua ação mais radical.

Uma explicação para a força tenentista era a sua juventude. Um dos participantes, afirmou que a Revolução *“não foi nem militar nem civil. Foi dos jovens, uma causa que esteve aberta a quantos quisessem combater. Embora tivesse chefes de alguma idade, foi a revolução da juventude. Na sua maioria eram moços de pouco mais de vinte anos”*.²⁹⁷ Alguns historiadores poderiam sugerir uma certa inconsciência juvenil, na condução do processo revolucionário, contudo não foi o que aconteceu. Efetivamente, os tenentes eram jovens, mas não podemos dizer que isso tenha sido fundamental na formação de suas idéias. Eles não só tinham um grande respeito e admiração para com os mais velhos, mas consideravam imprescindível o seu apoio. Isso tornou-se patente no momento em que tiveram de escolher um líder para a Revolução em São Paulo. A escolha recaiu sobre Isidoro Dias Lopes, já reformado. Havia um número considerável de militares mais velhos

²⁹⁷ OLIVEIRA, Nelson Tabajara. *1924. A Revolução de Isidoro*. São Paulo, Nacional, 1956, p.28.

que lideravam ou apoiavam o movimento. O fato dos jovens serem maioria obedece a um fator circunstancial: o salto do contingente militar ocorrido após a Proclamação da República. Nesse sentido, não podemos interpretar o tenentismo como uma luta de gerações dentro do exército (médias patentes X altas patentes) nem considerar que sua união provinha de uma situação comum dentro da corporação, ou que havia uma identificação “social” entre eles. A união dava-se entre militares de todas as idades, segundo um mesmo espírito. Podemos achar muitos exemplos entre os tenentes de respeito à hierarquia, de unidade corporativa se sobrepondo à diversidade social e de obediência à autoridade. Portanto, se a juventude foi uma característica patente e importante no tenentismo, não é somente ela a responsável pela sua força. Correspondem, quando muito, a uma vantagem momentânea.

Vimos também como a formação militar teve um importantíssimo papel no desenvolvimento da ação militar dos anos 20. Durante essa formação os militares ganharam o acurado sentido de missão, de cumprimento do dever. A influência dos jovens turcos e da Missão Indígena introduziram motivação para seu envolvimento em lutas políticas de caráter contestatório. Contudo as suas idéias, assim como as de Hermes da Fonseca a quem apoiavam, apontavam claramente para a não intervenção. Como explicar então a forte intervenção? Ela foi circunstancial, pois na prática era o fator menos importante. A honra militar atingida, a ética que os conduzia ao “dever” da revolução estava acima de tudo. A crescente profissionalização, levava o exército a fechar-se cada vez mais à qualquer influência social. Esse fechamento fortaleceu as características peculiares dos tenentes, diferenciando-os do “homem massa” atual. Portanto, não parece ter sido a formação militar o “princípio vital” da sua atuação.

Se a força do movimento não residia na sua juventude nem na formação que recebiam, também não residia no seu programa ou nas circunstâncias políticas. O programa tenentista para o Brasil, como analisamos, era bastante amplo, porém nada original. Eles apoiavam as mesmas idéias de políticos e intelectuais da época. Contudo, todas suas idéias caminhavam numa mesma “direção”: a da “salvação nacional”, num sentido muito mais profundo do que a de uma intervenção militar de caráter reformista. A tenacidade com que as defendiam não provinha do programa propriamente dito, mas da convicção de que defendê-las era o seu dever, e o caminho certo para a moralização do país. Era esse espírito que fazia transcender os problemas concretos que pretendiam solucionar, ou mesmo os

líderes que apoiavam. Um exemplo disso foi a morte do Mal. Hermes da Fonseca e de Nilo Peçanha, logo após o movimento dos 18 do Forte de Copacabana, que não os desanimou a prosseguir na luta. Seria compreensível de fato, assim acontece com muitos movimentos, que a morte dos seus líderes políticos ou o fim das circunstâncias que os levavam à Revolução acabasse por esvaziar o movimento e não foi o que aconteceu. Eduardo Gomes, nos relatos a propósito da sua estadia no Mato Grosso, escreveu sobre a morte de um dos políticos que apoiava: *“Soube pela manhã que faleceu a 1 de abril o Dr. Nilo Peçanha. Causou-me profunda tristeza esta notícia não menos lamentável para todos brasileiros! Cada vez mais se implanta no país a ditadura do Sr. Arthur Bernardes com a falta de alguns homens de patriotismo e ambição”*.²⁹⁸

As motivações políticas que os levaram à Revolução têm uma importância indiscutível. Porém, percebemos que os militares poderiam estar de qualquer lado. Foram civilistas como Rui Barbosa e admiravam profundamente seu opositor, o marechal Hermes, propuseram muitas mudanças constitucionais que coincidiram com as de Arthur Bernardes... Esse posicionamento foi visto pela maioria dos historiadores como uma contradição: contestavam uma situação política e pactuavam com ela.²⁹⁹ Porém, no nosso modo de entender, eles não contestavam uma “situação política” mas uma modo de se comportar, que estava presente especialmente entre as oligarquias dominantes. Por isso não se importavam de apoiar um indivíduo, ou um grupo vinculado às oligarquias desde que tivesse certa coerência, que seu comportamento desse mostras de honestidade e improbidade administrativa. Por isso não pode haver uma contradição pois os tenentes não contestavam uma situação política mas uma conduta moral.

Devemos reconhecer também que eles tinham uma situação social relativamente boa e conseqüentemente poderiam galgar altos postos na política. Constituíam uma exceção, num Brasil escassamente qualificado. A Revolução só lhe podiam trazer problemas, como efetivamente trouxe. Puderam envolver-se mais livremente nela porque não buscavam a ascensão social ou política. Portanto, não foi seu “posicionamento político”, ou sua “situação social” que os levou à Revolução.

José Murilo de Carvalho, a quem devemos grande parte da análise histórica dos militares realizada neste trabalho, considerava, corretamente, os fatores internos à

²⁹⁸ Diário de Eduardo Gomes. Autos do Processo da Revolução de 1924 em São Paulo. Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, vol. 12, p.353-376.

²⁹⁹ CORRÊA, Ana Maria Martinez. *A rebelião de 1924 em São Paulo*. São Paulo, HUCITEC, 1976, p.180.

corporação como mais importante do que os externos na eclosão dos movimentos militares. Levando-se em conta isso, explicou as causas do tenentismo. *“A grande predominância numérica dos tenentes, aliada ao baixo grau de controle hierárquico dentro da organização, dava a este grupo de oficiais condições privilegiadas de rebelião. As lentas promoções contribuíram gerando insatisfação profissional. E as origens sociais e o treinamento destes oficiais introduziram motivações externas para seu envolvimento em lutas políticas de caráter contestatório”*.³⁰⁰ Poderíamos matizar essa afirmação considerando que o baixo grau de controle hierárquico permitiria uma rebelião interna contra o ordenamento vigente, e, ainda, que sua origem econômica facilitaria a promoção de distúrbios sociais. Não ocorreu nem uma coisa nem outra. Também poderíamos sugerir que o grau de instrução bélica lhes permitiria intervir diretamente pela força nas administrações, e não foi o que aconteceu. Essas considerações, sem tirar o valor das propostas de José Murilo acima expostas, reforçam a idéia de que havia uma norma transcendente, à qual estavam ligados os participantes da Revolução e que chamamos de “moral tenentista”.

Concluindo, podemos dizer que o fator decisivo que conduziu ao desenvolvimento da Revolução de 1924, ou de qualquer movimento tenentista, foi sua ética. Ao falar tanto na moralização da República mostraram não só que estavam convencidos dessa tese como também experimentados em sua prática. Submeter-se a uma norma, ao bem da pátria, era a essência de sua missão e esperavam dos políticos uma conduta parecida. A formação militar, dos inícios do século XX no Brasil, encontrou terreno fértil num grupo de jovens de diferentes origens sociais e geográficas, incentivando a germinação de uma ética voltada ao cumprimento do dever, ao altruísmo patriótico. Essa ética não lhes permitia cruzar os braços diante de uma sociedade injusta, dirigida principalmente através de um processo político corrompido. Para nós, o fator primordial da revolução foi esse compromisso, embora o tema mereça maiores aprofundamentos e melhores estudos. E se a História pode nos dar lições, os tenentes têm muito a nos ensinar.

Aproximamo-nos dos tenentes pela primeira vez, movidos apenas pela curiosidade suscitada por um artigo de jornal e alguns comentários de amigos que falavam de uma guerra em 1924 em São Paulo. Ao começar esse estudo, olhava-os com certa desconfiança, e ao terminá-lo o vemos com profunda admiração.

³⁰⁰ CARVALHO, José Murilo de. *As Forças Armadas na Primeira República: O Poder Desestabilizador*. In:

Embora vivamos rodeados de bens materiais, lutando pela nossa sobrevivência e a dos demais, o ideal de uma vida melhor está sempre latente em nosso espírito. Talvez a sociedade e a mentalidade contemporânea atenuem esses ideais de justiça e felicidade, presentes nos anseios individuais e coletivos de todas as épocas. Nesse sentido o tenentismo é uma escola para nós, de grandes mestres, que ensinaram um novo caminho, na busca de uma sociedade mais justa.

Apêndices

“(suplemento no 2)

SUGESTÕES PARA A ORGANIZAÇÃO DE PODERES DA REPÚBLICA, EM SUBSTITUIÇÃO AOS ATUAIS (MERO ESBOÇO DE ORGANIZAÇÃO DE PODERES E SUAS ATRIBUIÇÕES.

DIVISÃO DINÂMICO-SOCIAL

Sob o ponto de vista dinâmico-social, a Nação brasileira se constitui por classes que resumem a sua vitalidade econômica, ou orientam moral e intelectualmente os indivíduos ou a coletividade, ou a defendem.

Essas classes são:

COMMERCIANTES;

INDUSTRIAIS;

AGRICULTORES;

OPERARIADO;

MAGISTRADOS;

INTELECTUAIS;

FUNCCIONARIOS CIVIS;

FORÇAS ARMADAS.

Cada uma das classes acima indicadas concorre de uma forma especial para o engrandecimento do País é, pois, justo, que as mesmas gozem do direito de colaborar, diretamente, na direção suprema da República.

É natural que cada indivíduo, cooperando na especialidade de sua classe, possa na alta função representativa prestar serviços que nenhum outro seria capaz de prestar. Ademais, é ilógico o que faz atualmente certa categoria de indivíduos de assaltar os altos postos da administração e da política. – o indivíduo só deve atuar na vida da Nação como elemento de trabalho.

DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES E SUAS ATRIBUIÇÕES.

A suprema direção e administração do País poderá ser confiada aos três Poderes abaixo, constituídos pela maneira que se segue:

DIREÇÃO SUPREMA – Um Conselho Federal composto de 200 membros, aproximadamente, eleitos pelo povo por seis anos.

LEGISLATIVO – Constituído na razão de três membros por Estado da Federação, saídos do Conselho Federal e eleitos pelos seus membros, por dois anos:

EXECUTIVO – Presidente da República – tirado ainda do Conselho Federal, por eleição entre os seus membros, pelo tempo de três anos.

Os membros restantes do Conselho Federal constituiriam um Tribunal de permanente fiscalização e tomada de contas dos atos administrativos e financeiros do Executivo. O Presidente do Conselho Federal seria o substitutivo legal do Presidente da República, quando este faltasse depois de dois anos de exercício. Se faltasse antes o Conselho elegeria novo Presidente para o resto do período.

Assim o Conselho Federal – supremo poder governamental – teria as seguintes atribuições: eleger o Presidente da República, sugerindo um programa administrativo em linhas gerais, de acordo com as necessidades do País; eleger, nas épocas próprias, e na proporção de três por Estado da Federação, os membros do Legislativo; aprovar ou não as medidas de emergência adotadas em casos excepcionais de guerra externa, calamidade pública, perturbações internas, etc... No caso de não aprovar as medidas adotadas pelo Executivo, responsabilizar o Presidente por aquelas que atentarem contra as leis ou os interesses públicos; impedir a execução de leis votadas pelo Legislativo, quando julgassem contrária aos interesses do país. Neste caso a lei voltaria ao Legislativo e se aprovado por mais de $\frac{3}{4}$ de seus membros, seria posta em execução.

O Executivo, além do provimento dos cargos, de acordo com as leis, agiria dentro do programa sugerido pelo Conselho Federal; executaria as leis votadas e aprovadas pelo Legislativo; nomearia e demitiria livremente os secretários dos seguintes departamentos:

FAZENDA;

EXTERIOR;

CORREIOS E TELEGRAPHOS;

VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS;

NEGÓCIOS INTERIORES E HYGIENE;

AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMMERCIO;

INSTRUÇÃO PÚBLICA;

DEFESA NACIONAL (Forças de Terra e Mar)

O Legislativo deve ter por missão essencial a organização dos orçamentos, tendo em vista, tanto quanto possível, as diretivas do programa administrativo organizado pelo Conselho Federal. Só depois de desempenhar-se desta incumbência é que poderá tratar de outros assumptos ou votação de leis, salvo caso de emergência. Só haverá prorrogações ou convocações extraordinárias nos casos de emergência já previstas. O Legislativo funcionará por quatro meses anualmente.

DA REPRESENTAÇÃO

A representação das chamadas classes conservadoras deve ser proporcional ao desenvolvimento comercial, industrial, agrícola, etc..., de cada Estado, mais ou menos da seguinte maneira:

COMMERCIO – 30 representantes – Estado de São Paulo, Pará, rio Grande do Sul e Distrito Federal, três membros; e os demais, inclusive o território de Acre, um;

INDÚSTRIA – 30 representantes – Distrito Federal, Estado de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, Pernambuco e Minas, três cada um; e os demais, inclusive o Acre e o Distrito Federal, um cada.

OPERARIADO – 30 representantes – Distrito Federal e São Paulo, três cada um; Bahia, Pernambuco, rio Grande do Sul e Minas, três e os demais, inclusive o Acre, um cada;

MAGISTRATURA – 22 representantes – um por Estado e Acre;

INTELLECTUAES – 44 representantes – dois por Estado e Acre;

FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CIVIS – 6 representantes

EXERCITO – 5 representantes;

MARINHA – 3 representantes;

DOS ESTADOS

A organização política e a administrativa estadual poderá ser moldado, em tudo quanto for possível, pela organização federal, composta o Conselho Estadual de 22 membros, eleitos por quatro anos, dos quais, dez constituirão o Legislativo, bienalmente, um será eleito Presidente e outro vice-presidente, por dois anos.

A representação das classes conservadoras, deve ser na proporção do desenvolvimento de cada uma.

DOS MUNICÍPIOS

Como célula mater. das sabias organizações governamentais, o Município terá a sua política e administração análoga ao Estado, constituindo o seu conselho por nove membros, dos quais um será anualmente eleito pelos demais para presidir os destinos do Município e os restantes constituirão o Legislativo Municipal.

Está subtendido que estão excluídos das representações estaduais e municipais as classes armadas por não constituírem elemento regional.

DA JUSTIÇA.

Esta deve ser unificada, agindo como interprete das Leis da Republica em todo território brasileiro, onde se fizer sentir a sua ação.

A Justiça ou o Poder Judiciário deve ser constituído por Tribunais, um para cada Estado, e pelo Supremo Tribunal de Justiça (Poder Julgador) com sede na Capital da República, podendo ser este composto de ministros escolhidos pelos seus pares, entre os juizes ou promotores com mais de cinco anos de magistratura, e aqueles, formados por juizes escolhidos entre cidadãos idôneos, e eleitos pelos demais membros da justiça.

MEDIDAS COMPLEMENTARES

Outras medidas de ordem administrativas e econômicas se impõe sejam imediatamente adotadas: a criação de colônias agrícolas, para o abastecimento do exercito, etc...; a difusão da instrução publica, tornando-a obrigatória nos cursos primários e profissionais; a modificação do regime de impostos; a reorganização dos estados maiores do exército e da armada, tornando-os independentes do Executivo que de tais forças só se poderia utilizar por deliberação do Conselho Federal, nos casos que fossem previstos em lei; a reforma da lei eleitoral; a reforma da lei de promoções, de modo a só admitir em tempo de paz, o acesso até o posto de coronel (ou capitão de mar e guerra) pelo principio de antigüidade e o de general de brigada por indicação dos seus pares; a criação de uma milicia federal, distribuída por todo território brasileiro, conforme as necessidades dos governo.

(suplemento n. 3)

DO GOVERNO PROVISÓRIO OU REVOLUCIONÁRIO

Tomando-se por base os princípios adotados neste esboço, para substituir temporariamente os atuais açambarcadores do Poder Público, poderá ser constituído um Governo Provisório ou Revolucionário por tantos elementos das classes conservadoras quantos são essas classes aí discriminadas (oito), escolhendo-se o mais capaz para chefe do governo.

Os seus atos serão sempre de todos pelo esboço citado e segundo as circunstancias do momento.”³⁰¹

APÊNDICE 2

“SOLDADO BRASILEIRO! Sê digno dos teus maiores! Honra a memória dos teus antepassados! Não macules com a nódoa inapagável de uma atitude miserável a esteira de luz e a tradição de brio e altivez que a ação de OZORIO e MARQUES DE SOUZA nos legou! Os teus irmãos que se batem como leões contra o opróbrio de um governo sem lei e sem honra e contra uma ditadura execrada mal disfarçada no apoio unanime de um Congresso sem autoridade moral nem dignidade cívica, reclamam o teu concurso, exigem a tua solidariedade efetiva e real. A revolta dos teus irmãos é justa, é digna, é santa! É pela grandeza desta terra que os políticos achincalham; é pela glória deste Brasil que estadistas, sem alma e forjados na corrupção, exploram e degradam; é pelo alevantamento deste povo que vive sacrificado nas suas aspirações de justiça e espezinhado nos seus direitos, deste povo que aí vive sobrecarregado de impostos e sem instrução nem outra coisa, em verdade, se não arrancar o Brasil das garras dos sindicatos. políticos, visa o grandioso movimento chefiado pela serena energia e comprovado desambição de BERTHOLDO KLINGER, cuja alta competência, consagrada na Alemanha, não há soldado nem oficial que desconheça, sendo, pelo contrario, proclamado por todos uma das maiores afirmações de valor do nosso Exército. ARTHUR BERNARDES que subiu os degraus do Catete tripudiando sobre os cadáveres de NEWTON PRADO e de outros bravos, afirmou que os bordados de nossos generais, os galões dos nossos oficiais e a farda de nossos soldados, tudo isso que constitui um patrimônio soberbo da nacionalidade era mercadoria comum que se adquiria a peso de ouro. Mostra-lhe, pois, soldado intrépido! com um gesto nobre e patriótico que te perpetuará na História e servirá de padrão imorredeiro aos nossos vindouros, que o

³⁰¹ Esboço de um modelo de Estado – Papéis Apreendidos com o Gel Ximeno Villeroi. Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Autos do Processo da Revolução de 1924, vol 2, p.281 - 292.

Exército de hoje é o mesmo de sempre, é a mesma força invencida e incorruptível que derribou a tirania de Rosas, estraçalhou o trono ditatorial de Lopes e na madrugada gloriosa de 15 de novembro fez a República. SOLDADO BRASILEIRO! Lembra-te que és irmão na História e no sangue dos que tombaram nas planícies intermináveis da Argentina, e nos sertões inóspitos do Paraguai e dos que sacrificaram a grandiosidade incomparável de um ideal sadio na praia de Copacabana. Sê digno deles! Honra-lhes a memória! Que a tua espada se quebre e a tua farda se rasgue, mas não combatas contra os que em nome do futuro da Nacionalidade, da Grandeza da Partia e da Honra do Brasil se levantaram contra o aviltamento de um governo que está divorciado da opinião e não consulta as aspirações do povo. Segue o exemplo da guarnição de Pernambuco e das outras do Norte que se negaram a partir para o cenário da luta, aderindo assim, a causa da revolução que é a própria causa da Pátria livre do despotismo da mediocridade da politicagem que a enxovalha. Viva o Exército! Viva a Revolução!³⁰²

³⁰² Boletim distribuído em Porto Alegre em 06/07/1924. Cópia datilografada sem ser autenticada. Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Autos do Processo da Revolução de 1924 em São Paulo, vol. 9, p.30

Bibliografia

1. Obras Gerais

- A REVOLUÇÃO DE 30. SEMINÁRIO INTERNACIONAL. Realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, set. de 1980 - Rio de Janeiro, Ed. UnB., 1983.
- A REVOLUÇÃO DE 30. TEXTOS E DOCUMENTOS 2 Vol, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, Ed. UnB., 1983
- BELLO, José Maria. *História da República (1889-1954). Síntese de sessenta e cinco anos de vida brasileira*. 6a. edição, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1972.
- BIBLIOGRAFIA TENENTISMO. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Fundação Getúlio Vargas, 1978.
- BORGES, Vavy Pacheco. *Memória Paulista*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1997.
- BORGES, Vavy Pacheco. *Tenentismo e Revolução Brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.
- BOUDÉ, Guy e MARTIN, Hervé. *As Escolas Históricas*. Publicações Europa América, Lisboa, 1983.
- CAMARGO, Aspásia. *A Revolução das Elites: conflitos regionais e centralização política*. in: A REVOLUÇÃO DE 30. SEMINÁRIO INTERNACIONAL Realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, set. 1980 - Rio de Janeiro, Ed. UnB., 1983.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Dos governos Militares a Prudente – Campos Sales*. In: História Geral da Civilização Brasileira, tomo III, vol 1, Rio de Janeiro, Difel, 1978, pg 13-30

- CARNEIRO, Glauco. *História das Revoluções Brasileiras*. Vol. 1, Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1965.
- CARONE, Edgar. *A República Velha. (Evolução Política)* Difel, São Paulo, 1971.
- CARONE, Edgar. *O Tenentismo*. São Paulo: Difel, 1975.
- CARVALHO, José Murilo de. *As Forças Armadas na Primeira República: O Poder Desestabilizador*. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III, vol 2, Difel, São Paulo, 1977, p. 181-234.
- CASTRO, Celso. *O Espírito Militar. Um Estudo de Antropologia Social na Academia das Agulhas Negras*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1990
- CASTRO, Celso. *Os Militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.
- CASTRO, Jeanne Berrance de. *A Guarda Nacional*. in: *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II, vol 4, 2ª edição, Difel, São Paulo, 1974, p. 274 a 298.
- CASTRO, Jeanne Berrance de. *A Milícia Cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo, Editora Nacional, 1977.
- COMELLAS, José Luis. *História Breve del Mundo Contemporáneo (1776-1945)*. Rialp, Madrid, 1998.
- 3) CORRÊA, Ana Maria Martinez. *A rebelião de 1924 em São Paulo*. São Paulo: HUCITEC, 1976.
- DECCA, Edgar Salvadori de. *1930. O silêncio do vencidos*. 3ª edição, São Paulo, Brasiliense, 1986.
- FAUSTO, Bóris. *A Revolução de 1930 - História e Historiografia*. São Paulo: Brasiliense, 1972.
- 4) FERNANDES, Heloísa Rodrigues. *Política e Segurança. Força Pública do Estado de São Paulo: Fundamentos Históricos - Sociais*. Editora Alfa-Omega, São Paulo, 1974.

- FERNANDES, Heloisa Rodrigues. *A Força Pública do Estado de São Paulo*. in: História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III, vol 2, Difel, São Paulo, 1977, p. 235 a 256.
- FLORES, Moacyr. *Dicionário de História do Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993.
- FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e Política*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo: Ed. Ática
- HISTÓRIA DO BRASIL. Publifolha, São Paulo.
- HISTÓRIA GERAL DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA. Tomo III, vols 1 e 2, São Paulo, Difel, 1975
- HUIZINGA, Johan. *O declínio da Idade Média*. São Paulo, Verbo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1978
- LEAL, Vítor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto. (O Município e o Regime Representativo no Brasil)*. 2ª edição, São Paulo: Alfa-Omega, 1975.
- LIMA SOBRINHO, Barbosa. *Presença de Alberto Torres (sua vida e pensamento)*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1968
- MAGALHÃES, Bruno de Almeida. *Arthur Bernardes. Estadista da República*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1973.
- MARTINS, Wilson. *A Literatura Brasileira*. vol VI, O Modernismo (1916-1945). São Paulo, Cultrix, 1965.
- MATTOS, Gen. Cunha. *O Exército*. in: A Década Republicana. IV vol, Rio de Janeiro, Cia Typographica do Brazil, 1900, p.5-46.
- MAXWELL, Kenneth. *Por que o Brasil é diferente?* O Estado de São Paulo, 23/07/2000.
- MEIRELLES, Domingos. *As noites das grandes fogueiras. Uma história da Coluna Prestes*. Rio de Janeiro: Record, 1995.

- MENEZES, Lauro Ney. *Os militares e o direito de opinar*. O Estado de São Paulo, 26/07/1999.
- MERQUIOR, José Guilherme. *De Anchieta a Euclides: uma breve história da literatura brasileira*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1977.
- ORTEGA Y GASSET, José. *La Rebelión de las masas*. 6a edição, Buenos Aires, Espasa-Calpe S.A., Col Austral, 1943.
- PAULA, Eurípedes Simões de. *A Marinha* in: História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II, vol 4, 2ª edição, Difel, São Paulo, 1974, p. 259-273
- PIEPER, Josef. *Las Virudes Fundamentales*. 3a. edição, Madrid, Ediciones Rialp S.A., 1990.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Classes Médias Urbanas: Formação, Natureza, Intervenção na vida política*. In: História Geral da Civilização Brasileira, tomo III, vol 2, Rio de Janeiro, Difel, 1978, pg 9-37.
- QUEIROZ, Suely Robles Reis de. *Os Radicais da República. Jacobinismo: ideologia e ação. 1893-1897*. São Paulo. Editora Brasiliense, 1986.
- REALE, Ebe. *A Cidade de São Paulo na Revolução de 1924*. Artigo datilografado.
- SAES, Décio Azevedo Marques. *O civilismo das camadas médias urbanas na Primeira República - 1889-1930*. Campinas, UNICAMP, 1973.
- SANTA ROSA, Virgínio. *O Sentido do Tenentismo*. 3ª edição, São Paulo: Alfa-Omega, 1976
- SANTOS, Eloína Monteiro dos. *A Rebelião de 1924 em Manaus*. 2a edição, Manaus, SUFRAMA, Gráfica Lorena, 1990.
- SCHULZ, John. *O Exército e o Império*. in: História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II, vol 4, 2ª edição, Difel, São Paulo, 1974, p. 233 a 258.

- SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2 ed., São Paulo, Brasiliense, 1985.
- SILVA, Hélio. *1922 - Sangue na Areia de Copacabana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.
- SILVA, Hélio. *1926 - A Grande Marcha*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965
- SILVA, Hélio. *1931 - Os tenentes no poder*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- SOBRINHO, Barbosa Lima. *Presença de Alberto Tôrres. (sua Vida e Pensamento)*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1968.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- STEPAN, Alfred. *Os Militares na Política. As mudanças de padrões na vida brasileira*. Rio de Janeiro, Editora Artenova, 1975.

2. Relatos da época e outras fontes

^ Autos do Processo da Revolução de 1924. Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

BARROS, João Alberto Lins. *Memórias de um Revolucionário*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1953

^ CABANAS, João. *A Coluna da morte, sob o comando do tenente Cabanas*. Rio de Janeiro, Almeida & Torres, 1928.

CARVALHO, Joaquim Nunes de. *A Revolução no Brasil. 1924-1925: apontamentos para a história. A Minha Defesa*. Buenos Aires, Talheres Gráficos Argentinos, 1959.

DUARTE, Paulo. *Agora Nós!* São Paulo, s.c.e. 1927.

DUARTE, Paulo. *Memórias. Vou-me embora para Passárgada*. Vol VIII, São Paulo, HUCITEC, 1978.

FARIAS, Cordeiro de. *O Tenentismo é mais fantasia do que realidade*. (Entrevista) in: MOTA, Lourenço Dantas. *A História Vivida*. O Estado de São Paulo, 3ª edição, 1981.

Jornal “O Estado de São Paulo”, 1922 a 1924.

LIMA, Lourenço Moreira. *A Coluna Prestes (Marchas e Combates)*. 3ª edição, São Paulo: Alfa e Ômega, 1979

^ LOPES, Isidoro Dias. *A carta injuriosa*. Buenos Aires: Talleres Graf. Argentinos, 1925.

NOGUEIRA FILHO, Paulo. *Ideais e Lutas de um Burguês Progressista*. vol 1, São Paulo, Anhambi, 1958.

OLIVEIRA, Nelson Tabajara. *1924. A Revolução de Isidoro*. São Paulo, Nacional, 1956.

SERPA, Benito. *A Verdun Paulista. Episódios da Defesa do 4º Batalhão da Força Pública durante a Revolução de julho de 1924*. São Paulo, Gráfica Biblos Ltda. Editora, 1962.

SOARES, José Carlos Macedo Soares. *Justiça: A revolta Militar em São Paulo*. Paris,